



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

ANA KELLY FERREIRA NÓBREGA

OCUPAR A CIDADE: quando o Recife vai ao Cais José Estelita

RECIFE

2016

ANA KELLY FERREIRA NÓBREGA

OCUPAR A CIDADE: quando o Recife vai ao Cais José Estelita

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob orientação da Profa. Dra. Norma Lacerda.

RECIFE

2016

Catálogo na fonte

Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

N754o Nóbrega, Ana Kelly Ferreira
Ocupar a cidade: quando o Recife vai ao Cais José Estelita / Ana Kelly
Ferreira Nóbrega. – Recife, 2016.
147 f.: il., fig.

Orientadora: Norma Lacerda Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2017.

Inclui referências e anexos.

1. Ativismo social. 2. Governança corporativa. 3. Direito à cidade. 4. Movimentos
sociais da atualidade. I. Gonçalves, Norma Lacerda (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2017-78)



.....
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

ANA KELLY FERREIRA NÓBREGA

OCUPAR A CIDADE: quando o Recife vai ao Cais José Estelita

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 11/03/2016.

Banca Examinadora

Profª. Norma Lacerda Gonçalves (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Suely Maria Ribeiro Leal (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Júlia Figueredo Benzaquen (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Caixa Postal 7809 Cidade Universitária – CEP: 50732-970 Recife/PE/Brasil
Tel: + (81) 21263111 Fax: + (81) 2126 8772
email: mdu@ufpe.br www.ufpe.br/mdu

Dedico este estudo aos meus filhos
Bernardo e Francisco,
que mesmo ainda tão crianças,
compreendem a importância de estudar.
Além do que, estiveram ao longo desse período
na constante torcida pela mãe.

AGRADECIMENTOS

À PROPESQ (Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação), e à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio durante esta pesquisa.

Ao Mestrado em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco, na pessoa da sua coordenação e dos funcionários, exibo minha sincera admiração por um curso tão contemporâneo e instigante para o debate das nossas cidades.

Aos Professores do MDU pelo conhecimento, aprendizagem e trocas vivenciadas no percurso do mestrado; e aos colegas do MDU pelas experiências apreendidas e transmitidas ao longo do curso.

Agradeço a todas as pessoas que estiveram ao meu lado durante o período desta pesquisa.

Àqueles que me estimularam,

Àqueles que me apoiaram,

Àqueles que confrontaram e desafiaram e acima de tudo contribuíram muito com suas críticas.

Agradeço de maneira singela: a Deus (presente dentro de mim!), à toda minha família, aos meus familiares e aos meus amigos. Reconheço o quanto sou agraciada pela vida em ter vocês comigo.

Agradeço de maneira especial: com muita admiração e carinho a orientadora dessa pesquisa, a Professora Dra. Norma Lacerda. Agradeço pela forma precisa e contundente de provocar o conhecimento. De enriquecer as reflexões e somar a aprendizagem.

Agradeço de maneira exclusiva: ao meu esposo, Murilo, por ter respeitado este meu propósito. Por ter sido apoio necessário, presente e companhia para os nossos filhos.

“Que continuemos a nos omitir da política é tudo o
que os malfeitores da vida pública mais querem”.

Bertold Brecht

RESUMO

A dissertação propõe investigar as formas de mobilização das recentes manifestações de rua, tendo como objeto empírico de análise o Grupo Direitos Urbanos (DU) em Recife, um grupo que tem a sua origem na articulação de pessoas interessadas em política e preocupadas com os problemas da cidade. O Grupo Direitos Urbanos tem sua principal forma de mobilização o uso da ferramenta de *internet* e a plataforma das redes sociais. O grupo foi se expandindo através das redes sociais e começou a transformar suas preocupações em ação, ganha projeção nas mobilizações em torno do Ocupe Estelita, um território numa área central da cidade do Recife, pertencente ao antigo parque ferroviário e que existe uma proposta de um grande empreendimento imobiliário para o local. Em um determinado momento da história da democracia brasileira a institucionalização dos espaços de discussão e proposição das políticas públicas (com destaque para os Conselhos Setoriais) era analisada como possíveis espaços que pudessem favorecer a descentralização política e administrativa no Brasil. Mas, o que se assiste é um avanço da governança corporativa em muitas cidades no país. A aliança do capital imobiliário com os capitais financeiro e fundiário vem ganhando centralidade no gerenciamento das cidades. Esta aliança sugere que seja um reflexo da tão jovem democracia brasileira. Em 2008, o anúncio da crise econômica mundial abala as estruturas das estabilidades sociais propagadas em muitos países. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, muitas fábricas fecharam, bancos e empresas de seguro demitiram inúmeros funcionários. Algumas reações advindas da sociedade foram registradas e uma delas foi o Movimento *Ocuppy*. No Brasil as Jornadas de junho de 2013 pegam de surpresa muitos estudiosos e analistas do tema da democracia e movimentos sociais. Em Recife um projeto nomeado como Novo Recife gera polêmica, questionamentos e ampla mobilização de enfrentamento ao processo de produção do espaço urbano na cidade. Uma posição que vai ao encontro das premissas do Direito à Cidade. Este trabalho discute temas como governança corporativa, ativismo social, direito à cidade e movimentos sociais da atualidade. Dialoga com essas temáticas com o enfoque de contribuir com a reflexão dos movimentos contemporâneos ao responder QUEM, POR QUE e COMO protestam os ativistas sociais.

Palavras-chave: Ativismo social. Governança corporativa. Direito à cidade. Movimentos sociais da atualidade.

ABSTRACT

The thesis proposes to investigate the ways of mobilization of the recent street demonstrations, with the empirical object chosen for analyzing the Urban Rights Group in Recife, with the bias of the research marked the mobilizations around the Occupy Estelita. At one point in the history of Brazilian democracy institutionalization of spaces for discussion and proposal of public policies (especially the Sector Councils) was analyzed as potential areas that could foster political and administrative decentralization in Brazil. But what we are witnessing is an advancement of corporate governance in many cities in the country. The alliance of real estate capital with financial and land capital has gained centrality in the management of cities. This alliance suggests that it is a reflection of that young Brazilian democracy. In 2008, the announcement of the global economic crisis undermines the social stability of the structures propagated in many countries. In the United States, for example, many factories closed, banks and insurance companies have laid off many employees. Some reactions coming from the society were registered and one of them was the Occupy Movement. In Brazil the June 2013 Journey take by surprise many scholars and analysts theme of democracy and social movements. Recife in a project named as New Recife generates controversy, questions and broad mobilization to confront the production process of urban space in the city. A position that meets the premises of the Right to the City. This paper discusses topics such as democracy, governance, social activism, right to the city and social movements today. Dialogues with these issues with the focus to contribute to the reflection of the contemporary movements in responding WHO, WHY and HOW protest social activists.

Keywords: Social activism. Corporate governance. Right to the city. Social movements of our time.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recife e sua Região Metropolitana – localização do Cais José Estelita.....	14
Figura 2 - Recife e sua Região Metropolitana – localização do Cais José Estelita.....	14
Figura 3 - Países (assinalados em azul) onde ocorreram manifestações.....	21
Figura 4 - Queixas e demandas dos protestos mundiais, 2006-2013.....	23
Figura 5 - Chamadas para debates.....	58
Figura 6 - A resistência é local, mas a luta é global.....	59
Figura 7 - Linha do tempo do Movimento Ocupe Estelita.....	59
Figura 8 - Cópia do alvará de demolição.....	81
Figura 9 - Espacialização das principais ações do grupo Direitos Urbanos.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Países onde ocorreram manifestações	21
Quadro 2 - A pauta do Movimento Passe Livre	34
Quadro 3 - Matérias jornalísticas sobre a Ocupação do Estelita.....	60
Quadro 4 - Dados sobre as visualizações de sites, vídeos e notícias.....	63
Quadro 5 - Fatos que guardam relação com as questões da legalidade e da licitude dentro do processo que envolve o Projeto Novo Recife.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEMI	Associação das Empresas do Mercado Imobiliário
ANCOP	Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa
CREA-PE	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Pernambuco
CDU	Conselho de Desenvolvimento Urbano
CONCIDADES	Conselho das Cidades
DIRCON	Diretoria Geral de Controle Urbano
DU	Grupo Direitos Urbanos
FB	<i>Facebook</i>
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
IAB-PE	Instituto de Arquitetos do Brasil, seção Pernambuco.
MDU	Mestrado de Desenvolvimento Urbano
MPL	Movimento Passe Livre
MPL-SP	Movimento Passe Livre – São Paulo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PL	Projeto de lei
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
TJPE	Tribunal de Justiça de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	MUNDO E BRASIL – UM PANORAMA SOBRE OS PROTESTOS	20
2.1	O que motiva os protestos	20
2.2	Manifestações de Junho/2013 no Brasil: o Estado e a imprensa	27
2.3	O MPL e a pauta do Passe Livre	31
2.4	O direito à cidade: a pauta do DU	35
3	RECIFE – ASPECTOS DA SUA HERANÇA HISTÓRICA DE PRÁTICAS PARTICIPATIVAS	38
3.1	Participação social no Recife: um registro de conflitos e disputa de interesses	38
3.2	A luta por uma maior inclusão social no urbano da cidade	43
3.3	As práticas do grupo Direitos Urbanos e do #ocupeestelita	46
3.4	A ocupação do Cais José Estelita	55
3.4.1	Quem protesta e por que protesta	55
3.4.2	Como se protesta	57
3.4.3	As reações da mídia	60
3.4.4	A administração pública e a reintegração de posse	64
4	O FASCISMO SOCIAL E A REPOLITIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS – REFLEXÕES SOBRE O QUE ANDA ACONTECENDO NO RECIFE	69
4.1	O fascismo social	69
4.2	A Repolitização dos movimentos sociais	82
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	92
	ANEXO A	99
	ANEXO B	100
	ANEXO C	129
	ANEXO D	131
	ANEXO E	132
	ANEXO F	133
	ANEXO G	136
	ANEXO H	138
	ANEXO I	140
	ANEXO J	141

ANEXO K	144
ANEXO L.....	146

1 INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que o Brasil possui espaços institucionalizados para discussão de quase todas as políticas públicas. Tais espaços são fruto de um legado democrático que este país vivenciou nas últimas décadas. Houve uma época, no cenário brasileiro, em que se almejava adquirir a institucionalização de instrumentos, espaços e canais de diálogos entre o poder público e representações da sociedade civil. Esta conquista foi selada nas décadas de 1990 e 2000.

Esperava-se que a institucionalização dos espaços de discussão e proposição das políticas públicas (a exemplo dos Conselhos Setoriais) pudesse favorecer uma descentralização política e administrativa no Brasil. Caso isto tivesse ocorrido, esta descentralização não deveria estar contribuindo para o avanço da democracia brasileira? Todavia, o que se assiste, nos últimos anos, é um avanço da governança corporativa em muitas cidades do País. A aliança do capital imobiliário com os capitais financeiro e fundiário vem ganhando centralidade no gerenciamento das cidades.

É importante relembrar que, nos anos 2000, o Brasil passou à condição de país emergente, sendo reposicionado frente à economia mundial como um país estratégico e de medidas seguras para investimentos. Estas e outras ações contribuiriam para o aumento da autoestima dos cidadãos e cidadãs brasileiras. No entanto, no cotidiano das cidades, ainda se testemunham situações relativas à ineficácia das políticas públicas. Nesta dissertação, a autora irá se deter na política pública urbana, na medida em que esta é central para a efetividade do Direito à Cidade.

Esta ineficácia sugere que seja um reflexo da tão jovem democracia brasileira, a qual deixa o país em uma posição distante do que se pode considerar democracia plena de direitos constituídos, ou seja, uma cidadania para todos, uma maior universalização dos direitos, não apenas democráticos eleitorais, mas também democráticos sociais. É oportuno lembrar que as políticas sociais implementadas no Brasil não se originaram de nenhuma dádiva dos governos, mas sim do diálogo e das negociações, ao longo de anos, entre representações sociais diversas e o Estado.

Em 2008, o anúncio da crise econômica mundial alarmou desconfiança nas estabilidades sociais difundidas pelos governos de diferentes países. Situação fácil de entender, pois, se a imagem que se tinha das grandes potências mundiais era exatamente a da estabilidade e segurança; naquele ano esta imagem foi posta em cheque.

Nos Estados Unidos da América, por exemplo, muitas fábricas, bancos, empresas de seguros faliram e, conseqüentemente, demitiram milhares de trabalhadores. Em Detroit, cidade conhecida mundialmente pela produção de veículos automotivos, bairros inteiros ficaram vazios transformando a cidade em quase fantasma. Com a crise, parte dos habitantes abandonaram suas casas porque não tiveram mais como saldar as dívidas de hipoteca nos bancos.

No cenário de incertezas, algumas reações advindas da sociedade foram registradas e uma delas foi um movimento de mobilização e ativismo social nomeado como *OCUPPY*, cujo desdobramento foi diferente *occupys*, assinalados como expressão da indignação frente ao caos econômico anunciado.

O Occupy Wall Street, de acordo com Harvey (2012a), é um movimento que tem um objetivo simples, cujos preceitos afirmam que a classe dos ricos não vai mais governar sem oposição e nem herdar automaticamente a terra, e que tem em sua origem uma evidenciada linha de enfrentamento ao Partido de Wall Street, que sem dificuldades controlou os Estados Unidos por tempo demais. Esse partido “corrompeu legalmente o congresso por meio da dependência covarde dos políticos de ambos os partidos em relação ao poder do seu dinheiro e ao acesso à mídia comercial que controla” (HARVEY, 2012a, p.57).

Mas agora, pela primeira vez, há um movimento explícito que enfrenta o Partido de Wall Street e seu mais puro poder do dinheiro. A “*street*” [rua] de Wall Street está sendo ocupada – ó, horror dos horrores – por outros! Espalhando-se de cidade em cidade, as táticas do Occupy Wall Street são tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximo à localização de muitos dos bastiões do poder e, colocando corpos humanos ali, convertê-lo em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de se opor ao seu alcance. (HARVEY, 2012a, p. 60)

No Brasil, um marco provavelmente inspirado no movimento acima mencionado foram as manifestações ocorridas em junho de 2013, mais conhecidas como Jornadas de Junho de 2013. Durante as manifestações, milhares de pessoas foram às ruas das principais cidades brasileiras, apresentando cartazes com dizeres das insatisfações frente à situação de degradação existente nas cidades (problema de mobilidade urbana, de esgoto sanitário, de saúde pública) e aos desmandos conhecidos como superfaturamento das obras públicas, corrupção e desvios de recursos.

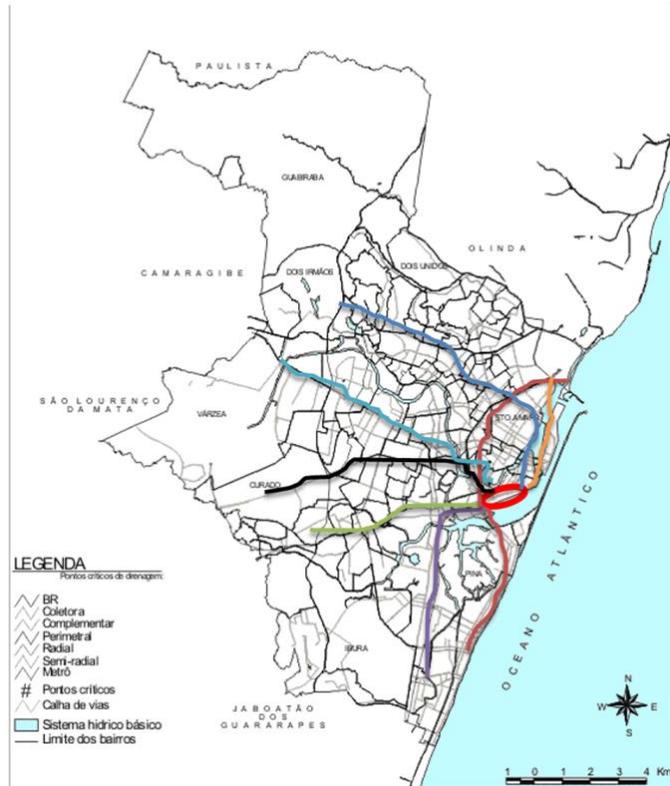
Os questionamentos sobre a eficácia das políticas públicas aliados ao avanço do potencial da governança corporativa vêm proporcionando motivos suficientes para que manifestações de massa eclodam pelo Brasil afora. As jornadas de junho de 2013, marco inicial, ganham, assim, relevância histórica na democracia brasileira.

Tais questionamentos estenderam-se ao processo de produção do espaço urbano. No Recife, um Projeto – intitulado Novo Recife – foi apresentado, em 2012, à cidade. Trata-se de um mega-empreendimento imobiliário, a ser localizado em uma área estratégica (figuras 1 e 2): às margens da Baía do Pina (estuário do Rio Jordão e Tejipió), próxima ao Bairro do Recife (centro da cidade) e do tão valorizado Bairro de Boa Viagem.

Figura 1 - Recife e sua Região Metropolitana – localização do Cais José Estelita



Figura 2 - Recife e sua Região Metropolitana – localização do Cais José Estelita



Fonte: Elaboração da autora com base em imagens coletadas em mapas do Plano Diretor do Recife.

A área – conhecida como Cais José Estelita – pertencia ao Governo Federal até o ano 2008, quando foi adquirida, mediante leilão, por um Consórcio Imobiliário, formado por quatro grandes empresas imobiliárias.

Já nos primeiros instantes de divulgação deste empreendimento, uma sucessão de questionamentos e de posições contrárias surgiu por parte de diferentes setores da sociedade, e mais precisamente, de cidadãos comuns que conseguiram se articular por meio das redes sociais. Desta forma emergiu, instigado pelo Grupo Direitos Urbanos (DU), o movimento conhecido como #ocupeestelita. A polêmica trazida pelo Novo Recife, incluindo o formato controverso da “aquisição” do seu terreno (leilão contestado), assim como da ocupação deste valioso espaço urbano que deveria ser usufruído pela coletividade.

Tal movimento instigou a formulação do objetivo central desta pesquisa, qual seja: investigar as formas de mobilização das recentes manifestações de rua, nas cidades brasileiras, suas respectivas pautas de reivindicação e a relação destas pautas com o cotidiano das cidades, verificando se tais manifestações estão de alguma forma relacionada ao avanço da consolidação da democracia brasileira.

Com a finalidade de aprofundar a análise sobre este processo das manifestações recentes, foi escolhido como objeto de análise o Grupo Direitos Urbanos em Recife, com o viés de investigação alicerçado nas mobilizações em torno do Movimento #ocupeestelita. A escolha deste viés está diretamente relacionada à relevância do conflito entre governo, mercado imobiliário e sociedade expressa de maneira estruturante no objeto de análise.

Como forma de melhor estruturar a análise proposta, foram adotados como marco temporal a crise econômica mundial em 2008 – em decorrência da relevância de suas causas e consequências socioeconômicas – e o ano de 2015, ano chave, como se verá adiante, para o movimento #ocupeestelita.

O objetivo central desdobra-se em três objetivos específicos, quais sejam:

- a) identificar quem protesta, por que protestam, como protestam;
- b) apreender a reação da mídia;
- c) analisar o comportamento dos governantes frente a estas manifestações.

Para atingir os objetivos delineados, esta dissertação de mestrado foi estruturada em quatro capítulos, sendo este a introdução. A seguir, anunciam-se os objetivos de cada um dos seguintes capítulos e os respectivos procedimentos investigativos, bem com as fontes de dados e informações.

No **capítulo 2**, são apresentados os contextos mundial e nacional que vem impulsionando as manifestações recentes observadas em diversas cidades, com ênfase nas questões sociais e econômicas que vêm interferindo na agenda da participação democrática, como instrumento de reivindicação de melhores condições das infraestruturas urbanas das cidades. A continuidade do modelo de desenvolvimento capitalista, ainda socialmente muito desigual, é uma das hipóteses apontadas na literatura para o surgimento do ativismo social – presenciado em várias cidades do Brasil e no mundo – na defesa por políticas públicas mais igualitárias e equilibradas. Observa-se a constituição de fenômenos e sujeitos sociais que esboçam diferentes formatos para pressionar o Estado.

Em relação ao cenário mundial, o resultado da pesquisa *WORLD PROTEST*¹ 2006/2013, que mapeou os protestos pelo mundo nos últimos anos, serviu, inclusive, de inspiração para a

¹ Publicado pela primeira vez em setembro 2013 pela *Initiative for Policy Dialogue*, Universidade de Columbia, Nova York - www.policydialogue.org Friedrich-Ebert-Stiftung escritório de Nova York - www.fes-

construção dos objetivos específicos deste trabalho, assim como também, como fonte estruturante para o percurso metodológico e analítico desta dissertação.

É importante anotar que a participação, com apresentação de trabalho, no Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: Aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul, em julho de 2014, organizado pelo professor Boaventura de Sousa Santos (Universidade de Coimbra-Portugal), ofereceu reflexões importantes sobre tais movimentos no mundo e no Brasil. Outras importantes referências foram os trabalhos de Harvey (1996, 2004a, 2004b, 2012a, 2012b, 2013, 2014) e do próprio Boaventura de Souza Santos (2002, 2013a, 2013b, 2013c).

No que concerne ao cenário brasileiro, a origem das manifestações de junho de 2013, as suas especificidades e contradições foram analisadas à luz de autores brasileiros – como Maricato (2013), Rolnik (2013) – que vem se posicionando quanto a essas mobilizações, além de informações contidas em *sites*, procurando desvendar como o Estado reagiu e como a mídia nacional se situou frente ao embate.

Como, em última instância, o que está em jogo nestas manifestações são os serviços públicos ofertados nas cidades, conclui-se este capítulo retomando uma das obras basilares de Lefebvre (2008a, 2008b), o *Direito à Cidade*, publicado pela primeira vez em 1967.

No **capítulo 3**, adentra-se no objeto empírico de análise – o Recife e mais especificamente no caso do movimento #ocupeestelita. Mostra como diferentes formatos de pressionar o Estado se manifestam nessa cidade, privilegiando um mapeamento das ações articuladas pelo DU e as manifestações ocorridas pelo Movimento #ocupeestelita. Mais ainda, procura identificar quem protesta, porque protestam e como protestam, além de averiguar as reações dos governos estadual e municipal e dos meios de comunicação.

Para uma melhor apreensão dessas ações e manifestações foi necessário, inicialmente, recuperar brevemente a herança histórica de práticas participativas nesta cidade e a recente participação nos espaços institucionalizados de gestão da cidade. Acredita-se que este movimento guarda relação com o próprio histórico de lutas e enfrentamentos populares na cidade do Recife. Para esta análise foi necessário lançar mão de autores como Leal (2003), Leite

globalization.org/new_york/. A referida pesquisa analisa 843 protestos ocorridos entre janeiro de 2006 e julho de 2013, em 84 países, cobrindo mais de 90% da população mundial. O documento centra-se em: (i) as principais queixas de condução protestos mundiais (ii) que está demonstrando, quais os métodos que eles usam, e quem são eles contrário de (iii) as realizações e repressão dos movimentos sociais no curto prazo, e protesto (iv) as principais demandas políticas de manifestantes mundo. O documento apela para os decisores políticos para ouvir, se as mensagens são articuladas ou comunicam apenas através de frustração e violência. As palavras-chave da pesquisa são: protestos, motins, movimentos sociais, campanhas, manifestações, austeridade, de crise, a democracia, a desigualdade, a justiça social. (Fonte: <http://policydialogue.org/publications/filter/DD0000/0/5/3935/0/0/P0/>).

(2002) e Bernardes (2012), mostrando o quanto a participação se impõe frente à destruição de lugares, da memória coletiva.

Em seguida e, ainda, neste capítulo – analisa-se o ativismo democrático exercido pelo Grupo Direitos Urbanos (DU) e o Movimento #ocupeestelita. Para tanto, foi necessária a realização de entrevistas semi-estruturadas com representantes do DU, os quais contribuíram substancialmente para o alcance dos resultados apresentados nesta dissertação e também nas informações contidas nos seus respectivos *sites*. Acrescem-se, ainda, pesquisas em outros *sites* alternativos e em jornais locais on-line, nacionais e internacionais, além de uma série de vídeos sobre o que vinha acontecendo no Cais José Estelita.

Ademais, frente aos desafios investigativos da pesquisa, sobre uma temática ainda recente e em movimento, optou-se em adotar a prática de observação participante com o intuito de registrar as informações relacionadas com o objeto empírico de estudo.

Enquanto observadora participante, as atividades de campo desenvolvidas foram principalmente nos eventos, mobilizações, manifestações e reuniões relativas ao objeto de análise. Durante a presença nestas atividades, foi estruturado inicialmente um percurso preliminar (ou um plano provisório) de investigação com a preocupação de registrar as pautas adotadas nas mobilizações, o perfil destes participantes e o formato das mobilizações. Enfim, o que dialogava com os objetivos específicos dessa pesquisa.

A postura de observadora em campo enriqueceu a análise desta pesquisa, ao permitir uma reflexão associada com a contextualização vivida e com a velocidade dos acontecimentos registrados.

Cabe anotar que se praticou, durante as atividades de campo, o exercício do olhar qualitativo, lançando mão de observações nos termos acima relatados, de entrevistas e de reflexões a respeito da coisa estudada. Ao longo da pesquisa foi possível participar de várias atividades relacionadas com a temática, dentre as quais se destacam:

- a) quatro reuniões realizadas na sede do IAB-PE com integrantes do Grupo Direitos Urbanos e representantes da sociedade civil;
- b) acompanhamento em uma passeata no centro da cidade do Recife contra a postura adotada pela gestão pública municipal em relação à produção do espaço urbano recifense;
- c) seis visitas ao acampamento do Movimento #ocupeestelita no Cais José Estelita, que perdurou do dia 21 de maio ao dia 17 de junho de 2014.

Registram-se também duas outras atividades. A primeira diz respeito à participação da autora desta dissertação na equipe de organização e coordenação da Conferência “Economia e Política da Urbanização: acumulação do capital e direito à cidade” proferida pelo economista David Harvey, em novembro de 2014, na cidade do Recife. Esta conferência, além de outros

dos seus trabalhos, aportou elementos importantes não apenas para subsidiar a análise do movimento em pauta, mas também para entender a emergência das recentes mobilizações. A outra se refere à participação na semana do seminário, organizado pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) cujo tema “Urbanismo, Mídia e Mobilização Popular”, teve como foco de discussão as mobilizações recentes no Recife.

No **capítulo 4**, identificam-se, na primeira parte, algumas semelhanças entre o que Boaventura de Sousa Santos descreve como fascismo social – conceito por ele proposto para dar conta das novas formas de dominação e exploração nas sociedades contemporâneas – e as condutas adotadas pelas gestões públicas nessa cidade, mas especificamente no que diz respeito à aprovação do Projeto Novo Recife. Nesta discussão, a ênfase é conferida aos aspectos do legal e do ilegal, do justo e do não justo, presentes em um projeto tão polêmico quanto o Novo Recife.

Na segunda parte são reafirmadas e analisadas as práticas do Grupo Direitos Urbanos, enfatizando-o enquanto um novo processo, que vem sendo construído e vem reposicionando os movimentos sociais nesses primeiros anos do século XXI. A análise fundamentada teoricamente em Touraine (1988, 1989, 1996, 1998, 2002) e Gohn (2011, 2012) permitiu afirmar que, de fato, assiste-se a um processo de repotilização dos movimentos sociais.

Assim é descrita uma reflexão dos temas que perpassam o objeto analisado e apresentam-se os resultados encontrados lançando mão do auxílio de peças gráficas como mapas e tabelas.

Consideram-se neste capítulo os fatos e aspectos principais ocorridos em torno do Projeto Novo Recife, desde a constituição formal do consórcio até o ano de 2015. Diante disto, o Grupo Direitos Urbanos e o movimento #ocupeestelita são vistos como elementos surpresa, numa trajetória de alinhamento corporativo que vinha (ou vem) sendo adotado na governança da cidade. Para a coleta de dados e arremates desta contextualização e análises, foram colhidas informações contidas em publicações de jornais impressos, *sites*, matérias de revistas (impressas e *online*) e vídeos.

Os aspectos do legal e do ilegal, do justo e não justo presentes em um projeto tão polêmico quanto o Novo Recife são ressaltados. O capítulo aborda ainda a importância de uma discussão permanente nas cidades sobre a produção do espaço urbano e, até certo ponto, é ressaltada a conduta de como o poder público assume o papel de interlocutor, conciliador ou argumentador nesta produção do espaço nas cidades.

O trabalho conclui que a institucionalização dos espaços de discussão das políticas públicas não reverbera na prática de uma Gestão Democrática nas cidades brasileiras. Como parte da sociedade passa a ter maior acesso às informações – com a ampliação do acesso às redes de telecomunicações e às redes da *internet* –, de forma mais rápida – por que não dizer

instantaneamente – faz com que esta parte da sociedade possa se sentir mais vigilante, mais perto do processo de produção do espaço urbano, que a *priori* esteve ao longo de décadas sendo regido pelo Estado e pelo setor privado, sem fortes questionamentos.

Convém ainda anotar – antes de finalizar esta introdução – que o interesse por essa pesquisa surgiu a partir da inquietação da autora deste trabalho. Arquiteta militante das causas sociais e urbanas, defensora de espaços democráticos, ex-integrante do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU-Recife), no período de 2003 a 2007; e que por essa vivência prática em determinados espaços teve sua motivação aguçada para aprofundar os conteúdos discutidos nessa pesquisa. Ademais, ao longo da sua trajetória profissional e acadêmica tem participado de conselhos, debates, fóruns voltados para a democratização das cidades. A curiosidade despertada por estas mobilizações recentes foi quase que imediata.

Estas mobilizações, sem dúvida, possuem seus desafios e seus dilemas – como diria o poeta: seus amores e dissabores – mas vêm orquestrando com maestria um enfrentamento ao capital, notadamente ao imobiliário, cujos ganhos decorrem da produção do espaço urbano. É um movimento inovador em sua forma de agir. Distingue-se no cenário brasileiro enquanto movimento capaz de questionar o processo de produção do espaço urbano.

Por fim, espera-se que este estudo, ora apresentado, possa contribuir com outras pesquisas complementares. De fato, dentro dos limites de uma pesquisa de mestrado, uma leitura aprofundada da totalidade do objeto não seria possível. Assim os aspectos apresentados e analisados no decorrer do trabalho apontam para a conduta da gestão pública municipal no tocante ao *Projeto Novo Recife*, indicando quem protesta, por que e como protesta. Sendo assim, destaca-se que este trabalho, de caráter investigativo, não finda nele mesmo, muito pelo contrário, ele deve ser considerado como parte integrante de outros trabalhos acadêmicos que provavelmente serão desenvolvidos.

2 MUNDO E BRASIL – UM PANORAMA SOBRE OS PROTESTOS

Este capítulo investiga os contextos mundial e nacional, impulsionadores das manifestações recentes observadas em diferentes cidades, assinalando os motivos e as características dos protestos, as formas de mobilização, as pautas de reivindicação. No caso, brasileiro, ressalta, além desses aspectos, o comportamento das mídias e as reações do Estado frente às manifestações.

Para melhor nortear a análise, este capítulo da dissertação foi estruturado em quatro partes. Na primeira apresenta dados e reflexões oferecidas pela pesquisa *World Protest*, permitindo entender o contexto mundial no qual ocorre a crise de representatividade política e com ela a emergência de inúmeras mobilizações em diversas cidades do planeta.

Na segunda, analisa-se especificamente o caso brasileiro, mostrando que, em suas linhas centrais, as Jornadas de Junho de 2013, além de serem um legado da crise brasileira de participação representativa, são uma herança da trajetória das lutas populares pela participação social no sentido de ampliar o direito à cidade, título, aliás, do livro de Henry Lefebvre, escrito no ano 1967. A escolha por estas mobilizações – enquanto um exemplo das manifestações recentes no país – ocorre pelo caráter destes acontecimentos em termos de enfrentamento às ações antidemocráticas que vêm sendo legitimadas pelas gestões públicas brasileiras. As questões centrais analisadas são o comportamento da mídia nativa e a reação do Estado.

Na terceira, indica de forma mais aprofundada como foi se formando desde 2003, o Movimento Passe Livre (contra os aumentos das tarifas de transporte coletivo), origem dessas Jornadas.

Finalmente, na quarta, apresentam-se considerações sobre o referido direito – conceito estruturante desta pesquisa – que, na sua essência, corresponde às pautas reivindicadas pelo Grupo Direitos Urbanos, grupo que, obviamente, reivindica *os direitos à cidade*.

2.1 O que motiva os protestos

O mundo está passando por mais um período turbulento em sua história, que se reflete em manifestações que explodem em diversos países em torno de uma pauta cada vez mais comum e que encontra origem na crise de um sistema político-econômico que vem dando sinais de desgaste, impondo, à maior parte da população mundial e especialmente aos mais vulneráveis, fortes privações.

Recentemente, a pesquisa *World Protest* (2006/2013) mapeou os protestos pelo mundo nos últimos anos, identificando e classificando 843 protestos, ocorridos entre janeiro de 2006 e julho de 2013, em 87 países onde vivem mais de 90% da população mundial (ORTIZ et al, 2013). O quadro 1 apresenta o nome destes 87 países, e, a seguir, a figura 3 destaca os países nos quais foram registradas manifestações no período do mencionado estudo.

Quadro 1 - Países onde ocorreram manifestações

África do Sul	Colômbia	Iémen	Mali	Rússia
Alemanha	Congo	Índia	Mauritânia	Saaara Ocidental
Argélia	Coreia do Sul	Indonésia	México	Senegal
Angola	Costa do Marfim	Irã	Marrocos	Singapura
Arábia Saudita	Dinamarca	Irlanda	Moçambique	Somália
Argentina	Egito	Islândia	Mianmar	Sri Lanka
Austrália	Emirados Árabes	Israel	Nepal	Sudão
Bangladesh	Unidos	Itália	Nicarágua	Síria
Bolívia	Espanha	Jamaica	Níger	Tanzânia
Brasil	Estados Unidos	Japão	Nigéria	Tailândia
Bulgária	Etiópia	Jordânia	Omão	Territórios Palestianos
Burquina Faso	Filipinas	Kazaquistão	Paquistão	Tunísia
Camarões	França	Líbia	Peru	Turquia
Canadá	Gana	Madagascar	Polônia	Uganda
Chade	Grécia	Malásia	Portugal	Ucrânia
Chile	Haiti	Quênia	Reino Unido	Uzbequistão
China	Hungria	Quirguistão	Romênia	Vietnã

Fonte: ORTIZ et al, 2013

Figura 3 - Países (assinalados em azul) onde ocorreram manifestações.



Fonte: ORTIZ et al, 2013

Burke (2014), uma das autoras da pesquisa, destaca, em artigo publicado na Revista SUR, nº 20, a importância de compreendermos o que motiva os protestos recentes. Segundo ela, foi isso que impulsionou a realização da pesquisa. Esta conclui que a causa que unifica a maior parte dos protestos é o conjunto de demandas classificadas, como a busca por justiça econômica e a rejeição às medidas de austeridade que se manifestam negativamente nos serviços públicos, nos níveis de emprego, salários e condições de trabalho, nas questões tributárias, nas reformas agrária e fundiária, na previdência social, nos preços de alimentos e de energia e na luta por moradia. Essa generalidade ou diversidade é evidente no Brasil. Porém, a falta de democracia verdadeira é a queixa mais presente nos protestos pelo mundo e guarda relação direta com as demais demandas disseminadas pelos protestos. Como bem afirma a referida autora:

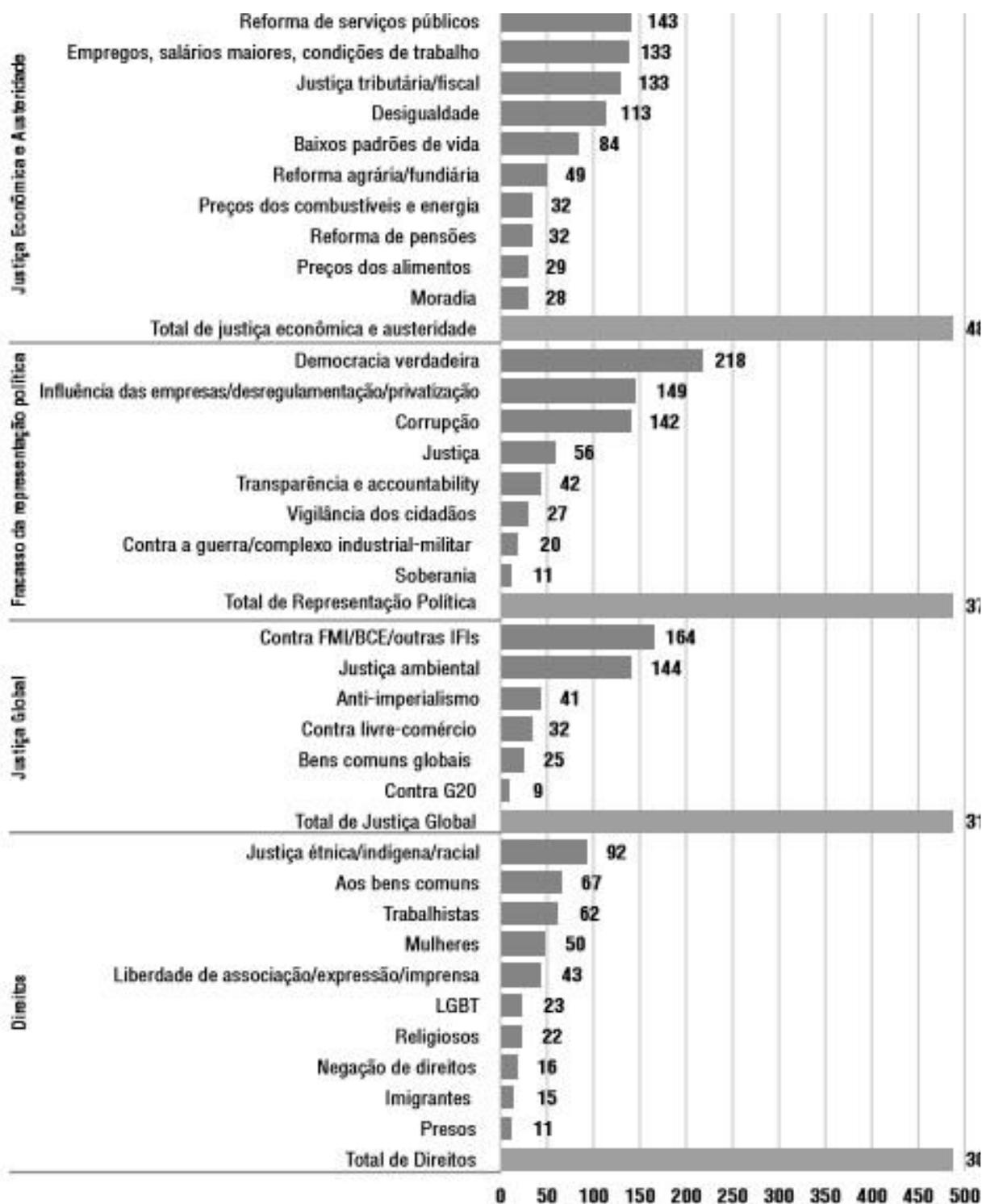
Embora amplas demandas por justiça econômica sejam numerosas e generalizadas, a única demanda que supera todas as outras se encontra em um conjunto de queixas que apontam para um fracasso da representação política. Ela aponta justamente para o problema que impede o progresso em direção à justiça econômica: a falta de democracia verdadeira. (BURKE, 2014, p.28).

Assim, a crise de representatividade política é destacada por buscar dar sobrevida a um sistema político-econômico que defende os interesses de uma elite à custa da maior parte da população, e, em especial, dos mais vulneráveis.

Essa demanda vem de manifestantes em vários sistemas políticos, e os padrões de protesto indicam que não somente os governos autoritários, mas também as democracias representativas, antigas e novas, não ouvem nem respondem às necessidades da maioria dos cidadãos. (BURKE, 2014, p.28)

A figura 4, a seguir, reproduz os resultados da mencionada pesquisa por meio do qual pode-se observar a quantificação e classificação das queixas ou demandas presentes nos protestos pelo mundo.

Figura 4 - Queixas e demandas dos protestos mundiais, 2006-2013.



Fonte: ORTIZ et al, 2013

Uma observação relevante é o considerável aumento de atos e protestos pelo mundo, principalmente após a crise econômica mundial de 2008 e as medidas adotadas pelos países para a recuperação das suas respectivas economias. De forma geral, priorizam a adoção da

chamada política de austeridade, significando grande ônus sociais, notadamente, para os segmentos de mais baixa renda.

Também merece destaque o aumento do número e a mudança do perfil dos manifestantes. Ao lado dos que se mobilizam através dos meios tradicionais como os Sindicatos e os Movimentos Sociais, estão os integrantes das classes médias de diversos países: jovens e idosos. Ademais, a própria forma de mobilização tem adotado novos métodos que se apropriam da “liberdade” existente na rede mundial de computadores (*internet*) para atingir um número cada vez maior de pessoas em todo o mundo².

A violência durante as manifestações, segundo Burke (2014), aparece somente em aproximadamente 8% dos atos. Cabe anotar que – pelo menos no caso de boa parte das manifestações ocorridas no Brasil, do mês de junho de 2013 para cá – a violência esteve presente, impulsionada, inclusive, pela versão “oficial” da velha mídia que desqualifica e criminaliza essas manifestações, assunto que abordaremos mais adiante. Convém esclarecer que a repressão de Estado não é, necessariamente, vinculada ao uso de força física. A estrutura de vigilância e a desqualificação dos movimentos sociais e dos ativistas por meio da grande mídia têm sido comumente empregadas.

Outro aspecto importante, sublinhado pela pesquisa *World Protest*, são os alvos principais das manifestações. De forma geral, os governos nacionais são identificados como os responsáveis por permitir viabilizar as transformações desejadas ou reivindicadas, em cada um dos países, pelas grandes corporações capitalistas, em detrimento dos interesses do cidadão comum.

O Brasil tem vivenciado estas manifestações, com as suas contradições e as suas especificidades. Afinal, o referido período de turbulência econômica mundial coincidiu com um período de redução das desigualdades sociais. Esta foi, durante toda sua história enquanto nação, a base do seu desenvolvimento. O país nasceu como extrativista e escravagista. (POCHMANN, 2015). Maricato (2013) sugere a relação desta condição social com a construção das nossas cidades quando analisa que à desigualdade social, à herança escravagista, se somam um estado patrimonialista e uma cultura clientelista. É neste contexto que as cidades brasileiras são produzidas, reproduzindo estas relações sociais.

Na visão do ex-ministro Bresser-Pereira (2011), o que caracterizou o governo do Presidente Lula, iniciado em 2003, não foi o desenvolvimento econômico, e sim a distribuição

² A invasão de computadores e o vazamento de documentos confidenciais são exemplos dessas outras formas de ativismos que passamos a conhecer nos últimos anos.

de renda. O aumento real dos salários e da participação dos investimentos sociais no PIB contribuiu definitivamente para este quadro. Foi o alcance do Bolsa Família que, conjuntamente com outras medidas, viabilizou a redução da desigualdade.

Porém, esta nova classe média, pode ter sua ascensão mais identificada por meio da ampliação da sua capacidade de consumo do que, de fato, por uma ascensão social. Classe C é consumo: carro, computador, TV a cabo, crédito, casa própria, contudo carteira de trabalho é seu maior símbolo (NERI, 2012).

De 2003 aos dias atuais, uma geração de jovens cresceu neste Brasil. Em 2013, no auge dos protestos, estiveram nas ruas e nas redes sociais, demonstrando uma insatisfação crescente com os rumos que o país seguia. Como já visto, as reivindicações, convergentes com outros atos ocorridos pelo mundo, encontraram reflexo fortemente expresso nas cidades brasileiras, mais especificamente na qualidade dos seus serviços públicos. Estes pautaram fundamentalmente os protestos vivenciados em 2013.

Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. (MARICATO, 2013, p.19-20).

É oportuno acrescentar que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal em 2007, teve como objetivo primordial os investimentos em infraestrutura. Com a crise de 2008, um novo ciclo de investimentos foi promovido por esse Governo por meio do PAC II e uma nova política habitacional responsável por uma expansão imobiliária, que transformaram nossas cidades. Os números demonstram que, como medida econômica, estas iniciativas foram capazes de reverter, em parte, os efeitos da crise, porém, a agenda da Reforma Urbana ficou à margem deste processo. Pior ainda, a política habitacional correu à margem de uma política fundiária que controlasse a valorização dos terrenos urbanos. Isso restringiu o acesso das populações de mais baixa renda a terrenos infraestruturados.

Assim, o impacto do crescimento do mercado imobiliário e das expectativas criadas com o aumento da renda e a expansão do poder de consumo foram de certa forma sendo frustradas na medida em que a terra urbana continuou sob o controle desse mercado. Ademais, os serviços públicos não acompanharam a crescente demanda representada pelos jogos da Copa do Mundo 2014. Na verdade, os grandes eventos estimularam e continuam a estimular – como é o caso das Olimpíadas a serem realizadas no Rio de Janeiro, neste ano – os questionamentos sobre os vultosos investimentos.

Interessante destacar o que afirma a professora Ermínia Maricato (2013) ao colocar na citação anterior que as: “[...] boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas

urbanas [...]”. A pesquisa *World Protest* (2006/2013) aponta que a crise de representatividade política repercute em diversos aspectos da vida cotidiana. Os sistemas políticos adotados em diversos países – fundamentados essencialmente na democracia representativa – têm contribuído para a manutenção do *status-quo*, que beneficia uma classe social minoritária (percentualmente falando) e aumenta as exclusões sociais e a falta de acesso aos serviços públicos para uma maioria da população, que já é historicamente é alijada dos seus direitos sociais.

O geógrafo, urbanista e antropólogo David Harvey lançou um livro em 2012 com o título *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution* (HARVEY, 2013). Este reapresenta uma contribuição importante para o debate sobre a atual crise do capitalismo, a degradação social e ambiental das cidades e a busca de alternativas. Para fundamentar sua visão, Harvey sustenta que estamos vivendo num tempo de crise financeira, ataque aos direitos sociais, risco de desastre ambiental e de rebeliões contra o sistema. Em entrevista concedida a John Brissenden e Ed Lewis, em julho de 2012, Harvey discorre sobre as hipóteses do seu livro:

A primeira provocação se refere ao papel das grandes metrópoles, a segunda diz respeito à própria (re)construção de um projeto pós-capitalista. O autor está empenhado em identificar e compreender formas de organização social distintas das previstas por um marxismo mais tradicional; e a terceira diz respeito a uma abertura ao novo, mas não significa, diz Harvey (e aqui está sua terceira provocação fundamental), aderir a modismos. (HARVEY, 2012b)

Para ressaltar o sentido dos atuais movimentos, na mesma entrevista Harvey (2012b), observa:

[...] é preciso buscar sentidos rebeldes nas lutas por direitos sociais empreendidas por um leque muito mais amplo de grupos e movimentos. Não cabe nostalgia em relação às batalhas dos séculos passados: é hora de tecer redes entre os que buscam de muitas maneiras, nas cidades, construir formas de vida além dos limites do capital.

As manifestações que tomaram as ruas do Brasil, em junho de 2013, distinguiram novos elementos no fazer democrático da história do país. Rolnik (2013, p.9) assinala que “a “fagulha” das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o Movimento Passe Livre (MPL), a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis –, que, entre “catracações³”, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) 2014 no Brasil”.

³ O Catracação é a implementação prática da Tarifa Zero para o transporte público. Pode ser feito com a abertura das portas traseiras do ônibus ou pulando as catracas.

Aqueles que acompanham ou estão engajados nas lutas urbanas sabem que, há muito tempo, multiplicavam-se, no tecido social, diferenciadas, dispersas e fragmentadas manifestações de protesto, insatisfação e resistência. Quantas reuniões, acadêmicas ou políticas, foram consagradas a analisar e/ou lamentar essa fragmentação? Há quanto tempo os militantes se veem às voltas com as dificuldades de fazer convergir reivindicações microlocalizadas e experiências de luta com diferentes enfoques e bases sociais? (VAINER, 2013, p. 36)

Alguns estudiosos trataram de relacionar o ocorrido no Brasil a protestos que foram registrados em diferentes lugares do mundo a tal ponto que batizaram junho de 2013 como a Primavera Brasileira. Os principais protagonistas dos protestos em âmbito nacional foram o MPL e o *Black Bloc*. O primeiro movimento surgiu na cena da capital paulista já em 2011 com uma campanha cujo lema era: “Se a tarifa não baixar, a cidade vai parar!”, e, até mesmo antes de 2011, com ações de protestos em outras capitais brasileiras, mas que não ganharam projeção nacional. Já o *Black Bloc*⁴ tem outra forma de atuação e aparece no Brasil com uma imagem “semelhante” ao *Black Bloc* americano.

No que tange ao formato das manifestações, pode-se primeiramente discernir que as mesmas tiveram como inspiração a linha de mobilização social espelhada pelo *Movimento Occupy*, um movimento de protesto que começou na Tunísia em janeiro de 2011 e se espalhou em seguida para o Egito e a Espanha, tornando-se global. Os protestos abraçaram *Wall Street* e dezenas de cidades nos Estados Unidos. “A globalização e as novas tecnologias permitem aos movimentos sociais vencerem fronteiras tão rapidamente quanto as ideias”, afirma Joseph Stiglitz prêmio Nobel de Economia em 2011. Para Stiglitz (2014), *Occupy* quer pouco, em termos econômicos, contudo reivindica democracia não controlada pelo dinheiro. Para ele, esse tipo de movimento é revolucionário.

2.2 Manifestações de Junho/2013 no Brasil: o Estado e a imprensa

A postura de violência instigada pela imprensa e adotada pelo Estado brasileiro em relação às manifestações de junho de 2013 remete à análise de Boaventura de Sousa Santos, que afirma com veemência que “a direita oligárquica não descansa” (CARTA MAIOR, 2012). Ademais, acrescenta “a violência é um recado da direita oligárquica a todos os movimentos

⁴ Nasceu no movimento autonomista da Alemanha nos anos 1980, quando manifestantes utilizavam máscaras e se vestiam de negro para dificultar a identificação da polícia (por isso foram apelidados de *der schwarze Block* ou bloco negro). No final dos anos 1980, o bloco negro se ocupava, sobretudo, de oferecer proteção às passeatas, impedindo a infiltração de agentes provocadores e protegendo os manifestantes dos ataques da polícia. Uma década mais tarde, nos protestos contra a OMC – Organização Mundial de Comércio -, em Seattle, o *Black Bloc* reapareceu nos EUA como um grupo orientado à destruição de propriedade privada como forma de protesto. (JUDENSNAIDER et al, 2013, p. 37-38).

sociais que lutam por seus direitos. Uma tentativa de desmoralizá-los. A direita é antidemocrática e não hesita em usar de todos os meios para garantir seus interesses, sejam meios legais ou não” (CARTA MAIOR, 2012).

Em 13 de junho de 2013, ocorreram atos de violência policial na repressão de manifestações populares. Estes atos só encontram justificativa em uma política de segurança pública militarizada que se concentra em defender os interesses do Estado e não a cidadania, o que limita a consolidação de nossa recente democracia (NÓBREGA JR., 2010). Para Rolnik,

A tropa de choque, que no cotidiano executa pessoas sumariamente nas favelas e realiza despejos jogando bombas de gás nos moradores, entrou e saiu de cena ao longo das manifestações, lembrando que no país próspero e feliz, a linguagem da violência ainda é parte importantíssima do léxico político. (ROLNIK, 2013, p. 10).

Por sua vez, a mídia nativa contribuía para consolidar o papel de um movimento social, surgido anos antes, com uma pauta objetiva: a instituição do passe livre como uma afirmação do Direito à Cidade (ROLNIK, 2013). Cabe esclarecer que, inicialmente, as mobilizações foram capitaneadas pelo MPL que, como registrado, protestava e continua a protestar contra o aumento de tarifas dos transportes coletivos. Considerando a sua importância, a origem deste movimento será relatada no próximo item deste capítulo. Por enquanto, o importante é anotar que se trata de

[...] um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Estamos presentes em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero! (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2015).

O MPL – possuidor de um histórico de conquistas pelo país – experimentou no dia 6 de junho de 2013, o seu momento de maior exposição, porém, perdeu o protagonismo das ruas e da mobilização para os atos que viriam depois. A opção feita pelo MPL-SP, ao adotar a tática de enfrentar a estratégia de diálogo esperada de um governo petista (MARTINS; CORDEIRO, 2014), aparentemente contribuiu para o processo de repressão policial e para a perda do protagonismo deste movimento. Na visão de Maior (2013, p. 84) “não é mais possível que se utilize frente aos movimentos sociais uma estrutura repressiva que se concretiza com a força policial, ataque midiático e fórmulas jurídicas [...]”.

A grande mídia que até então os vinha tratando como vândalos, numa clara tentativa de justificar os atos violentos da polícia militarizada passou a tentar, como sempre, se apropriar da pauta e, com seu poder de difusão, direcionar as reivindicações para uma pauta mais adequada aos seus interesses com coberturas amplamente tendenciosas.

A velha mídia identificou nas manifestações [...] a oportunidade de disfarçar o seu papel histórico de bloqueadora do acesso público às vozes [...]. Mais do que isso, identificou também a oportunidade de “desconstruir” as inegáveis conquistas sociais dos últimos anos em relação ao combate à desigualdade, à miséria e à pobreza. (LIMA, 2013, p. 92).

Assim foi em junho de 2013, quando a imprensa burguesa, diante da massificação das manifestações, trabalhou pela diluição da pauta dos 20 centavos em meio à evocação difusa da corrupção. (MARTINS; CORDEIRO, 2014, p. 214).

Para Maricato (2013), quem acompanha a realidade das cidades brasileiras não estranhou as manifestações de junho de 2013, porém a presença de jovens, em sua maioria de classe média, sugere uma análise tendo em vista a utilização das redes sociais na sua mobilização. Com estas redes, emergia outra forma de mobilização, que experimentava, naquele mês de junho de 2013, o seu período de maior popularização. Esta forma já vinha sendo utilizada como meio fundamental de mobilização para manifestações populares em outros países. No caso brasileiro, as redes sociais ganharam, nos últimos anos, muitos usuários com o aumento da renda e o conseqüente incremento do acesso aos serviços de comunicação e informação. A mobilização através de redes sociais foi determinante em outros levantes pelo mundo afora e teve o mesmo sucesso no Brasil. Porém, o conteúdo das manifestações foi aos poucos sendo apropriado pelos monopólios de comunicação. Como afirma Secco (2013, p. 72-73), “apesar de a maioria dos jovens manifestantes usar a *internet* para combinar protestos, os temas continuam sendo produzidos pelos monopólios de comunicação”. Lima (2013, p.89) acrescenta que mesmo com “a velocidade das mudanças tecnológicas, sobretudo no campo das comunicações, a centralidade da velha mídia [...] é tamanha que nada ocorre sem o seu envolvimento direto e/ou indireto”.

Segundo relatam Alana Moraes, Bernardo Gutiérrez, Henrique Parra, Hugo Albuquerque, Jean Tible e Salvador Schavelzon, no dia 15 de junho, ocorreu uma reunião em rede de *chat* realizada entre *hackativistas* e alguns militantes de movimentos tradicionais que desejavam apoio na mobilização para as próximas atividades programadas. Os militantes que participaram desta reunião não imaginavam o alcance destas plataformas. (ORGANIZADORXS, 2014).

A mobilização através de redes sociais trouxe as próprias redes para as ruas e “acabou por mudar o perfil dos que estavam protestando em favor da redução da tarifa” (SAKAMOTO, 2013, p. 97). Os cartazes eram comentários extraídos das redes. No entanto, apesar da origem de esquerda, as ruas foram ocupadas por pessoas, na sua grande maioria, com perfil mais conservador. Ademais, segundo este autor, há uma dificuldade, por parte dos políticos tradicionais, de compreender a forma como os movimentos vêm utilizando as redes sociais, e buscam espaço nesta plataforma apenas para *marketing* pessoal e não acreditam na sua

utilização como ferramenta de construção política, onde o conteúdo não é filtrado e pasteurizado como nos meios tradicionais de comunicação. Nas palavras de Lima et al.,

Esse aparente paradoxo decorre do fato de que a velha mídia, sobretudo a televisão, (ainda) controla e detém o monopólio de “tornar as coisas públicas”. Além de dar visibilidade, ela é indispensável para “realimentar” o processo e permitir sua própria continuidade. (LIMA, 2013, p. 90).

Este monopólio contribui para a formação de uma cultura de negação da política e dos políticos, uma vez que os meios de comunicação têm se dedicado sistematicamente a desqualificar a política e seus atores, o que, claramente coloca em risco a consolidação da nossa democracia. Passados dois anos das jornadas de junho, o Brasil experimenta um agravamento desta condição. Mais uma vez, com cobertura e até convocação por meio da grande mídia, vivencia-se uma demonstração grave de questionamentos ao regime democrático com base em informações seletivas, formuladas e difundidas pelos meios de comunicação monopolistas.

Ainda em 2013, assim como experimentamos em 2015, grupos conservadores que se organizaram através das redes sociais para pegar carona nas manifestações se aproveitaram para adotar as pautas sugeridas pelos monopólios de comunicação. Ao mesmo tempo, um considerável número de jovens, sem formação política e com pouca informação foram para as ruas e abraçaram a bandeira da ditadura, do *impeachment*, etc. Daí a revolta com as instituições tradicionais, sejam elas partidos políticos, movimentos sociais ou sindicatos.

A crise de representação não afeta apenas os partidos e a política, como afirma Lima (2013). Os manifestantes mais jovens se consideram sem voz pública, as redes sociais não garantem a sua inclusão na chamada formação de opinião pública, monopolizada pela grande mídia, e assim, como conclui Rolnik (2013), entende-se também por que as redes de TV foram e continuam sendo alvo dos manifestantes.

O fato de uma grande parcela da população permanecer excluída e não representada no debate público aliado ao fato de a grande mídia se auto intitular como voz das ruas só agrava a crise de representação.

Consoante análise da socióloga Gonh (2013, p.1, grifo nosso), os movimentos de 2013 no Brasil,

[...] atuam em coletivos não hierárquicos, com gestão descentralizada, produzem manifestações com outra estética - não dependem de um carro de som para mover a marcha, não usam bandeiras e grandes faixas de siglas ou palavras de ordem; os participantes têm mais autonomia, não atuam sob a coordenação de uma liderança central. **São movimentos com valores, princípios e formas de organização distintas de outros movimentos sociais, a exemplo dos sindicais, populares (urbanos e rurais), assim como diferem dos movimentos identitários** (mulheres, quilombolas, indígenas, etc.). Para compreender essa onda de mobilizações, além de identificar as

especificidades e diferenças dos jovens em ação, uma questão significativa é: por que uma grande massa da população aderiu aos protestos.

Esta socióloga estimula uma reflexão: “que sentido e significado estes jovens atribuíram aos acontecimentos para transformá-los em movimento de massa com ampla legitimidade?” (GONH, 2013).

Uma pesquisa nacional realizada pelo Ibope durante as passeatas do mês de junho de 2013 mostrou que os problemas mais citados pelos manifestantes eram a saúde (78%), a segurança pública (55%) e a educação (52%). Ademais, 77% dos entrevistados mencionaram a melhoria do transporte público como a principal razão dos protestos”. (BRAGA, 2013, p. 82)

Sakamoto (2013) relata conversas com manifestantes no dia 17 de junho de 2013. Ao serem questionados sobre a postura antipartidária, presente fortemente nos atos realizados a partir deste dia, eles demonstravam a falta de fundamentação para esta pauta. Para este autor, compraram um discurso fácil que cabia em sua indignação. Este era o perfil desta massa que, muitos pela primeira vez, ocupavam as ruas mobilizados através das redes sociais. Haviam sido moldados, ao longo dos anos, pela família, mídia, igreja e escola para tratar o mundo de forma conservadora e sem muita reflexão.

Muitos destes jovens estão descontentes, mas não sabem o que querem. Apenas o que não querem. Neste momento, por mais agressivos que sejam, boa parte deles está em êxtase, alucinada com a diversão que é estar na rua e com o poder que acreditam ter nas mãos. Mas, ao mesmo tempo, com medo. Pois, cobrados de uma resposta sobre sua insatisfação, no fundo, no fundo, conseguem perceber apenas um grande vazio. (SAKAMOTO, 2013, p. 100).

Como anunciado, as jornadas de junho de 2013 iniciaram-se sob o comando do MPL. Cabe, então, assinalar comentários e conteúdos a cerca da sua origem e da sua pauta de reivindicação.

2.3 O MPL e a pauta do Passe Livre

O grupo de cidadãos ativistas que formam o MPL divulgou um texto – Manifesto do Movimento Passe Livre – São Paulo, publicado em 2013. Este documento aborda a origem do movimento, sensível a um processo de desenvolvimento em que a população é objeto em vez de sujeito, a circulação do capital é privilegiada em uma política de transportes, restringindo e/ou dificultando o ir e vir do trabalho. Na medida em que este processo se fortaleceu, as contradições originaram movimentos de resistência como o MPL. (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013).

Em 2003, após um aumento de passagens, uma série de manifestações tomaram as ruas de Salvador, tendo como seus principais atores estudantes secundaristas que promoviam

barricadas organizadas de forma descentralizada em assembleias horizontais nos locais de bloqueio. Tais barricadas ficaram conhecidas como a Revolta do Buzu. É considerada pelo MPL como o embrião da forma de organização e mobilização adotada pelo movimento. Porém, na avaliação do MPL, a apropriação da manifestação pelas entidades estudantis vinculadas a partidos políticos foi determinante para a Revolta do Buzu não ser vitoriosa em sua reivindicação. (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013)

Um documentário retratando o procedimento adotado durante a Revolta do Buzu foi utilizado pelos Comitês pelo Passe Livre Estudantil. Estes, após 2003, surgiam em diversas cidades, para ampliar o debate em torno da questão do transporte. Em Florianópolis, já havia, desde 1999, a Campanha pelo Passe Livre. Mas foi em 2004 que os estudantes adotaram a mesma estratégia de luta com a promoção de barricadas e ocupação de terminais, ficando nesta cidade conhecida como a Revolta da Catraca e que logrou êxito ao forçar o poder público local a rever o aumento das tarifas.

A perspectiva aberta por esse curto processo de lutas que alcançou a vitória na capital catarinense deu origem ao movimento: uma tentativa de formular o sentido presente naquelas revoltas, a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma como em suas motivações. Surge então o um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior. (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013, p. 15).

Os debates em torno da própria pauta que deu origem ao movimento ampliaram o questionamento sobre a barreira que as catracas representam no acesso do trabalhador ao espaço urbano (que muitas vezes é produto do seu próprio trabalho). Esta leitura supera a bandeira inicial do MPL que nos primeiros anos lutava pelo Passe Livre Estudantil. O aumento das tarifas atingia a todos, e não somente aos estudantes. A proposta de passe livre para todos, este processo de aprofundamento e reflexão, supera os argumentos técnicos que restringiam a pauta à classe estudantil por meio do reconhecimento do projeto Tarifa Zero, formulado pela Prefeitura de São Paulo, no início da década de 1990.

Singer (2009), em seu artigo “A Tarifa Zero e a Municipalização do Transporte Coletivo”, apresenta com detalhes o processo de formulação política da proposta e a superação de cada argumento técnico que se apresentava como barreira para implementação desta proposta. Isto levou o MPL, anos depois, a rever sua pauta e ampliar sua aliança com outros movimentos sociais a partir de outras pautas urbanas que dialogam com o transporte, ampliando-se assim a compreensão, pelo movimento, do papel do transporte na cidade e no acesso aos demais serviços públicos.

Foi neste processo de amadurecimento que surgiu em 2004, o Comitê do Passe Livre em São Paulo. Em 2005, com a articulação dos diversos comitês de Luta pelo Passe Livre, é realizada a Plenária Nacional do Passe Livre. Este é o marco de fundação do Movimento Passe Livre – MPL – Brasil, ocorrida durante o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. O ano de 2005 também registrou a segunda edição da Revolta das Catracas em Florianópolis, que, mais uma vez, impede o aumento das tarifas naquela cidade e uma série de mobilizações na cidade de Vitória, Espírito Santo, que também alcançam êxito com a revogação do aumento.

Importa registrar o pensamento de Zizek (2013, p.105), que afirma que “um movimento político nasce de alguma ideia positiva em prol da qual ele se esforça, mas ao longo de seu próprio curso essa ideia passa por uma transformação profunda [...], porque a ideia em si é comprometida no processo [...] de sua materialização”. Foi, portanto, o que aconteceu com o MPL.

O Movimento Passe Livre se intitula um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. Através do seu *site*, o MPL destaca a autonomia no aspecto financeiro e sugere uma autogestão sem a dependência de repasses de recursos de ONGs, Partidos Políticos, e outras organizações. Trata a independência como consequência da autonomia e sugere que seus coletivos locais são independentes entre si, desde que respeitados os princípios de organização nacional. A horizontalidade é defendida por meio da divisão de responsabilidades e igualdade de direitos, livre acesso a todas as informações, rotatividade de funções sem que existam cargos instituídos. Todos os seus integrantes possuem o mesmo poder de decisão. A busca do consenso é premissa quando se trata de princípios e de definição de prioridade. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2015).

A questão do apartidarismo é um dos princípios. A negação do antipartidário é reforçada com a afirmação de que Partidos Políticos não participam do movimento enquanto instituição, porém seus membros podem participar enquanto indivíduos, desde que não se utilizem disso para conseguir projeção política. O Movimento não deve apoiar candidatos a cargos eletivos e afirma que sua força deve vir das ruas.

O papel de direção assumido nas revoltas entra em conflito com os princípios da horizontalidade e da autonomia, tão caros ao MPL. Durante a luta contra o aumento, portanto, sua forma só pode ser a de uma direção que se nega a si mesma, que não se afirma como tal e por vezes nem sequer se enxerga assim; que não ambiciona o controle total e, mais do que isso, tem como fim perder completamente o controle. (MARTINS; CORDEIRO, 2014, p.206).

A pauta do Passe Livre, ou simplesmente a luta vontra o aumento de tarifas de transporte, incentivou diversas manifestações que se sucederam e se espalharam pelo país, conforme cronologia apresentada em quadro a seguir.

Quadro 2 - A pauta do Movimento Passe Livre

Ano	ATO
1999	Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis
2003	Revolta do Buzu em Salvador (agosto-setembro)
2004	Revolta da Catraca em Florianópolis (junho) e aprovação da Lei do Passe Livre Estudantil (26 de outubro) Surge Comitê do Passe Livre – SP
2005	Plenária Nacional do Passe Livre (Fundação do MPL-Brasil) no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre (janeiro) Luta contra o aumento em São Paulo (fevereiro) II Revolta das Catracas em Florianópolis (junho) Mobilizações em Vitória (julho)
2006	III Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (junho) na Escola Nacional Florestan Fernandez, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) Luta contra o aumento em São Paulo (novembro-dezembro)
2008	Grande Luta contra o aumento no Distrito Federal (outubro)
2009	Aprovação do Passe Livre Estudantil no Distrito Federal (julho) Ocupação da Secretaria de Transportes em São Paulo (novembro)
2010	Luta contra o aumento em São Paulo (janeiro)
2011	Luta contra o aumento em São Paulo e em várias capitais (janeiro-março) Mobilizações em Teresina (agosto)
2012	Mobilizações em Aracajú e Natal Catracaço (Estação Francisco Morato da CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - São Paulo)
2013	Lutas na Região Metropolitana de São Paulo (janeiro) Mobilização em Goiânia Mobilização em Porto Alegre (abril) Jornadas de Junho (mais de cem cidades do Brasil) IV Encontro Nacional do Movimento Passe Livre

Fonte: Elaboração da autora, com base no conteúdo do site Movimento Passe Livre (2015) e do texto Movimento Passe Livre –São Paulo (2013, p. 18).

Algumas das manifestações apresentadas no quadro 2, assim como outras manifestações pontuais que se repetem quase que diariamente nas periferias de nosso país, com pneus e ônibus queimados são reconhecidas como iniciativas que não necessariamente tiveram sua origem por mobilização do movimento, mas são conjuntamente valorizadas uma vez que levam consigo a mesma bandeira, assim como as ações individuais de quem não paga a tarifa pulando a catraca, passando por baixo, entrando pela porta traseira ou descendo pela frente, implementando na prática a tarifa zero (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013).

O MPL se coloca como um instrumento de transformação da sociedade assim como sugere que sua bandeira de luta seria uma forma de promover o debate sobre o modelo de transporte coletivo, que hoje é mercantilizado, e iniciar a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como um direito e sob o controle dos trabalhadores e usuários.

O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. Portanto, deve-se participar

de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2015)

Esta perspectiva apontada pelo movimento deve ser analisada com cuidado, tendo em vista a seguinte observação de Harvey (2014, p. 214): “movimentos de protesto massivos” surgiram e desapareceram nas últimas décadas pelo mundo, e alguns rapidamente foram “controlados e reabsorvidos em forma de práticas capitalistas dominantes.” Afinal, “entender a política e o potencial revolucionário de tais movimentos é um sério desafio.” (HARVEY, 2014a, p.215).

Harvey (2014) vai além e afirma que os movimentos tradicionais não deixam de existir com o surgimento de movimentos difusos, porém “parecem boiar em um oceano de movimentos de oposição que carecem de coerência política em termos gerais” (HARVEY, 2014a, p. 216).

Desta forma, o fenômeno dos protestos recentes provoca uma discussão que leva a crer que nestes protestos se defende um direito à cidade mais distributiva, o direito à cidade que imponha outra lógica de urbanidade. Daí a necessidade de comentar, conceitualmente, sobre o direito à cidade – tendo como referência o sociólogo francês Lefebvre (2008b), inclusive, porque esse direito constitui a pauta do grupo DU.

2.4 O direito à cidade: a pauta do DU

O direito à cidade trata de garantir ao coletivo e ao individual um território urbanizado e um espaço social nos quais se tem o direito de ir e vir e onde se pode escolher – dentro das possibilidades – o local de residência e acessar os serviços urbanos, sem os quais não há concretamente vida urbana (educação, saúde, energia, telecomunicações, transportes, desenvolvimento cultural...). Em suas linhas, centrais, este direito visa o benefício de uma habitação adequada, de um trabalho remunerado, de um convívio familiar e social, mas também, e mais especificamente, de um viver em uma cidade confortável, saudável e respeitosa do meio ambiente.

O direito à cidade de acordo com Lefebvre (2008b) implica reinventar as relações sociais do capitalismo e a estrutura espacial da cidade. A partir deste ponto de vista, um elemento central é a atenção que Lefebvre traz para o espaço urbano. O conceito de direito à cidade projetado por Lefebvre (2008b) fornece uma visão do lugar da cidade como obra humana, "a cidade como obra e ela mesma, é o valor de uso e o produto é o valor de troca". O autor indica que a concepção da cidade como um produto e seu valor de troca, no sentido da mercantilização da cidade, tem prevalecido sobre o seu valor de uso. A "cidade" que ele

descreve não é apenas um espaço físico, mas em um sentido mais amplo do espaço urbano: um contexto físico, suas relações sociais e a vida quotidiana.

A visão de Lefebvre (2009) de espaço inclui o que ele chama de espaço percebido, espaço projetado e espaço vivido. Espaço percebido refere-se à percepção diária do espaço por aqueles que o habitam. O espaço projetado designa as construções abstratas e técnicas do espaço, onde as empresas e promotores privados do espaço se inserem. E por fim, o espaço vivido ou simplesmente sua apropriação.

De acordo com Lefebvre (2008b), o direito à cidade se manifesta como uma forma superior de direito. Ele se refere ao direito à liberdade, à individualização na socialização, e ao habitat como partes indispensáveis do acesso à cidade. A reprodução social na cidade depende deste acesso, mas também da sua apropriação "bem diferente do direito à propriedade" (Lefebvre, 2008b: p.25), da compreensão de uma condição comum, da partilha de um modo de vida, e de pertencimento a uma comunidade.

O direito à cidade significa o acesso universal ao habitat e a todos os serviços relacionados à vida urbana e necessários ao bem-estar social. No entanto, a lógica de organização da cidade como valor de troca toma o solo urbano e a habitação como bens lucrativos. Esta lógica prevalece nas políticas de desenvolvimento urbano orientadas aos interesses privados e que vão à direção oposta do direito à cidade, como é notório no caso do Projeto Novo Recife, do Cais José Estelita.

Consequentemente, assiste-se à "criação de um conjunto de espaços porosos de desenvolvimento geográfico desigual sob o domínio hegemônico do capital e do Estado" (HARVEY, 2012c, p. 84). Portanto, a compreensão de que o habitat e o solo urbano são activos essenciais para a nossa existência na cidade, estamos de frente ao problema fundamental da economia capitalista: a propriedade é comercializável como mercadoria, ela tem um valor de troca. Assim, o acesso à cidade é mediado pelas regras do mercado.

Esta lógica organizacional das cidades tem privatizado os espaços, adaptando-os às leis dos processos produtivos de mercado. Portanto, a vida urbana e o coletivo são, cada vez mais, negados à população. Assim, estamos a assistir a substituição dos lugares vividos por espaços sem identidade e voltados ao consumo. Estes espaços são inseridos em um sistema econômico baseado na especulação, negando o direito à cidade, e provocando a exclusão social. Apenas um pequeno círculo controla a riqueza, e o direito à cidade é limitado apenas a uma pequena elite econômica e política que molda a cidade de acordo com os seus ensejos (HARVEY, 2012c).

Vale lembrar que o direito à cidade foi reconhecido no Brasil em 2001 (BRASIL, 2001), através da regulamentação do artigo n. 182, da Constituição Federal de 1988, sobre a política

de desenvolvimento urbano (BRASIL, 1988). O objetivo era o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade. As discussões sobre a questão do direito à cidade conduziram à lei federal, "Estatuto da Cidade" que regula a política urbana nos aspectos relacionados à gestão democrática da cidade, à justiça urbana e ao equilíbrio ambiental (BRASIL, 2001). Esta lei destaca a questão urbana e insere-a na agenda da política nacional. Os temas centrais do Estatuto da Cidade são a função social da propriedade, a inclusão social e territorial da população de baixa renda e o aumento do acesso aos serviços urbanos:

Em resumo, a lei pretende regular a propriedade urbana de modo que as atividades que impliquem, não constituam um obstáculo para o direito à moradia, buscando combater a segregação e exclusão territoriais, a cidade desumanizada, desigual e ambientalmente predatória. O Estatuto da Cidade trata, portanto, de uma utopia universal: o controle da propriedade da terra urbana e a gestão democrática das cidades para que todos tenham o direito à moradia e à cidade (MARICATO, 2010, p.7).

No entanto, o direito à cidade, mesmo previsto em lei, é sistematicamente negado pela já citada privatização dos espaços. As cidades brasileiras estão cada vez mais incoerentes e desarticuladas no que concerne o urbano, sem infraestrutura adequada e espaços coletivos. No capítulo a seguir esta discussão se aproxima do território do Recife, com o enfoque na luta empreendida pelo Grupo Direitos Urbanos e o Movimento Ocupe Estelita.

3 RECIFE – ASPECTOS DA SUA HERANÇA HISTÓRICA DE PRÁTICAS PARTICIPATIVAS

Neste capítulo, pretende-se analisar o Movimento Ocupe Estelita, surgido para se opor ao Projeto *Novo Recife*. Para dar conta desta tarefa, este Capítulo foi estruturado em três partes.

Na primeira, traçam-se algumas características das formas de intervenção urbanística no espaço urbano do Recife, desde o início do século passado até os dias atuais. Ademais, alerta que, embora a cidade se distinga pelo seu protagonismo em termos de participação social, a governança corporativa vem se impondo. Frente a tal imposição emerge o Grupo Direitos Urbanos e, concomitantemente, o #ocupeestelita.

Na segunda, são enfatizadas as práticas deste Grupo, chamando a atenção para as suas origens, os seus questionamentos sobre a forma de produção do espaço urbano recifense, e suas relações com o #ocupeestelita em pauta.

Na terceira, atenção especial é dada à mais emblemática das ações de mobilização deste Grupo – a ocupação do Cais José Estelita – em termos de enfrentamento do modelo de cidade que vem sendo adotado pela gestão municipal, atendendo aos interesses do capital imobiliário, associado ao capital financeiro. Nesta parte, respondem-se as seguintes perguntas: Quem protesta? Por que protestam? Como se protesta? Além disso, analisa-se o comportamento da mídia, as reações do governo municipal e estadual e a violência da reintegração de posse do terreno.

3.1 Participação social no Recife: um registro de conflitos e disputa de interesses

Ao longo da sua história, a cidade do Recife passou por diversos momentos de transformação urbana, nos quais os lugares de memória foram sacrificados em nome do desenvolvimento: para permitir maior fluidez de veículos, de pessoas e de riquezas. Estudiosos indicam ainda que a par desse desejo de desenvolvimento, atrelado à ideia de modernização da cidade havia também a necessidade do domínio do espaço público pelo poder constituído. As avenidas largas permitiriam — para além da passagem dos automóveis, bondes, ônibus e riquezas — o domínio estratégico de multidões em momentos de conflito e de confronto policial.

Ainda no século XIX, a demolição do Arco do Bom Jesus simboliza o início do processo de renovação da cidade para os novos tempos que a velocidade do bonde e do automóvel anunciava. Outros dois arcos, ou portas, resistiram até o início do século XX. O Arco da Conceição e o Arco de Santo Antônio sucumbiram no processo de renovação urbanista que

transformou o Bairro do Recife nas primeiras décadas do século XX. Os três arcos formavam um conjunto de portas que delimitavam o Bairro, remetendo às antigas cidades medievais cercadas e protegidas por muros (AMORIM, 2013).

O processo de renovação do Bairro do Recife procurava atender às obras de melhoramento do porto e significavam a modernização da cidade perante os novos conceitos de higiene urbana e as novas necessidades do fluxo de pessoas e automóveis. Não respeitou nada, nenhum monumento ou lugar, que significasse ou lembrasse o passado. As ideias de preservação, embora já existentes na Europa e embrionárias por aqui, não fizeram frente à sanha reformadora do início do século (ARAÚJO, 2006).

O desejo de renovação tem origem e influência décadas antes, em Paris, com a implantação do Plano Haussmann que, para muitos, além das intenções econômicas, possuía claros objetivos políticos de controle militar das multidões (LEITE, 2002).

A sanha renovadora não considerou, por exemplo, a Igreja do Corpo Santo, um monumental edifício encravado no centro do Bairro do Recife, tendo, no período, a condição de Matriz da cidade. A demolição do bairro foi objeto de cronistas como Mário Sette que, anos depois, nos dá um testemunho emocional de como se deu tamanha transformação:

[...] Casas térreas dos becos também silenciando. Trapiches desmanchados. Gameleiras postas de raízes ao sol. Martelos batendo dia e noite; carroças rodando no escoamento do material de escombro; engenheiros tomando medidas e espiando pelos teodolitos; bondes desviados alteram a vida e os caminhos de todos; ondas de poeira e não raro tijolos ou telhas atingindo transeuntes. Pouco a pouco desaparecia aos olhos não um bairro, mas um cenário de milhares de criaturas no seu presente e no seu passado [...]. O Corpo Santo também se desmanchava (SETTE, 1948, p.54-55).

A paisagem que se vê hoje no que se denomina “Recife Antigo”, não é, portanto, a da cidade colonial de estreitas ruas com sobrados-magros de sabor holandês a que se refere Mário Sette, mas sim uma paisagem afrancesada, com edifícios ecléticos, estilo dominante em Paris no final do século XIX. Para Lubambo (1991), as características morfológicas do traçado holandês do século XVII, foram definitivamente alteradas nesta reforma de 1910. Baseada na Paris de Haussmann, esta grande e complexa intervenção urbanística realizada no Bairro do Recife, definiu parte substancial da sua atual morfologia e paisagem urbana.

Na demolição sucumbiram edificações e conjuntos urbanos de importância histórica e arquitetônica, como os arcos de acesso ao bairro, remanescentes do Recife fortificado do século XVII, a Matriz do Corpo Santo, a primeira edificação religiosa a ser edificada na cidade, e o seu largo emoldurado pelos característicos sobrados recifenses – magros e altos (AMORIM, 2013).

A abertura das avenidas Guararapes e Dantas Barreto no início dos anos 1940 também significou transformações intensas no centro do Recife e parecem dar continuidade às intervenções no Bairro do Recife ocorridas décadas antes. O Pátio do Paraíso, integrado pela Igreja do Paraíso, o Hospital São João de Deus e o Quartel de Regimento de Artilharia, foi para o chão, dando lugar ao que hoje conhecemos como Praça da Independência. É desta praça que surgem atualmente, para o oeste, a Avenida Guararapes e, no sentido norte-sul, a Avenida Dantas Barreto.

Assim, desde o começo do século XX, a busca por uma modernização imposta pelo capital, que beneficia uma parcela menor da população, parece ser a palavra de ordem quando se trata de urbanização. Segundo o historiador Rezende (2002, p.123):

Os governos mudavam, mas modernizar continuava sendo a palavra de ordem. O capitalismo ampliava seus espaços de controle e a cidade era um deles. Já vimos a campanha e a ação de Agamenon Magalhães para acabar com os mocambos. Entre os anos de 1939 e 1945, 13.355 mocambos foram demolidos. Há de registrar que, em 1939, 63,7% dos prédios da cidade eram considerados mocambos, segundo estatísticas oficiais (...). As políticas modernizadoras não transformam o cenário urbano no sentido de debelar a crescente miséria.

A demolição dos mocambos fazia parte de um processo de “higienização” e de um discurso de que certas modificações urbanas caracterizariam a busca pela modernidade. A grande questão é quem foram os beneficiados com a chegada do novo, representado por uma ampla reforma urbana, se sobrepondo ao velho (aqui representado pelos mocambos).

Algumas décadas depois, nos anos 1970, novamente sob a égide do desenvolvimento representado pelo livre trânsito dos automóveis, a cidade se vê perante a demolição de quadras inteiras de casarios coloniais, edifícios de porte e monumentos religiosos. A abertura da Avenida Dantas Barreto no seu prolongamento em direção à zona Sul da cidade, rasga o Bairro de São José como um corte de faca, ou de peixeira para ficarmos caracteristicamente pernambucanos, atingindo a malha urbana ainda em grande parte original de ponta a ponta. Junto com o casario, a demolição da Igreja dos Martírios surge como um símbolo do quão pouco significado e valor representava o patrimônio cultural e a memória da cidade. O texto de Bernardes deixa evidente o sentido de continuidades destas intervenções:

Na década de 1940, em pleno Estado Novo (1937-1945), outra grande intervenção urbana, também com destruição de alguns bens culturais, foi realizada nas atuais Avenida Dantas Barreto e Avenida Guararapes. Aí, também o antigo casario foi derrubado, assim como a Igreja do Paraíso e o Quartel do Paraíso. Nos anos 70, novo plano de ampliação da Avenida Dantas Barreto foi realizado pelo então prefeito Augusto Lucena. Desta vez foram, também, demolidos prédios residenciais e a Igreja dos Martírios, que datava do século XVIII. Apesar de alguns protestos a Prefeitura conseguiu impor seu

plano de demolição, embora o resultado ainda hoje seja a construção de uma inútil avenida. (BERNARDES; NASCIMENTO, 2012).

No final do século XX, um segundo momento é vivido pelo Bairro do Recife que se prolonga até os dias atuais. Tem início nos primeiros anos da década de 1990, no rastro de uma intervenção vista, à época, como exitosa no bairro do Pelourinho em Salvador. Não se tratava apenas de restaurar e revitalizar o Bairro, mas de torna-lo o centro das atenções com a implantação de pólo de serviços modernos, com criação de áreas de lazer e espaços de diversão, com a criação de “um espetáculo urbano” (LEITE, 2004). O bairro deveria se tornar o lugar do Recife.

É neste contexto que, em 2000, a Praça do Rio Branco, que fora construída na primeira grande intervenção do início do século XX, em 1917, é completamente transformada, inclusive na sua denominação original, para se tornar a Praça do Marco Zero. O Barão continua lá, colocado um pouco de lado, à esquerda, para não atrapalhar a *selfie*. Afinal, estamos no Marco Zero!

É pertinente lembrar que o espaço, no campo da arquitetura, pode ser entendido como a limitação física de determinada parcela do mundo real tangível. O espaço é um conceito central para a produção da arquitetura moderna contemporânea e se constitui no próprio objeto de interesse quando tratamos de sua análise e preservação. Essa ideia de que o espaço é a verdadeira matéria da arquitetura é relativamente recente remontando ao início do modernismo europeu, isto é, as primeiras décadas do XX com o neoplasticismo e a Escola de Bauhaus (AMORIM, 2000).

Convém, ainda, anotar que a ideia de lugar está mais próxima da dimensão imaterial do ser humano em sua instância comum de interação com os seus semelhantes. O conceito de lugar, expresso por Santos (1994), independentemente da área do saber de onde concentramos nossa visão, é bastante claro. Lugar é a extensão do acontecer solidário, ou seja, o *locus* do viver junto, do coletivo, daquilo que só tem importância e valor se for compartilhado. É o espaço em que se viveu, em que se trabalhou, em que foram compartilhadas experiências e relacionamentos interpessoais.

Também é nestes lugares que se constrói a memória das cidades, as memórias coletivas. Tais memórias podem ser conceituadas como as marcas deixadas pelos grupos sociais nos lugares em que viveram, o que configura a memória coletiva, porque se desenvolve em um contexto espacial de lugares compartilhados (ABREU, 1998). Assim, enquanto a ideia de espaço remonta à materialidade das coisas, o de lugar dirige-se ao que não é facilmente tangível, isto é, com sua representação material difusa.

Os espaços urbanos e os seus lugares compartilhados passam de modo frequente, por modificações, podendo até mesmo desaparecer. Tais transformações ocorrem pelas mais variadas razões, mas, na maior parte das vezes, ocorrem porque algo mudou nas relações culturais, sociais e econômicas que suscitaram seu surgimento e sua morfologia. Assim, os registros e os documentos dele gerados são absolutamente necessários para eternizar a memória desses lugares, pois, diferente do que ocorre com as formas materiais inscritas nas paisagens, como as edificações, estes registros podem ser preservados por longos períodos de tempo (HALBWACHS, 1990).

Outra diferenciação necessária está na ideia de espaço urbano e espaço público. Para Leite (2004) um espaço urbano só pode ser considerado um espaço público quando nele determinadas configurações espaciais e um conjunto de ações são encontrados. “Quando as ações atribuem sentidos de lugar a determinados espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente” (LEITE, 2002).

Nem todo espaço urbano é espaço público, embora os dois conceitos sejam muitas vezes sobrepostos. O espaço público é uma categoria construída a partir das interfaces entre os conceitos de esfera pública e de espaço urbano (LEITE, 2002). Embora o espaço público se constitua, na maioria das vezes, no espaço urbano, devemos entendê-lo como algo que vai além da rua, além do plano físico das coisas, atingindo uma dimensão socioespacial, caracterizada fundamentalmente pelas ações que atribuem sentidos a certos espaços da cidade e são por eles influenciadas. Para caracterizar o espaço público, portanto, torna-se imperativo que ele se torne um lugar de convivência compartilhada (LEITE, 2004).

Cabe registrar que o espaço público é fortemente condicionado à forma de ocupação do espaço privado. No que concerne à cidade do Recife, ocorreram grandes transformações, no final da década de 1960 ao início dos anos 1980, significando uma excessiva verticalização de áreas, notadamente bairros tradicionais, que apresentavam uma estrutura horizontal com altíssima qualidade ambiental (LACERDA, ZANCHETTI, DINIZ, 2000), incluindo os seus espaços públicos, notadamente as calçadas. Tal processo decorreu dos recursos disponibilizados pelo Banco Nacional de Habitação para a produção e a comercialização de habitações novas. Ademais, permitiu uma acumulação sem precedentes dos capitais investidos nessa produção. O que distingue esse período dos anos recentes, são as novas configurações financeiras, representando a associação de capitais financeiros, imobiliários e, até mesmo, fundiários, o que tem permitido viabilizar megaempreendimentos nos espaços urbanos – não apenas do Recife, mas das grandes e médias cidades brasileiras –, como é o caso do Projeto

Novo Recife, cuja versão inicial pouco articulava as edificações com o seu entorno, negando assim o espaço público.

Portanto, as transformações urbanas introduzidas e registradas no Recife nas últimas décadas, com o impacto no que é lugar, no que é espaço público e, sobretudo no que deveria ser para o bem coletivo; favorece para que o urbano dessa cidade se torne um lugar de conflitos.

3.2 A luta por uma maior inclusão social no urbano da cidade

De modo não dissociado destes conceitos – de espaço, de lugar, de espaço urbano e público – poderemos entender, sob um determinado prisma, o que ocorre ou o que vem ocorrendo com o Cais José Estelita, um espaço urbano que se encontrava relegado a um segundo plano em meio às discussões em torno das aceleradas transformações urbanas recentes no Recife, mas que, da noite para o dia, ascendeu ao primeiro plano, merecendo desse modo todas as luzes e atenções das mídias locais e das redes sociais, merecendo o status de espaço público, de lugar.

O Cais José Estelita surgiu como uma área de apoio logístico ao Porto do Recife, um prolongamento do Porto, destinado ao terminal de trens e, por isso, equipado com armazéns para o estoque de açúcar e outras mercadorias. Recebe este nome em homenagem ao engenheiro José Estelita que ocupou cargos na área de obras públicas da Prefeitura da cidade e foi Diretor do Porto do Recife, além de professor de Urbanismo da Escola de Belas-Artes do Recife na década de 1940. O professor Estelita não poderia imaginar que seu nome, várias décadas depois, estaria no meio de uma disputa na qual uma parte significativa da população quer fazer valer o direito à cidade – nos termos anteriormente colocados –, interferindo no destino dos espaços urbanos públicos e nos lugares de sua cidade.

Situado em um espaço vizinho a um bairro histórico (o de São José), integrante do centro da cidade, e, ao mesmo tempo, perto da zona sul (onde se encontram os principais shoppings, centros comerciais e empresas de grande porte), o Cais José Estelita tem um enorme potencial econômico. Isto se deve justamente à capacidade que a área tem de dialogar com diferentes regiões da cidade. Porém, uma construção no modelo proposto pelo Consórcio Imobiliário Novo Recife, atual proprietário da área, poderá descaracterizar a paisagem de toda região central da cidade do Recife.

Esta descaracterização já havia sido iniciada com a investida do capital imobiliário na área do porto do Recife, do qual o Cais José Estelita faz parte, através da implantação de duas torres para habitação, erguidas em um terreno muito próximo ao Cais. O projeto das torres gerou uma série de protestos, uma vez que quebrou inteiramente os padrões urbanísticos de

vizinhança do entorno da área onde foram edificadas, chegando a ser suspenso por decisão judicial várias vezes, mas foi finalmente autorizado e concluído.

Em 2008, após a realização de um leilão, o terreno do antigo parque ferroviário da Rede Ferroviária Federal (Cais José Estelita) passa das mãos do poder público para a iniciativa privada (Consórcio Novo Recife). De posse desta extensa área, estrategicamente situada, o mencionado Consórcio iniciou a elaboração de um plano de intervenção denominado de “Projeto Novo Recife”. Mas desde que foi lançado, o projeto provocou polêmicas e protestos, como foi possível constatar na audiência pública realizada no Plenarinho da Câmara Municipal do Recife, no dia 22 de março de 2012. Muitas foram as vozes presentes que se posicionaram contra o Novo Recife, levantando questões importantes a respeito da verticalização crescente da cidade, do caráter segregador do projeto, dos problemas relacionados à mobilidade, entre outros aspectos. A partir daí o projeto ganhou uma dimensão pública inesperada e as redes sociais passaram a repercutir o tema intensamente.

O projeto também foi interpelado judicialmente, com cinco ações questionando seus fundamentos: uma civil pública do Ministério Público Estadual, uma do Ministério Público Federal e três ações populares. As ações populares pedem, inclusive, a nulidade do ato administrativo do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), que aprovou a proposta imobiliária no fim de 2012.

Mesmo assim, em dezembro de 2013, a Prefeitura do Recife aprovou o projeto imobiliário, ainda que determinando a necessidade de novas ações mitigadoras – aquelas tomadas para compensar os possíveis danos causados pela construção. Na ocasião, um termo de compromisso foi assinado entre a gestão municipal e o consórcio Novo Recife. No entanto, o projeto continua sem atender aos anseios dos grupos envolvidos na defesa da preservação do patrimônio histórico e cultural – representado pelo conjunto dos primitivos armazéns, silos e pátio ferroviário – além de impactar fortemente, e de forma irreversível, em toda a paisagem da área e do seu entorno.

A análise das transformações urbanas no Recife já recebeu significativas contribuições de intelectuais e acadêmicos. Contudo, um aspecto que aqui se deve destacar é do como se deu a participação social frente a estas mudanças na cidade.

Recife, como afirma Leal (2003), é uma cidade com herança histórica de práticas participativas. A autora afirma que, no Brasil, ocorreram diferentes períodos entre 1955 e 1985, com momentos diversificados da vida política nacional. No caso do Recife, esse intervalo de tempo pode ser considerado, de certo modo, homogêneo no que diz respeito à presença forte e centralizada do padrão de intervenção estatal. “Um traço distintivo desse padrão pode ser percebido na presença, em alguns momentos, de “movimentos descentralizadores e

participativos”. A autora continua registrando que outra peculiaridade da cidade é a de que esses momentos não correspondiam a uma marca exclusiva das administrações de perfil progressista, mas também de administrações cujos exercícios coincidiram com os períodos autoritários.

Esta marca, embora se refira a um período anterior àquele avaliado nesta dissertação, ainda pode ser considerada vigente, pois, tal característica parece ser um traço particular da cidade do Recife. A presença destes “movimentos” pode ser atribuída à formação histórica da cidade do Recife e à cultura política local (Leal, 2003: p.83).

Como visto no capítulo anterior deste trabalho, a prática dos governos locais relacionada aos espaços institucionalizados esteve muito pautada no discurso do governo e nas iniciativas federais. Assim, houve um período, principalmente as décadas de 1990 e 2000, em que os canais e espaços institucionalizados para o debate da política pública ganham de fato centralidade, e passam a ser protagonistas enquanto espaços de diálogo entre o Estado e a sociedade civil por meio das suas representações.

No entanto, Recife mesmo com seu legado histórico de herança de práticas participativas, também se “adequou” a outro formato de participação. Aquele que antes estava voltado em exercer a participação e a se organizar em Associações/Conselhos de moradores, passa a ter o desafio de dialogar nos canais e espaços institucionalizados. O desafio estava posto, pois, neste contexto, cabe assinalar que as representações da sociedade civil estiveram sempre representadas de maneira heterogênea (e antagônicas) nos canais e espaços institucionalizados.

A heterogeneidade da sociedade civil é explicitada nestes espaços e fica clara a partir do momento que ressoa a fragilidade dessa participação. Com um baixo poder de pressão e de mobilização, alguns representantes são “esmagados” pelos demais representantes da sociedade civil que defendem o processo de produção com fins de lucros mediatizados. Em meio a este exercício, está a crescente e hercúlea demanda de exercitar a prática da democracia junto ao Estado.

Provavelmente, os maiores gargalos para essas representações de Associações/Conselhos de moradores estejam no aspecto político, pois estes possuíam (e possuem) muito mais lentidão do que as associações corporativas, por exemplo. Acrescenta-se a esse pensamento o que de fato significa e continua a significar para os representantes das áreas mais populares estarem nos ambientes institucionalizados?

Estas questões aparecem na análise de Leal (2003). Esta autora afirma que:

a maior parte das experiências de descentralização versus participação popular por parte do poder local têm-se apresentado como inacabadas, transitórias e descontínuas, por fatores de natureza política e mesmo pela incapacidade de os movimentos sociais organizados formularem uma proposta de sua inserção neste processo e definirem com clareza qual o seu papel na relação com o

Estado. Foram interrompidas e mesmo “*esquecidas*” quando, por falta de legitimação política, o conjunto de forças que lhes deram sustentação foi afastado do poder. (LEAL, 2003, p.69)

Embora esse tipo de participação não seja o enfoque desta pesquisa, considerar estas práticas participativas no Recife é enriquecedor para a análise dos conteúdos abordados nesse trabalho.

Neste sentido, o fazer democrático está posto como desafio permanente na produção do espaço urbano. Como enfrentar o discurso do desenvolvimento econômico na cidade? Como constituir parcerias com princípios adequados de intervenção no espaço urbano e com uma ampla discussão social? Como assegurar que as negociações em projetos de interesses privados possam representar o interesse comum? Com base nessas inquietações surge o Grupo Direitos Urbanos no Recife, e que assinala a sua contribuição na herança das práticas participativas nesta cidade.

3.3 As práticas do grupo Direitos Urbanos e do #ocupeestelita

As manifestações contra o projeto ganham corpo, com o processo de mobilização sendo feito em grande parte pela *internet*, em *blogs* e *sites*. Este tipo de mobilização se mostrou bastante eficaz.

Embora os movimentos tenham em geral sua base no espaço urbano, mediante ocupações e manifestações de rua, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da *internet*. Por serem uma rede de redes, eles podem dar-se ao luxo de não ter um centro identificável, mas ainda sim garantir as funções de coordenação, e também de deliberação, pelo inter-relacionamento de múltiplos núcleos. Desse modo, não precisam de uma liderança formal, de um centro de comando ou de controle, nem de uma organização vertical, para passar informações ou instruções. Esta estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população em geral. (CASTELLS, 2013, p.160)

Em 2014, um grupo de manifestantes acampa no Cais José Estelita disposto a impedir a demolição dos armazéns já iniciada pelas construtoras. O grupo Direitos Urbanos, movimento que desde o início da discussão vem pressionando o poder público e as empresas envolvidas para um novo modelo de projeto, consegue naquele momento uma vitória importante: a Justiça Federal concedeu liminar que proibia a derrubada dos galpões. Ademais, uma batalha judicial passa a ser travada, com o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinando a reintegração de posse do terreno do Cais e ordenando "a retirada dos invasores da área do imóvel, com apoio da força policial, se necessário" (G1 PE, 2014).

O processo de negociação para o redesenho do projeto se estende por um longo período e culmina com uma audiência, realizada em 27 de novembro de 2014, onde foi apresentada o que o Consórcio considerou como uma redefinição para o Projeto Novo Recife. Novamente não houve entendimento entre as posições contrárias e, na ocasião, a Prefeitura se propôs a reunir e organizar as diversas propostas de modificação do projeto. Foram 287 e-mails recebidos, quase dois meses de compilação, e as novas premissas e diretrizes urbanísticas adotadas para Ilha Antônio Vaz indicaram uma necessidade de redesenho do Projeto Novo Recife. Mas não havia obrigações legais para assegurar que todas as medidas divulgadas fossem cumpridas.

Foi dentro do contexto de um modelo de cidade, imposto pela iniciativa privada em conjunto com o poder público, que surgiu o grupo Direitos Urbanos com a proposta de pensar um modelo mais democrático de cidade, capaz de garantir a participação da população, na medida do possível, nesse processo. Seguindo a linha de pensamento de Mora (1987, p.260), assim como todo movimento social, o DU surge em um momento de contestação de um determinado contexto:

Afirmamos que os Movimentos Sociais se originam nas contradições urbanas. Mas a vivência da contradição, embora condição necessária para o aparecimento do Movimento Social, exige uma tomada de consciência da natureza coletiva do projeto de resistência, conquista ou defesa de um direito.

Ainda segundo Mora (1987), podemos caracterizar um movimento social como:

Classificamos como movimentos sociais toda manifestação coletiva que vise à conquista ou à preservação de um direito considerado legítimo por uma categoria social, através da pressão exercida com maior intensidade e violência, dependendo do caráter do conflito inicial e a rapidez que se pretende imprimir à sua superação. Estes conflitos estão presentes em todos os tipos de relações sociais, sejam elas de produção, de bens e serviços, de reprodução da força de trabalho ou de gestão.

O DU é um grupo que articula cidadãos com o desejo comum de participar mais ativamente das decisões políticas que regulam ou interferem na vida social da cidade do Recife. Surgiu em 2012, contribuindo na construção de um amplo debate sobre a cidade. Mantém fórum permanente de discussão nos espaços *online* (*Facebook*) e nos espaços *off-line*, como os encontros nas ruas, praças e ambientes democráticos de participação, como conselhos e audiências públicas. Eis alguns temas da pauta do grupo: a valorização do espaço público, a transparência e participação popular, a defesa do patrimônio histórico e cultural, a defesa da revitalização sem gentrificação, a valorização dos deslocamentos não-motorizados e do transporte coletivo.

Esse grupo como os demais movimentos sociais trabalha com as incertezas decorrentes do contexto histórico e social onde se inserem. Com frequência, eles questionam as estruturas

e, na medida do possível, pensam em novas soluções. “Os movimentos sociais transitam, fluem e acontecem em espaços não consolidados das estruturas e organizações sociais” (GOHN, 2012, p.20). Portanto, os movimentos sociais procuram atuar em espaços (não necessariamente físicos) em que existam contestações em relação à estrutura e à maneira de como se organiza.

O grupo DU surge a partir de um questionamento sobre o modelo de urbanização da cidade do Recife. Ele é protagonista no cenário das cidades brasileiras, ao questionar o modelo pautado pela verticalização e por condomínios fechados que beneficiam uma pequena parcela da população. Isto é, o DU se propõe a ser um grupo que questiona e procura discutir novas formas de ocupar a cidade democraticamente. Não se pode deixar de atentar que

No mundo globalizado contemporâneo alguns ideários têm permeado as demandas e lutas dos mais diversos movimentos sociais: a ampliação da democracia a partir da sociedade civil organizada, o alargamento dos processos de inclusão social e de reconhecimento de diferenças socioculturais e a institucionalização dessas demandas em direitos humanos e da cidadania. (SCHERER-WARREN, 2012, p. 115).

No caso brasileiro, há um questionamento quanto ao fato de vivermos ou não em um Estado democrático de direito, se existe uma participação efetiva da sociedade civil nas decisões que vão afetar diretamente o seu cotidiano. Movimentos sociais no Século XXI procuram centralizar essa participação da sociedade, tentando estabelecer um diálogo com o poder público e dando voz à parte da população. (SCHERER-WARREN, 2012). Pode-se dizer que os movimentos sociais apresentam caminhos diferentes daqueles que foram pensados pelo Estado.

A história recente dos movimentos sociais e sua própria existência como construto teórico estiveram sempre associadas à sociedade civil e à esfera pública não oficial. Suas manifestações foram analisadas como reação ao político institucional, tanto nos regimes autoritários/totalitários como nos regimes democráticos. Nesta manifestação houve sempre um padrão de tensão entre a sociedade civil e o Estado, onde a primeira tendeu fortemente a se apresentar como alternativa ao segundo. (PINTO, Céli Regina Jardim, 2012, p. 55).

No caso do Direitos Urbanos, o seu principal objetivo é apresentar alternativas para o desenvolvimento urbano da cidade do Recife e a ocupação do seu espaço, espaço urbano pensando no âmbito de uma grande cidade capitalista:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado (CORRÊA, 1995, p. 7).

Mesmo que o espaço urbano seja fragmentado, há uma articulação entre as diversas partes formando a malha urbana. Estas relações acontecem justamente pela cidade ser considerada o “organismo vivo”, em que a circulação de pessoas pelos mais diversos motivos (econômico, cultural, político, etc.) dão “liga” aos diversos espaços existentes dentro do próprio espaço urbano. “Fragmentada, articulada, reflexo e condicionalmente social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem [...]. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica.” (CORREA, 1995, p. 9)

Também é importante ressaltar que o espaço urbano é, um reflexo e condicionante da sociedade. Não apenas do contexto social atual, mas de todas as ações realizadas pela sociedade anteriormente. A partir desta ideia, é importante ressaltar dois pontos relacionados ao espaço urbano:

Primeiramente por ser reflexo da sociedade e fragmentado, o espaço urbano, especialmente o da cidade capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista. Em segundo lugar, por ser reflexo social e porque a sociedade tem sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados. (CORRÊA, 1995, p. 8)

Se o espaço urbano pode ser considerado um campo de lutas, pode-se dizer que existe uma luta pelo próprio espaço urbano. Seja ele público ou não. O grupo Direitos Urbanos coloca na sua pauta de discussões justamente a transformação e a ocupação democrática do espaço urbano.

Este não é o primeiro movimento urbano do Recife em relação à defesa de direito coletivo, ao uso do solo, nem da defesa de algum bem patrimonial ameaçado pelos interesses imobiliários, mas apresenta algumas características novas que merecem ser destacada. Em primeiro lugar, o processo de mobilização tem sido feito em grande parte pela *internet*, em *blogs* e *sites*. O uso de imagens tem um lugar especial, sendo que é impossível saber quantas pessoas têm fotografado e filmado os eventos divulgando-os. E, como outros movimentos recentes ao redor do mundo, há um momento no qual as manifestações deixam as telas dos computadores e se tornam realidade no espaço público das ruas. (BERNARDES; NASCIMENTO, 2012, p. 10)

Outro grande diferencial do Direitos Urbanos em relação a movimentos sociais anteriores, das mais variadas ordens de luta, é que sua mobilização e circulação de informação acontece principalmente através das redes sociais e de *blogs*. Isso facilita a troca de conhecimentos, a construção coletiva de consciência social e uma organização mais horizontal, onde todos podem expressar a sua visão de mundo. Esse modelo está sendo praticado no grupo do Direitos Urbanos no *Facebook*.

Não há como negar que o acesso à informação, à produção e distribuição são elementos-chave para se avaliar as relações de poder nas sociedades democráticas. A liberdade de expressão, a pluralidade de canais de informação e respectiva independência, o acesso amplo de diferentes estratos sociais à informação e aos novos meios de comunicação são elementos relevantes na construção de relações de poder. Mas para além da mera constatação de tais fatos, é importante procurarmos encontrar possíveis formas com que a Internet possa colaborar para a própria construção das esferas públicas, entendidas como um espaço de disputa, negociação, definição e redefinição de significados entre atores sociais e como estes mesmos mecanismos definem as relações entre os diferentes atores, dado que estas tecnologias modificaram e continuam a modificar as maneiras com que as pessoas interagem. (PEREIRA, 2011, p. 5).

Apesar do grupo no *Facebook* abordar diversas questões sociais relacionadas principalmente à cidade do Recife, é inegável que o principal foco de discussão do Direitos Urbanos são as diretrizes urbanas da cidade. Pode-se dizer que hoje Recife vive uma disputa a respeito da ocupação do território da cidade. De um lado, o modelo das incorporadoras, associadas ao capital financeiro e apoiada pelo Estado; de outro lado, uma parcela da população que pensa em uma urbanização menos associada ao capital privado e mais democrática.

No centro desta luta que envolve o Estado - sob suas diversas formas -, interesses do capital imobiliário e pessoas que se mobilizam por uma determinada visão da cidade está uma luta cultural, mais precisamente uma disputa de política cultural que tem como eixo o controle sobre o território, mas que o ultrapassa largamente. A pergunta que se coloca é: quem deve determinar o uso deste território urbano: **os interesses do capital urbano em associação com o Estado, para seu uso privado**, modificando totalmente toda a paisagem do Recife, e não apenas das áreas mais próximas, **ou aquela parte da população que se mobiliza para que a área seja mantida como um espaço de uso público**, mas sob uma nova forma? (BERNARDES; NASCIMENTO, 2012, p. 11, grifo nosso)

Dentre as ações realizadas pelo DU, o #ocupeestelita é a mais simbólica e mobilizadora delas, inspirada nos movimentos *Occupy* realizados em outras cidades do mundo. Ela tem provocado sérios e amplos questionamentos urbanísticos e sociais sobre o projeto denominado “Novo Recife”, que pode ser considerado o maior empreendimento imobiliário da história recente da cidade que, como ressaltado, pretende ser implantado num dos mais antigos pátios ferroviários brasileiros (com seus armazéns e silos). O projeto prevê a construção de doze torres de até quarenta pavimentos na frente d’água do centro histórico, no Cais José Estelita. O #ocupeestelita coloca em dúvida a legalidade do seu processo administrativo bem como a legitimidade, visto a ausência de participação sobre o destino de tamanha área, há pouco tempo pública.

O #ocupeestelita é um encontro festivo no local do projeto. Seu objetivo é mostrar que existem outras formas de se fazer cidade, de se integrar às preexistências, de promover a humanização do espaço público, além de melhorar a relação deste com as edificações propostas.

A aliança entre o Estado e o capital imobiliário para a implementação de projetos de urbanização tem tido como consequência um modelo desestruturado e desarticulado com as necessidades públicas. Como já dito anteriormente, o Estado deve ser o organizador do espaço urbano para, na medida do possível, beneficiar a maioria. Ao “atuar diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos” (CORRÊA, 1995, p. 24). O Estado vai sempre entrar em conflito com os movimentos sociais, e esse conflito é necessário para que nem o Estado tenha total controle do processo e nem a sociedade fique completamente marginalizada das decisões.

O caso do Cais José Estelita é emblemático para a discussão a respeito da intervenção e ocupação da cidade por parte da sociedade. Por mais que não seja a primeira vez que uma intervenção urbanística é questionada, como ressaltado, o fato de questionar o modelo de cidade que vem sendo edificada e ter acontecido em uma época de grande inclusão digital deixou o caso com uma grande repercussão, inclusive nacional e internacional. Isso trouxe à tona a discussão sobre o papel do Estado no espaço urbano.

Os que defendem a intervenção privada sobre a área do Cais José Estelita falam do uso de um espaço sem qualquer utilização, de sua valorização e, especialmente da construção de um Novo Recife. Esquecem que este espaço tornou-se aparentemente sem uso pelas transformações ocorridas na economia e na ação do Estado, quando este foi marcado pelas ideias do neoliberalismo. Daí, inclusive, a decisão de alienação de um espaço público para transformá-lo em um espaço privado. Por outro lado, não apenas se apaga toda a carga histórica que impregnou tal espaço, ignorando-se diversas possibilidades de sua utilização pública. Além do mais, no Projeto Novo Recife, existe uma decisão de radical transformação da paisagem de toda a área e sua apropriação de maneira privada. Privatiza-se, assim, o direito à paisagem, hoje um dos direitos postos como um direito de todos. Neste sentido, o novo é apenas a reiteração do velho. (BERNARDES; NASCIMENTO, 2012, p. 11).

Uma das principais reivindicações do Direitos Urbanos é que o Estado tenha a percepção de que a cidade é um bem de toda a população. Esta tem *direito à cidade*, nos termos anteriormente colocados. Ademais, a forma de ocupação do espaço privado em questão afeta a ocupação, a vivência do espaço público. A cidade tem que ser pensada como um todo, como um grande espaço urbano, e não como pequenos espaços que não dialogam entre si.

Outro aspecto a ser lembrado é que a luta pelo espaço como um espaço público, contra sua utilização privada, tem o sentido também de tornar efetivo um vasto conjunto da legislação brasileira que passa pela defesa do patrimônio histórico-cultural e pela cidade como um bem público. Vale lembrar que a mobilização dos partidários do Cais José Estelita como um espaço público busca – consciente ou inconscientemente – aplicar toda uma série de princípios presentes na citada legislação. Este conjunto de legislação inclui desde a legislação de defesa do patrimônio histórico cultural, a Constituição

de 1988, o Estatuto das Cidades. É importante lembrar este conjunto de regulação jurídica do tratamento do patrimônio e do espaço porque o mesmo não tem sido devidamente levado em conta pelos poderes públicos, os primeiros responsáveis por sua aplicação. Neste sentido o movimento Ocupe Estelita assumiu, em grande medida, o que deveria ser o papel do Estado no sentido de aplicar a legislação que regulamenta o uso dos espaços públicos carregados de memória e o ordenamento do espaço. De fato, todos os argumentos dos defensores do Projeto Novo Recife evitam enfrentar que estamos diante não da valorização de um espaço, mas de uma disputa sobre um problema de interesse público. (BERNARDES; NASCIMENTO, 2012, p. 12).

Dentro desta perspectiva pode-se dizer que a ocupação do Cais José Estelita, ocorrida mais de uma vez, é uma ação direta em prol de uma democracia do espaço urbano. Uma mobilização a favor da democratização da cidade e de uma participação efetiva nas decisões dos rumos que ela vai seguir. Afinal,

Um dos elementos fundamentais para que tenhamos verdadeiramente uma sociedade democrática é a igualdade política, entendida como a possibilidade igual de participar em processos políticos, seja através de mobilizações e ações diretas, seja através da participação em processos deliberativos ou decisórios (PEREIRA, 2011, p. 17).

O Direitos Urbanos, através do Ocupe Estelita, trouxe para a sociedade recifense uma discussão extremamente importante para a democratização da cidade, para o uso do espaço urbano pela população. É importante ressaltar que esse debate é universal. Qualquer cidade, independentemente do porte, precisa de uma participação da sociedade nas decisões tomadas pelo poder público.

Quando se fala de uso do espaço urbano, isso vai muito além de apenas discutir e problematizar as obras urbanísticas. Mas também questões que envolvem o funcionamento da cidade como um todo. Isso engloba questões como a da locomoção dentro da cidade, direito à moradia, relação com o meio ambiente, etc. Em suma, a sociedade deve cobrar isso – ou seja, o direito à cidade – do Estado.

O Estado, portanto, deveria atuar em prol da sociedade como um todo. Porém, deveria haver uma atenção maior com quem está marginalizado. O processo de democratização do espaço urbano também passa pela inclusão social e pela aproximação das diversas camadas sociais e culturais. A aprovação de um projeto como o Novo Recife seria de caráter arbitrário. Assim como já foi dito anteriormente em relação aos mocambos, o discurso modernizador, de um suposto progresso, passa por cima de situações construídas ao longo da história e que devem ser respeitadas.

Assim, percebemos nos produtos que apresentam o Novo Recife à população e aos especialistas um olhar seletivo, generalista e segregador que caracteriza o centro do Recife enquanto um “vazio urbano” que clama pela ‘requalificação’ promovida por grandes empreendimentos. São

representações e referentes ideológicos que objetivam apagar dos projetos as grandes comunidades históricas do centro do Recife: Coque, Coelhos, Beira Rio e tantas outras que estão no centro, mas veem seus territórios construídos ao longo de décadas desaparecerem dos mapas, terem suas toponímias substituídas e a colocação no mapa de planos ainda não concretizados como forma de passar o recado por trás de 156 projetos conduzidos com o lema da ‘revitalização’: adeus favelas70! (BARBOSA, 2014, p. 155).

Esse é o ponto chave da luta do grupo Direitos Urbanos, que se caracteriza por uma mobilização a favor da democratização da cidade, que agregue a diversidade social e cultural que qualquer grande cidade apresenta. Colocam-se, assim, contra o modelo que está sendo imposto pelo Estado em parceria com a iniciativa privada, que coloca o lucro acima do bem-estar social da cidade.

Para o grupo Direitos Urbanos, projetos como o Novo Recife, calcado em estratégias de privatização e na retórica do desenvolvimento, se apresenta enquanto um modelo de cidade que reconfigura o coronelismo e “reedita o provincianismo de subordinar o desenvolvimento à segregação urbana e o progresso à degradação da dimensão pública do espaço urbano”. Um modelo de planejamento da cidade baseado apenas numa capitalização do futuro, articulado a interesses privados desarticulados, uma passividade (no sentido de submissão) do poder público e falta de planejamento da cidade integrado e de longo prazo. (BARBOSA, 2014, p. 174)

Cabe ressaltar que o interesse pela democratização do espaço urbano deveria passar por toda a sociedade, ou pela sua maioria. É fato que o grupo Direitos Urbanos ainda é uma minoria na sociedade recifense. Não que toda a sociedade deva participar do movimento, mas deve ter um melhor acesso às informações quanto à produção da cidade. Por esse caminho, poderia ser que o Estado representasse também os interesses da maioria da população. Mesmo assim, é evidente que tal prática não detém os conflitos de interesse. É como se a dialética estivesse em constante movimento numa sociedade democrática, e para dialogar com ela parece que se torna necessário estar presente, estar atuando, está participando.

Frente à importância do Grupo DU, é imperativo reproduzir, embora longo, o trecho da entrevista – com questões/perguntas semiestruturadas –, realizada pela pesquisadora com uma das personagens mais eminentes desse Grupo, que nesse trabalho nomeia-se como entrevistada A. Nesta ocasião, ela relatou a origem do DU e da ação mais simbólica, mais mobilizadora: o #ocupeestelita. Segundo o seu depoimento, o Direitos Urbanos ganhou uma proporção rápida porque tinha muita gente pensando a mesma coisa na cidade. Existiam, (e existem!), inquietações que são comuns a uma boa parcela da população. A entrevistada A discorre que:

É muito difícil mensurar para a população o que de fato vem acontecendo. Os indícios do que vem ocorrendo com a cidade sim. Isto está sendo vivido pela população no dia-a-dia. O DU proporcionalmente atinge a uma parcela muito pouca da população. O alcance numérico, de grupos e movimentos como estes é muito diferente de uma democracia representativa. Está mais voltado para

pessoas que estão se sentindo lesadas no seu direito coletivo. De fato é outra matemática. O DU surge dentro de um contexto onde na conjuntura governamental não havia espaço para um potencial propositivo. Havia nesse contexto energias dispersas no coletivo (exemplo: pessoas que pensavam certo referencial, certo ideal de cidade). E o DU acaba aglomerando, ou aglutinando essas pessoas. O DU é visto como um grupo de classe média.

Com a construção das Torres Gêmeas, ganha concretude o discurso da hegemonia. Assim, trocando em miúdos, no *facebook* (FB) tinham uma série de grupos (previamente existentes) com pautas diferentes. O PL – Projeto de Lei - da vereadora Marília Arraes que discorria sobre o horário de fechamento de bares na cidade, foi o mote sobre a discussão de espaço público. O fato era defender o espaço público enquanto discussão política. Nas conversas essa grande questão ficou muito clara! O Projeto de Lei (PL) não foi aprovado! Você poderia perguntar do por que essa discussão se faz pelo FB em Recife, e não pelo *twitter*. Porque no *twitter* a discussão é por assunto e no FB é pelas relações. A meu ver, estamos no meio do caminho. Na época, ainda não existia o DU, existe há poucos anos.

Naquele período, 2012, uma matéria do jornal que falava sobre o Projeto Novo Recife entra na agenda de discussão de um dos grupos no FB. Então estava sendo mobilizada uma audiência pública e passou a ser discutida a necessidade de uma ampla presença nessa audiência pública. Muitos divulgaram e se interessaram ainda no ambiente virtual sobre esse debate, aos poucos foi sendo construída uma argumentação coletiva. Mas era esquisito porque tinha certo senso de representação difusa.

A audiência pública sobre o Projeto Novo Recife, ocorreu na Câmara de Vereadores da cidade, no dia 22 de março de 2012. Foi um marco em relação à representação coletiva. A argumentação se dava sem nem sequer as pessoas terem combinado antes. As pessoas não tinham necessariamente eleito alguém ou alguéms antes. Vale destacar que as falas na mesa não tinham nenhuma surpresa. Eram falas previsíveis. A audiência contou com a presença de umas 300 pessoas.

Após a audiência, foi feita uma discussão do que fazer: então uma pessoa sugeriu o OCUPE ESTELITA. O primeiro ocupe aconteceu em 15 de abril de 2012 e depois dele o prefeito da época, João da Costa, avisa no jornal que o projeto seria aprovado.

Existia algo que caracterizo como uma ingenuidade necessária. De se fazer ouvir, mas não de chegar às pessoas para convencê-las, e sim para trazê-las para o debate. É disso que surge o Grupo Direitos Urbanos. O DU conquistou meio que naturalmente uma pauta. Fez da sua pauta uma pauta para a cidade. Só tinha como saber o que o grupo era a partir do fazer do grupo. Não tinha “alguém para escrever o estatuto”. Foram realizadas inicialmente três ações: 1. O grupo do Direitos Urbanos no FB; 2. O *Blog* e 3. Pessoas trabalhando *off-line* (mostras de cinema, por exemplo).

Naquele ano, a pauta do DU acaba sendo sequestrada pelas eleições. A relação entre a mobilidade e o pedestre passa a ganhar espaço nas propostas de campanha. Mesmo assim, as atividades continuaram. Filmes com debates sobre a cidade, a aproximação do movimento com a universidade e a universidade com o movimento. O foco era disseminar o entendimento de que a cidade é um sistema. O Estelita deve ser visto enquanto um espaço público, um lugar de ninguém e um lugar de todo mundo, dentro de uma sociedade patrimonialista. O Estelita tem uma natureza coletiva dentro de um vazio na cidade. O fato de ele existir pressiona, pede, indica, facilita que cada espaço reflita em si mesmo. Que se aprume em si mesmo.

3.4 A ocupação do Cais José Estelita

Como dito anteriormente, dentre as ações realizadas pelo Grupo Direitos Urbanos, o Ocupe Estelita é a mais simbólica e mobilizadora delas, pelo sentido emblemático de enfrentamento desde a sua origem. Neste item do trabalho, o objetivo não é fazer um resgate cronológico dos fatos e dos acontecimentos que envolvem a mobilização do #ocupeestelita, mas elucidar para o leitor alguns acontecimentos chave da sua trajetória. Ademais, essa escolha vem ao encontro dos objetivos específicos da pesquisa.

Serão a seguir comentados quatro aspectos do DU com o foco no Ocupe Estelita:

- a) explicando QUEM PROTESTA e POR QUE PROTESTA;
- b) a forma de como ocorreu a mobilização e a resistência da ocupação do Cais José Estelita., o que remete ao COMO SE PROTESTA;
- c) as coberturas da mídia (escrita e falada), ocorridas durante a ocupação, bem como seus desdobramentos;
- d) as reações dos governos estadual e municipal frente à aludida ocupação.

3.4.1 Quem protesta e por que protesta

Em 21 de maio de 2014, já era noite quando um dos ativistas do DU passava de ônibus pelo Cais José Estelita e foi surpreendido ao ver máquinas de tratores se movimentando no local, indicando o início da derrubada dos armazéns ali existentes. Na ocasião, a obra estava proibida pela justiça, pois havia cinco ações judiciais em curso discutindo a ilegalidade do projeto e a justiça federal tinha determinado a suspensão imediata da obra durante o andamento dos processos.

Este ativista desceu do ônibus e foi questionar o que estava acontecendo no local. De acordo com seus relatos, constantes em vídeos e depoimentos do grupo DU na *internet*, ele foi agredido fisicamente e trancado no local. Mas, assim que desceu do ônibus – antes mesmo de questionar os condutores dos tratores – informou aos integrantes do DU, por meio das redes sociais, sobre as máquinas que ele estava vendo no Cais.

Doze pessoas passaram a noite inteira no local. Ocuparam o Cais José Estelita. Era uma quarta-feira. Nasceu naquela noite o acampamento Estelita. A ocupação avolumou-se nos dias que sucederam. Atos de apoio à ocupação foram registrados. Professores de universidades e de escolas do Recife encaminharam seus alunos para o Cais José Estelita, fizeram aulas de campo e visitas técnicas no local. A ocupação envolveu – além de estudantes e acadêmicos – artistas, poetas, músicos, cantores e profissionais de diferentes áreas, além de representantes de associações como o IAB-PE e CORECON.

Os acampados se organizaram em grupos. Fóruns e debates aconteciam no local. Outros se mobilizaram pelas redes sociais com posicionamento de apoio à ocupação. Quatro dias depois, ou seja, no domingo 25 de maio de 2014, havia perto de 1.000 pessoas frequentando o Cais José Estelita.

Foi percebido, nas atividades de debates, que o perfil dos ativistas é plural. É difícil detectar uma homogeneidade. Todavia alguns traços prevalecem. Muitos integram a classe média, pertencem a uma geração de jovens, possuem habilidades em relação às ferramentas digitais, estão dentro de um circuito social com maior liberdade de expressão. Com estes predicados, conseguem transitar com menos amarras em relação aos temas polêmicos da sociedade. Na ocupação, diferentes formas de expressão foram detectadas – ou o que alguns caracterizariam como diferentes tribos. Os dias ocupados no Cais José Estelita também foram dias que proporcionaram, para os que ali estavam ou visitavam, uma mescla de situações e heterogeneidade social. Foi quando (durante aqueles dias) a cidade foi ao Cais José Estelita⁵.

Na ocupação foi estabelecida certa organização espacial para que pudesse existir o convívio. Nesse espaço coletivo, funcionava uma cozinha, havia uma área destinada aos mantimentos, fruto de inúmeras doações e arrecadações de pessoas que por ali passavam ou aproveitaram para conhecer o Cais José Estelita por dentro. Tinha também áreas reservadas para plantação, para debates, para as barracas de acampamento. Durante o dia, circulava muita gente. A noite uma boa parte dos que frequentavam a ocupação, estava com o objetivo de participar nos debates. De certo, o local no período da noite esteve sempre mais vulnerável.

Alguns dos acampados – especialmente aqueles que são ativistas e pertencem ao DU – conformavam o núcleo político que, durante o processo de ocupação, assumia o papel:

- a) de organização das discussões consideradas estratégicas;
- b) de interlocução institucional entre o DU e poder público. Soma a isso, o apoio de entidades locais, nacionais e internacionais que foram registrados, notadamente, durante os dias da ocupação.

Em uma das reuniões de discussões estratégicas sobre a ocupação, que já resistia há 20 dias, ficaram claras as dificuldades que vinham sendo enfrentadas pela ocupação. Foram apresentados depoimentos de que estavam acontecendo atitudes internas na ocupação para sabotar a mobilização por dentro do acampamento. Os ativistas identificavam que o Consórcio estava empenhado em mostrar o lado frágil do movimento, tentando minar e desconstruir a ocupação enquanto um ato político⁶.

⁵ Uma analogia ao subtítulo dessa pesquisa.

⁶ Naquela semana o consórcio havia publicado uma nota à população do Recife (anexo A deste trabalho), em jornais impressos de grande circulação na cidade; e vinculada propaganda na televisão em canal de ampla cobertura.

Nesta mesma reunião, foram definidas algumas estratégias de fortalecimento da ocupação: reforçar a infraestrutura do acampamento (precisavam de páletes, tapumes, lâmpadas e fios; principalmente esses itens), manter uma comunicação mais constante nas redes sociais, discutir os acordos sociais intraocupação, intensificar as atividades formativas. Ficou claro também que muitos apresentavam um desgaste físico, por estarem no acampamento há tanto tempo. Por uma causa coletiva, investiam seu tempo e energia para manterem-se resistente.

Havia uma espécie de “rodízio” na ocupação, mas também existia o medo: natural e real, pertencente a um ato com esta proporção. O porquê estavam ali? Para aqueles que ocupavam e aqueles que se alternavam no Cais José Estelita, o porquê era nítido para os ocupantes. Era uma forma de enfrentamento ao modelo de cidade excludente. Nas falas eram tratadas da coisa coletiva, eram ressaltados o valor e o significado dessa atitude contrária ao modelo de aliança da gestão pública com o setor imobiliário que ganha força no ordenamento territorial da cidade do Recife.

Essas reflexões dialogam com a análise de Saraiva (2015) que defende

A lógica da racionalidade econômica que tem permeado o modelo econômico do Estado Brasileiro, contraditoriamente tem privilegiado os aspectos de expansão econômica cujos processos são indispensáveis à produção e reprodução do capital, em detrimento das demandas sociais relacionadas aos serviços públicos coletivos de saúde, educação, habitação, lazer, etc. A situação de carência desses serviços não é apenas fruto de escassez de recursos, mas também de decisões políticas que privilegiam os grandes investimentos, beneficiadores direto do capital, sacrificando, particularmente, as populações menos favorecidas. (SARAIVA, 2015, p.42)

O Projeto Novo Recife era a expressão mais contemporânea deste privilegio dos grandes investimentos. Desse modo, as reuniões do Grupo Direitos Urbanos passaram a ter o foco também no fortalecimento do acampamento e na vigília constante dos passos que a gestão pública municipal viesse a pautar.

3.4.2 Como se protesta

As atividades formativas foram peças essenciais para o entendimento acerca do modelo de cidade defendido pelo movimento. Registrando a presença e contribuição de muitos professores das universidades, também do Mestrado de Desenvolvimento Urbano da UFPE, com palestras, *workshops* e visitas técnicas ao local. Nas primeiras semanas do acampamento, esse assunto passa a ser latente no meio acadêmico e institucional de diferentes lugares da cidade. Alguns *post* virtuais circularam na *internet* chamando para o debate, como os abaixo copilados.

Figura 5 - Chamadas para debates

JÁ SÃO MAIS DE 145
ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL
E MOVIMENTOS SOCIAIS DE TODO
O BRASIL QUE ASSINAM MANIFESTO EM
APOIO AO MOVIMENTO OCUPE ESTELITA

Veja a lista completa e leia o manifesto na íntegra em
www.ocupeestelita.com.br

Ainda queremos mais adesões! O manifesto está aberto.
Qualquer entidade ou movimento que desejar aderir, envie email
para ocupeestelita@gmail.com

#OCUPE ESTELITA A CIDADE É NOSSA. OCUPE-A.

NOVOS EVENTOS

Oficinas · debates · projeções ·
aulas públicas · shows ·
apresentações · atividades
e muitos outros eventos gratuitos

VAITERNOESTELITA.TUMBLR.COM

A CIDADE É NOSSA. OCUPE-A. #OCUPE ESTELITA

A CIDA
DE NOS
SA.
OCUPE-A

Dizer que o Movimento Ocupe Estelita é contra prédios altos é outra falácia; não é contra nem a favor de prédios altos. O Movimento é, sim:

0) **CONTRA** aprovação de projetos de grande impacto de forma irregular, com a conivência do poder público

1) **CONTRA** a falta de planejamento urbano efetiva seguindo um plano diretor estabelecido (que permite prédios altos em algumas áreas e em outras não).

2) **CONTRA** a censura, a parcialidade extrema e a manipulação da comunicação.

3) **CONTRA** noções higienizantes e segregadoras que não dialogam de maneira ampla com as comunidades populares e seus moradores, utilizando-se de algumas pessoas para falar em nome desses espaços.

E O MAIS IMPORTANTE é a favor de uma cidade efetivamente democrática onde pessoas que manifestam seu direito não sejam tratadas de maneira tão sangrenta pelos seus governantes.

AULAS PÚBLICAS

quarta (28) - 20h30
"Ilegalidades do projeto Novo Recife e do processo administrativo em que o projeto tramita"

quinta (29) - 14h
"Direito à cidade e mídia"
Ivan Moraes Filho e Patricia Horta

sábado (31) - 18h
"Memória, cinema e cidade"
Paulo Cunha

#OCUPE ESTELITA

Fonte: elaboração da autora com base em imagens coletadas em www.facebook.com/DireitosUrbanos/photos

Ao longo da ocupação no Cais José Estelita, uma intensa mobilização nas redes sociais possibilitou ampla adesão ao #ocupeestelita. A ação permanente de mobilização *on-line*, de fato é um notório diferencial do processo do DU e no Ocupe Estelita. Entretanto, ressalta-se que para algumas discussões, o uso da *internet* é tomado como ferramenta meio e não fim. Para determinadas discussões, de caráter estratégico e decisório, o DU realiza reuniões presenciais, das quais participam os ativistas que têm (ou que assumem) um papel mais político e institucional.

Por oportuno cabe lembrar (sucintamente) a distinção entre os participantes do DU e do Movimento #ocupeestelita. No Grupo DU, os ativistas são mais permanentes e vêm participando da trajetória de mobilização e discussão de questões relacionadas ao direito a cidade desde a sua criação. Eles, por sua vez, se reúnem seja em *chat*, seja presencialmente, para discutir e mobilizar sobre pautas diversas. No #ocupeestelita, os ativistas fazem parte ou não do DU. A pauta única e central deste Movimento é o Cais José Estelita, é lutar contra o Projeto Novo Recife.

As imagens a seguir oferecem uma ideia dos perfis profissionais e institucionais diferenciados das pessoas, incluindo a idade, que apoiaram o #ocupeestelita e o #resisteestelita.

Figura 6 - A resistência é local, mas a luta é global.



Prof. Dr. David Harvey, geógrafo



Prof. Dra. Norma Lacerda, arquiteta e urbanista



Marília Arraes, vereadora do Recife



Lula da Silva, ex presidente do Brasil



Ney Matogrosso, cantor



Elza Soares, cantora



Alessandra Leão, cantora



Nação Zumbi, músicos



Dira Paes, atriz



Camila Pitanga, atriz



Clarice Falcão, atriz



Carol Castro, atriz



Apoio do Movimento Parque Augusta



Apoio do Instituto Papai



Apoio de cidadãos individuais

Fonte: elaboração da autora com base em imagens coletadas em <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/>

3.4.3 As reações da mídia

A imprensa local deu pouca cobertura ao #ocupeestelita, no período da ocupação. Esta afirmação fundamenta-se na busca, realizada pela autora desta dissertação, das matérias veiculadas na mídia impressa ou em portais na *internet*, entre os dias 21/05/2014 e 18/06/2014. Alguns veículos locais não apresentaram nenhuma matéria sobre o tema. O quadro 2 relaciona as matérias veiculadas no aludido período, e o anexo B reúne algumas dessas matérias na íntegra.

Quadro 3 – Matérias jornalísticas sobre a Ocupação do Estelita – ano 2014

Data / horário	Título da matéria	fonte que publicou
28/05/2014 as 20h30	MMPE chama prefeito do Recife para audiência sobre projeto no Estelita	G1 PE
29/05/2014 as 12h06	Artistas apoiam movimento contra construção de prédios no Recife	G1 PE
29/05/2014 as 20h17	TJPE determina reintegração de área invadida no Cais José Estelita, Recife	G1 PE
29/05/2014 a 00h05 e atualizado as 10h19	O que a imprensa do Recife não conta sobre o Estelita	Carta Capital
30/05/2014 as 09h35	Após decisão do TJPE sobre Estelita, manifestantes seguem acampados	G1 PE
30/05/2014 as 19h53 Atualizado as 20h03	Reunião entre governo e ocupantes vai definir reintegração no Estelita	G1 PE
30/05/2014 as 15h30	Projeto imobiliário cria controvérsia no Recife	EXAME.com
30/05/2014 as 15h21	Projeto imobiliário de R\$ 800 milhões se torna alvo de guerra jurídica no Recife	ESTADÃO
31/05/2014 as 18h14	Prefeitura do Recife marca para terça reunião sobre Cais José Estelita	G1 PE
01/06/2014 as 17h07	PE: contra construção de prédios em área histórica, grupo promove atividades artísticas no cais Estelita	Portal R7
01/06/2014 as 17h13 atualizada em 02/06/2014 as 09h25	Recife tem protesto cultural contra o plano imobiliário no Cais José Estelita	G1 PE
02/06/2014 as 17h05 atualizada em 17/06/2014 as 10h16	Prefeito do Recife se reúne com ocupantes do Cais José Estelita	Portal EBC
03/06/2014 as 11h36	Prefeitura do Recife suspende licença de demolição no Cais José Estelita	G1 PE
16/06/2014 as 20h24	Prefeitura fixa em 30 dias prazo para novas diretrizes do Novo Recife	G1 PE
17/06/2014 as 11h39	Policiais Militares do Batalhão de Choque jogam spray de pimenta em manifestantes sentados no chão	G1 PE
17/06/2014 as 09h22	PM age com rigor em desocupação no Recife	Brasil 247 jornal digital
17/06/2014 as 12h41	Ação da PM expõe divisão no grupo político de Campos em Pernambuco	Valor Econômico
17/06/2014 as 17h08	Anistia Internacional, MPF e UFPE repudiam reintegração no Estelita	G1 PE
17/06/2014 as 19h17	Seis pessoas são detidas em reintegração de posse em PE	ESTADÃO
17/06/2014 as 20h14	Anistia Internacional condena desocupação do Cais José Estelita	Portal EBC
17/06/2014 as 17h05	Recife – 17h05: Manifestantes fecham acesso viário no largo do Cabanga	G1 PE
17/06/2014 as 20h58 atualizado em 18/06	MPPE recebe denúncias de violência policial em reintegração no Recife	G1 PE

18/06/2014 as 10h13 atualizado as 21h57	A batalha pelo Cais José Estelita	Carta Capital
18/06/2014 as 17h31	Justiça considera legal a ordem de desocupação do Cais José Estelita	Portal EBC
18/06/2014 as 18h17	O isolamento de Lyra junto ao Cais José Estelita	Brasil 247 jornal digital
20/06/2014 as 11h07	Governador de PE defende ocupação da PM no Estelita	G1 PE
18/06/2014 as 19h07	Justiça Federal alerta Novo Recife sobre proibição de obras no Estelita	G1 PE
18/06/2014 as 20h06	Manifestantes voltam a acampar no Cais José Estelita, em Recife	EXAME.com
19/06/2014 as 11h57	Campos culpa União pela venda do Cais José Estelita	Brasil 247 jornal digital
22/05/2014 as 10h52	Demolição dos galpões do Cais José Estelita é temporariamente suspensa	JC Online
30/05/2014 as 22h49	MPPE vai recorrer da reintegração do terreno do Cais José Estelita	JC Online
31/05/2014 as 10h41	PCR convoca reunião para esclarecer projeto Novo Recife. Câmara fará audiência pública	JC Online
01/06/2014 as 18h25	Domingo de atividades culturais e shows de Karina Buhr e Siba no Cais José Estelita	JC Online
12/06/2014 as 15h35	Homem armado provoca confusão no Cais José Estelita	JC Online
17/06/2014 as 15h06	PF diz que consórcio Novo Recife não pode cercar terreno do Estelita com tapumes	JC Online
17/06/2014 as 22h38	Em dia de muito tumulto, PM faz reintegração de posse no Cais José Estelita	JC Online
18/06/2014 as 11h52	Ativistas permanecem acampados próximos ao Viaduto Capitão Tenudo	JC Online
19/06/2014 as 23h06	João Lyra emite nota sobre reintegração de posse no Cais José Estelita	JC Online

Fonte: Elaboração da autora com base em publicações do G1 PE, Carta Capital, Exame.com, Estadão, Portal R7, Portal EBC, Brasil 247 jornal digital, Valor Econômico, JC Online, acessadas entre janeiro e fevereiro, 2016.

No total foram 38 matérias distribuídas em oito veículos de comunicação. Observa-se que algumas matérias têm o cunho mais informativo, outras abordam o tema de maneira mais geral e não deixam claro para o leitor o debate sobre a cidade. A matéria intitulada “O que a imprensa do Recife não conta sobre o Estelita” destaca a cobertura *on-line* dos principais jornais locais:

Seguindo a linha da falta de informação dos jornais locais, nacionalmente **as notícias sobre os manifestantes que montaram acampamento na área a ser demolida foram insignificantes, para não dizer inexistentes** – visto que não houve, a princípio, um monitoramento dos veículos, mas também não há notícias de que o fato foi noticiado nacionalmente pelos principais veículos tradicionais. Dentro e fora do Recife, com exceção das redes sociais e blogs da imprensa alternativa, as pessoas seguem desinformadas sobre o que acontece em uma das áreas mais emblemáticas da cidade. (CARTA CAPITAL, 2014, grifos nosso).

Não é de se estranhar afinal, a grande mídia em geral muito vem se posicionando a favor do mercado, diante desta situação, mais uma vez a presença da *internet* para o #ocupeestelita foi peça fundamental, contribuindo não apenas na mobilização dos ativistas e dos novos apoios a essa manifestação, mas também exercendo o papel informativo sobre as discussões realizadas

durante a ocupação e os posicionamentos a serem assumidos. Assim, a quase que massificação pela *internet* durante os dias da ocupação, foi uma estratégia chave para o Ocupe Estelita.

A dimensão democrática dessa ocupação é uma tarefa fácil de perceber. Entretanto, as adesões assumem um papel coadjuvante de destaque na luta da ocupação. O fato de pessoas do meio artístico, cultural e intelectual terem manifestado o seu apoio através das redes sociais, fortaleceu substancialmente a causa do Ocupe Estelita.

A matéria, assinada pelas jornalistas Mariana Martins e Mariana Moreira e veiculada no Intervozes, assinala que “grande parte dos veículos [meios de comunicação] estaduais ignora a mobilização social contra o projeto Novo Recife e a ocupação nos armazéns do Cais José Estelita” (CARTA CAPITAL, 2014). Tal comportamento da mídia não se configura como uma questão nova na democracia brasileira. A grande mídia, como algumas pessoas denominam, possui fortes interesses empresariais. Não sem razão, seus editoriais correspondem a estes interesses.

O novo é realizar o debate de maneira informativa e formativa, como elemento de enriquecimento à cidadania. É tratar os cidadãos enquanto sujeitos de direitos constituídos. Portanto, estar-se-ia fazendo valer os termos primeiros do Art. 5⁷ da Constituição Federal (BRASIL, 1988). E por assim compreender, reconhece-se a importância da Lei Federal nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação⁸, que vem contribuindo para o exercício efetivo do direito à informação e, assim, atuando no fomento ao controle social e no desenvolvimento de uma cultura de interesse no acesso à informação. Esta cultura deve vir a ser constante na formação de um país com pensamento crítico e democrático.

É importante anotar que, durante a ocupação no Cais José Estelita, foram veiculadas:

- a) nove publicações no JC Online;
- b) duas no Portal PE 10.

Outro dado curioso é que, ao buscar nessas fontes, publicações com o termo “ocupe estelita”, sem ser apenas no período da ocupação do Cais, têm-se os seguintes dados:

- a) 1.270 resultados no JC Online;
- b) oito resultados na FOLHA PE;
- c) 272 resultados no Diário de Pernambuco.

⁷ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

⁸ Publicada em 18 de novembro de 2011 e vigente desde 16 de junho de 2012, a Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação, é uma conquista da sociedade, que tem como objetivo efetivar o exercício do direito à informação. Garantido constitucionalmente, o direito de acesso só foi regulamentado por uma lei ordinária 23 anos após a promulgação da atual Constituição Federal. A criação da Lei nº 12.527 contribui para a concretização do direito de acesso à informação, fortalecendo o controle social e reduzindo os riscos da chamada “assimetria de informações”. Após um ano de vigência da lei é possível perceber mudanças no interesse e na cultura da sociedade. Todavia, pontos críticos identificados durante esse período devem ser aperfeiçoados, bem como devem ser reforçadas as ações de divulgação e publicidade da lei garantindo que a cultura da informação seja disseminada e assimilada pela população. (OLIVEIRA, 2013).

Tangente à grande mídia, o movimento Ocupe Estelita apresenta em seus *posts*, vídeos, etc., um jeito comunicativo, irreverente e muito criativo. Mesmo diante de temas tão complexos de transmitir – como o direito à cidade e à governança corporativa, por exemplo – o Movimento consegue “passar o recado”, ao adotar uma linguagem direta, com grande alcance. Durante a existência do Movimento Ocupe Estelita a contribuição de profissionais de áreas como cinema e comunicação visual, somada ao processo de disseminação da informação, foi vital. Estes profissionais utilizam uma linguagem democrática e, em alguns momentos bem-humorada, de comunicar sobre o #ocupeestelita. O quadro 4 apresenta dados sobre a visualizações de *sites*, vídeos e notícias.

Quadro 4 - Dados sobre as visualizações de *sites*, vídeos e notícias.

Ao clicar	Resultado total aproximado	Vídeos	Notícias
#ocupeestelita	36.600 resultados	4.180 existentes	114 existentes
#resisteestelita	7.550 resultados	274 existentes	01
#negociaprefeito	328 resultados	38 existentes	---

Fonte: Pesquisa direta na internet – período janeiro e fevereiro, 2016.

Os 4.180 vídeos funcionaram como inestimáveis instrumentos de informação e de mobilização, tanto para o Grupo Direitos Urbanos, quanto para o Movimento Ocupe Estelita. Alguns deles tornaram-se campeões de visualização⁹: *Recife, Cidade Roubada* (131.600 visualizações), *Recife Frio* (83.282 visualizações) e o *Novo Apocalipse Recife* (26.706 visualizações).

Cabe lembrar a contribuição da Mídia Ninja. Um grupo *on-line*, formado por ativistas democráticos, age em diversas cidades brasileiras. Estes ativistas registram ocorrências de enfrentamento entre a sociedade e os governos. Transmite o acontecimento como ele é – ou por assim melhor dizer, como ele está acontecendo – no momento.

Ainda sobre esta temática, um dos vídeos elucidativos que o Grupo Direitos Urbanos publicou foi um com a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik,¹⁰ com 8.468 visualizações na *internet*. No vídeo, a urbanista retrata o seu ponto de vista acerca do Ocupe Estelita. Transcreve-se, a seguir, parte da sua fala:

A importância do movimento Ocupe Estelita não é somente para o Recife, ou para Pernambuco, é importante para o Brasil. Porque a resistência e o

⁹ Fonte: pesquisa direta na internet no período de janeiro e fevereiro de 2016.

¹⁰ Raquel Rolnik, arquiteta e urbanista, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada, de 2008 a maio de 2014.

questionamento do QUEM, COMO e PORQUE decide o que vai acontecer na cidade é um questionamento absolutamente necessário num contexto onde **a política urbana no Brasil, há décadas é conduzida única e exclusivamente na direção dos interesses do mercado imobiliário e com todo o poder que esse ator tem tanto dos processos decisórios dentro da estrutura do Estado, quanto sobre as informações nos meios de comunicação.** (ROLNIK, 2014, grifos nosso).

Ela segue neste vídeo acrescentando que:

O velho é a privatização das áreas públicas, as políticas urbanas voltadas apenas para a promoção de desenvolvimento econômico, geração de empregos e ganhos imobiliários... o velho é a política urbana excludente, decidida em gabinete, com a presença de poucos. **O novo é a resistência! É uma nova geração dizer: chega! Não queremos mais que seja assim, queremos discutir como vai ser nossa cidade.** (ROLNIK, 2014, grifos nosso).

Para Raquel Rolnik, tem outros valores de uso que este movimento está colocando sobre a mesa: a apropriação dos espaços públicos, o convívio, a produção artístico-cultural, a habitação social..., coisas que têm pouco valor econômico (por assim dizer) e que podem não ser totalmente mercantilizadas, mas que têm enorme valor para a cidade.

A reformulação e adaptabilidade traz para o Movimento uma dinâmica muito rápida, que vai ao encontro da velocidade de sua mobilização. A plataforma da *internet* favorece o debate, as trocas. Faz, inclusive, com que o sentido de pertencimento ao grupo seja expandido. A ampliação do debate, no ambiente virtual, torna-se favorável a partir do momento em que a sua escala é ampliada nacional e internacionalmente. A luta contra as desigualdades nas cidades e contra o modelo de produção do espaço urbano é, assim, intensificada. Ao final, não se trata de uma questão local. O Direito à Cidade, discorrido nessa pesquisa, guarda relação com a dimensão desse debate numa escala mundial. É o direito à cidade de Lefebvre, de Harvey e da Carta Mundial¹¹ pelo Direito à Cidade.

3.4.4 A administração pública e a reintegração de posse

A ocupação do Cais José Estelita durou 27 dias. Foi iniciada em 21 de maio de 2014 (à noite). O cumprimento do mandato de reintegração de posse ocorreu em 17 de junho de 2014.

¹¹ Carta Mundial pelo Direito a Cidade – documento organizado em quatro partes disposto em XXI artigos. Passou por diferentes fóruns de debates, como por exemplo, o Fórum Social das Américas ocorrido em Quito, no Equador em julho de 2004; o Fórum Urbano Mundial em Barcelona, na Espanha em setembro de 2004 e o V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Brasil ocorrido em janeiro de 2005. O objetivo central da carta é disseminar a discussão relativa a quem e como deve se ter o Direito à Cidade.

No início da ocupação, a Prefeitura do Recife adotou uma postura de neutralidade¹². Os rápidos pronunciamentos públicos feitos pelo prefeito, quando indagado, declarava que o Projeto estava aprovado dentro dos trâmites da legalidade. Lembrava a legalidade do projeto segundo as análises dos órgãos competentes e repetia que o Novo Recife também havia sido discutido e aprovado amplamente no CDU¹³ do Recife.

Após oito dias da ocupação no Cais, foi agendada uma reunião de conciliação com a gestão pública municipal, o Movimento Ocupe Estelita e os representantes do Consórcio Novo Recife. Porém a Prefeitura e o Consórcio não compareceram. Logo depois, a Prefeitura traz para si o papel de moderador do processo. Age como interlocutor entre o Consórcio e as representações da sociedade civil, com vista a facilitar um melhor entendimento entre todos. Convida para o diálogo representantes de diferentes instituições da cidade, dentre as quais: a UFPE, o IAB-PE, a Ordem dos Advogados do Brasil – seção Pernambuco, o Movimento Observatório do Recife, o CREA-PE, e a UNICAP; além de representantes do Movimento Ocupe Estelita, SINDUSCON e ADEMI.

Cabe registrar que, antes desta reunião com o Prefeito do Recife, o reitor da UFPE recebeu um grupo de professores dessa universidade, imbuído de apresentar a posição da comunidade acadêmica em relação ao Projeto Novo Recife. Foi apresentado um documento com mais de 200 assinaturas de professores de diferentes cursos da graduação e pós-graduação da UFPE. Eis um pequeno trecho deste documento: “Apoio aos civis que participam da ocupação no Cais José Estelita, bem como nossa veemente desaprovação ao projeto batizado de “Novo Recife”, por considerá-lo elitista e excludente”.

Como parte desta ação de diálogo e de costuras políticas e institucionais, em torno do Projeto Novo Recife, a gestão pública municipal abre, como anunciado, um período de recebimento de propostas¹⁴ para o projeto e disponibiliza um endereço na *internet* para aqueles que tivessem interesse em contribuir com o debate, pudessem encaminhar suas propostas e

¹² Ver no anexo C a nota do acampamento #OcupeEstelita emitida em 30 de maio de 2014.

¹³ Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU). Criado pela Lei nº 15.735/92, surge como órgão colegiado de caráter deliberativo com composição paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil, que exercerá as funções de acompanhamento, avaliação e controle do Plano Diretor. Posteriormente, através de Regimento Interno, foram regulamentadas outras atribuições ao CDU, dentre elas a análise dos empreendimentos de impacto.

¹⁴ De acordo com a gestão pública municipal: “As premissas ainda não são diretrizes, mas sugestões que estão sendo apresentadas à população para que esta se pronuncie e, a partir das propostas e desenhos enviados pela sociedade, o poder público possa definir as diretrizes. As opiniões populares -- em forma de texto, fotos, desenhos ou mesmo projetos -- podem ser enviadas por email até o dia 31 de julho. O endereço criado pela Prefeitura é o diretrizesantonio.vaz@recife.pe.gov.br. Quando definidas, estas diretrizes serão encaminhadas ao Consórcio Novo Recife, para que o grupo de construtoras possa fazer o redesenho do projeto, se adequando às novas regras”.

ideias para esse endereço. A prefeitura iria copilar as propostas e apresentá-las ao consórcio que se comprometeria acatar aquelas julgadas como viáveis.

Mais tarde, as diretrizes vêm a se tornar um Projeto de Lei do Executivo¹⁵. No entanto, não vêm ao encontro das diretrizes de boa parte das propostas encaminhadas. Isso gera uma nova polêmica acerca do papel que a gestão pública municipal havia assumido, enquanto Estado. Muitas são as controvérsias e o ser neutro ou o ser facilitador entra e sai de cena na medida em que a gestão é acionada, o que permite perceber o Estado como um ator híbrido, com dualidades e sem voz.

O posicionamento da gestão estadual é colocado de forma clara no cumprimento da reintegração de posse¹⁶ do terreno do Cais José Estelita. As cenas de violência executadas pela Polícia Militar de Pernambuco chamaram a atenção de muitos. Inclusive instituições internacionais – como a Anistia Internacional¹⁷ – se posicionaram frente aos fatos, com documentos e registros¹⁸. Decerto, as medidas de reintegração de posse no Brasil correspondem a uma página significativa e complexa na trajetória dos movimentos sociais. E no caso da ocupação do Cais José Estelita, os seus 27 dias terminaram com agressão moral e física.

Eram cinco da manhã, de 17 de junho, quando da varanda do seu prédio, no bairro histórico de São José, no Recife, Evelyn Ribeiro, de 35 anos, viu vários ônibus repletos de agentes e a cavalaria da Polícia Militar cercando a sua rua. “Era um efetivo enorme, pensei que fosse alguma comitiva da FIFA, mas logo lembrei do Ocupe Estelita”. A missão da polícia, com um mandado de reintegração de posse nas mãos, era despejar ocupantes de um terreno vizinho, o Cais José Estelita, onde dezenas de estudantes, professores, arquitetos, artistas e advogados haviam construído um acampamento. As barracas, assim como os shows, festas, aulas, oficinas e assembleias do local, representavam a oposição a um gigantesco e polêmico empreendimento imobiliário. (MARTÍN, 2014).

A ação do governo repercutiu em diferentes canais. Mas coube à mídia externa relatar os fatos com menor “assimetria de informações”. Como estava em pleno período da Copa do Mundo de Futebol, encontrava-se no Recife – uma das cidades-sede dos jogos – muitos profissionais de comunicação de outras cidades e de outros países.

¹⁵ Projeto de lei do executivo n. 8 de 2015, referente ao Plano Urbanístico para o Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga, exigido pelo Plano Diretor da Cidade do Recife, em seu art. 193, XIII.

¹⁶ O Consórcio Novo Recife ajuizaram ação para reintegração de posse. No dia 23, o juiz José Ronemberg Travassos da Silva, da 19ª Vara Cível, a quem o processo foi distribuído, determinou ao oficial de justiça Antônio Carlos Araújo a vistoria do imóvel. No dia 29 de maio, o Poder Judiciário determinou a reintegração de posse do terreno, conforme despacho do desembargador substituto Márcio Aguiar.

¹⁷ Ver documento na íntegra no anexo D deste trabalho.

¹⁸ Na *internet* tem 555 resultados para vídeos que registram essa reintegração de posse. (GOOGLE, 2015). Ver: https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=VIDEO+NA+REINTEGRACAO+DE+POSSE+NO+OCUPE+ESTELITA&tbm=vid

O governador João Lyra divulgou uma nota oficial, dois dias após explicando a ação da polícia na reintegração de posse do terreno em pauta. Para ele: “Uma coisa é o debate sobre o projeto imobiliário no Cais José Estelita, que deve prosseguir no rito democrático. Outra coisa é a ação de reintegração de posse do terreno, emitida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)”.

Após horas de luta, os policiais encurralaram e ‘limparam’ o local que em seguida foi blindado pelas construtoras responsáveis do projeto Novo Recife, um mega condomínio de 12 torres de 40 andares à beira da Bacia do Pina, questionado judicialmente em cinco processos. Integrantes do movimento batizado como Ocupe Estelita afirmam que 35 feridos por balas de borracha e golpes de cassetete registraram boletins de ocorrência. O Governo conta três. O Ministério Público de Pernambuco condenou a ação. (MARTÍN, 2014).

Acresce-se que, nas linhas contidas na nota do governo de Pernambuco, evidencia-se a pretensão de ser neutro diante do embate. “Não cabe ao Governo do Estado julgar o mérito da decisão e sim, conforme determina a Constituição Brasileira, apoiar o Poder Judiciário no cumprimento da mesma. Esse é o Estado Democrático de Direito que conquistamos após muitas lutas contra o regime autoritário”.

Fatos como estes registrados durante a reintegração da posse do terreno ampliam a dimensão do desafio colocado, não apenas ao Ocupe Estelita. Este desafio envolve uma questão mais ampla: o de transformar a “inquietude” em energia emancipatória, tal qual defende Boaventura de Sousa Santos. Emancipatória porque, segundo ele, é uma energia que rompe com a lógica dominante. Esta possibilidade de transformar os silêncios em atitudes é uma das origens que dá força aos movimentos. Mas romper com uma lógica dominante é acreditar também numa certa reconfiguração do papel do Estado, de tal forma que ele não seja unicamente um trampolim para a homogeneização da dominação do capital, procure também atender mais os reclamos da sociedade em geral.

Convém registrar que David Harvey¹⁹ visita o Recife, meses após a ocupação²⁰, mais precisamente em 16 de novembro de 2014. A sua passagem pela cidade – um momento alto para o ativismo democrático – representou uma conquista para o Movimento Ocupe Estelita, ao reforçar o enfrentamento ao modelo de cidade excludente, adotado pelos governos locais.

¹⁹ David Harvey nasceu no Reino Unido em 1935. É professor de Pós-Graduação da *City University* de Nova York desde 2001, e um dos mais destacados nomes da geografia humana da atualidade, preocupado com o estudo da nova realidade. Além de acadêmico, Harvey é um conhecido defensor dos movimentos sociais, engajando-se ativamente nos debates e polêmicas da política de hoje. É autor de muitos livros.

²⁰ Em 2014 a editora Boi Tempo (situada na cidade de São Paulo, Brasil) faz contato com a UFPE e através do NUGEPP – Núcleo de Estudos em Gestão Urbana e Políticas Públicas, organiza uma Conferência (convite no anexo E) com a presença do Prof. Harvey em Recife. Esse evento assinala positivamente uma agenda de conjunta de representantes da academia, setor público e ativista democrático.

Diante de uma plateia com afã por transformações sociais, Harvey (2014b) expressou algumas palavras, com veemente posicionamento²¹ contra o capital e a favor das *Cidades Rebeldes*²².

É um privilégio fantástico estar aqui. De estar com vocês na defesa desta cidade, e tudo o que ela representa. As únicas pessoas que vão entender o seu direito a esta cidade são vocês.

Vocês não têm o grande capital ao seu lado, vocês não têm as grandes corporações do seu lado. Então a única forma de defender o que vocês têm é indo pra rua, com outras pessoas, unidas, realizando atividades culturais se divertindo e fazendo política ao mesmo tempo.

Eu escrevo sobre o direito à cidade, vocês o praticam. E isso é a coisa mais importante. E eu creio que os tipos de solidariedade que podem ser construídos, valem a pena por si só, porque vivemos numa sociedade que é cada vez mais individualista; mas quando trabalhamos juntos, a experiência é muito mais satisfatória.

Opor-se a esse tipo de desenvolvimentismo, é opor-se ao capital. E eu creio que num dado momento temos que nos tornar anti-capitalistas, e construir um tipo alternativo de sociedade, baseada em relações humanas diferentes, e diferentes estruturas sociais.

Esse seria um lugar fantástico para se construir uma cidade alternativa, para as pessoas. Em oposição ao que se vê pra lá: o shopping center, e todos aqueles prédios horríveis, que as pessoas ricas gostam de construir e frequentar.

Então eu desejo muita boa sorte na construção desta alternativa, e eu espero que eu possa voltar aqui num futuro próximo e ver uma nova cidade construída aqui, que é a sua cidade e não a cidade dele. (HARVEY, 2014b).

É necessário esclarecer que não se pretende nesse trabalho fazer uma análise do Projeto Novo Recife sob a ótica do projeto arquitetônico (ver anexo F). O Novo Recife é considerado nesta pesquisa enquanto uma proposta que exemplifica um formato de governança na cidade. Formato este em inteira consonância com um modelo excludente de produção do espaço urbano, que evidencia o não direito à cidade.

É apropriado observar que o #OcupeEstelita e o Grupo Direitos Urbanos no decorrer dos anos, desde a sua formulação pública, vem se reconstruindo e se adaptando conforme as diferentes pautas. Essa intensidade de sua adaptação e mobilização será retomada no capítulo a seguir, que apresenta o aprofundamento da análise crítica desse estudo.

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DxW-lnT8XHk>. Vídeo com 7.393 visualizações na internet, até 08 fev.2016.

²² Paralelo feito pela autora. Refere-se ao livro: *Cidades Rebeldes – do Direito à Cidade à Revolução Urbana* – de David Harvey lançado no Brasil em 2014. Apresenta exemplos que vão desde a Comuna de Paris até o Movimento *Occupy Wall Street* para refletir sobre como a vida nas cidades poderia ser mais socialmente mais justa e ecologicamente mais sã. Uma obra oportuna para os dias atuais, onde a população mundial clama por mudanças significativas que gerem retornos imediatos para todas as classes sociais, assim como, melhoria na condição de vida e direitos humanitários. Excelente livro que propõe aos leitores saberem qual é o seu papel dentro de uma sociedade seja ela capitalista, comunista ou socialista.

4 O FASCISMO SOCIAL E A REPOLITIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS – REFLEXÕES SOBRE O QUE ANDA ACONTECENDO NO RECIFE

Neste capítulo, pretende-se analisar a postura dos poderes públicos frente ao projeto Novo Recife e aprofundar a análise do Grupo Direitos Urbanos, enquanto referência na cidade do Recife, do formato de movimentos sociais na atualidade, ou seja, movimentos sociais contemporâneos. Para dar conta desta tarefa, este capítulo foi estruturado em duas partes.

Na primeira, identificam-se algumas semelhanças entre o que o autor Boaventura de Sousa Santos descreve como fascismo social e as condutas adotadas pelas gestões públicas nessa Cidade, mais especificamente no que diz respeito à aprovação do Projeto Novo Recife. Na segunda, são reafirmadas e analisadas as práticas do Grupo Direitos Urbanos, enfatizando-o enquanto um novo processo, que vem sendo construído e vem reposicionando os movimentos sociais nesses primeiros anos do século XXI.

4.1 O fascismo social

No início deste capítulo, importa lembrar uma célebre reflexão do sociólogo Boaventura (2013a): “O capitalismo não é criticável por não ser democrático, mas por não ser suficientemente democrático”. Trata-se de uma questão chave para auxiliar na compreensão de processos democráticos com traços oligárquicos. Cabe também recordar que a democracia²³ é um regime amplamente difundido no mundo ocidental.

Diante disto, é oportuno aprofundar uma análise sobre os encaminhamentos que o poder público (municipal e estadual, mas, sobretudo o municipal) vem apresentando ao longo do processo de discussão do Projeto Novo Recife. Neste aprofundamento, adota-se o conceito do fascismo social (CES, 2014), criado por Boaventura. Este afirma: “... à medida que a democracia perde a sua capacidade de redistribuir riqueza social, estamos a caminhar para sociedades que são politicamente democráticas, mas socialmente fascistas” (SANTOS, 2013d).

O conceito do fascismo social surge para dar conta das novas formas de dominação e exploração nas sociedades contemporâneas. Tal conceito tem como origem a analogia com a

²³ É uma palavra de origem grega que pode ser definida como governo (kratos) do povo (demo). A democracia pode ser direta, indireta ou semi-direta: diante da impossibilidade de todos os cidadãos tomarem as decisões de poder (democracia direta), estas passam a ser tomadas por representantes eleitos (democracia indireta ou representativa) e, nesse caso, são os representantes que tomam as decisões em nome daqueles que os elegeram. De modo geral, **um governo é dito democrático por oposição** aos sistemas monárquicos, onde o poder está centralizado nas mãos de uma única pessoa, o monarca, e **aos sistemas oligárquicos**, onde o poder está concentrado nas mãos de um grupo de indivíduos. Esta é a classificação dada por Aristóteles, em sua obra Política. (MEDEIROS, 2013).

noção de fascismo político. O fascismo social manifesta-se como um regime social e de civilização. (CES, 2014).

Boaventura acrescenta que o fascismo social pode existir tanto em sociedades do hemisfério Norte como do Sul. Caracteriza-se pela crise do contrato social, ou seja, pela ideia de que noções como as de igualdade, justiça, solidariedade e universalidade deixam de ter valor e que a sociedade como tal não existe, mas, sim, simples indivíduos e grupos sociais em prossecução dos seus interesses. (SANTOS, 2013a, 2013d).

De acordo com Boaventura, a ideia de fascismo social implica sempre a dominação explícita de um grupo por outro e, contrariamente ao fascismo político, assenta-se nas dinâmicas sociais e nos tipos de sociedade existentes. O paradoxo é que podem existir Estados democráticos perpassados por lógicas acentuadas de fascismo social. O fascismo social é um fenómeno plurifacetado, que se manifesta em várias dimensões e esferas. Está presente nos espaços segregados dos condomínios fechados, na precariedade das relações e dos contratos de trabalho, na apropriação dos bens públicos por grupos privados, no sentimento fabricado e induzido midiaticamente de insegurança pessoal e coletiva e na dominação baseada nas transações financeiras e na taxaço do fator trabalho em favorecimento do capital, ou seja, dos rendimentos mais altos. (SANTOS, 2013a, 2013d).

As situações de crise – ao fragilizarem as instituições do Estado e o direito a ter direitos, ao hegemonizarem discursos marcados pela análise custos-benefícios, pela rentabilidade, pela mercantilização de todas as coisas e relações sociais – favorecem e reforçam as lógicas subjacentes aos processos de fascismo social.

No que se refere ao Brasil, na opinião do jornalista, historiador e doutor em sociologia, Túlio Muniz, o Estado de São Paulo está nas mãos dos tucanos, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Há quase duas décadas, este partido mantém aliança com direita financista. Todavia Ceará, Piauí, Pernambuco e Espírito Santo são estados governados pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Demonstra isso que as cessões ao “fascismo social” não são exclusivas da direita, extravasam em direção da centro-esquerda e, às vezes, com o silêncio conivente de partidos de esquerda. (MUNIZ, 2012).

Sobre o capital financeiro, é importante sublinhar a contribuição de Leal (2009). Esta afirma que o protagonismo do setor financeiro, ou pelo menos a ampliação do seu poder de barganha, implica a construção de uma nova forma de governança urbana, conceituada como empreendedorismo (HARVEY, 1996). Neste contexto, o capital imobiliário passa a interagir

com o poder público e a intermediar a aplicação de grande soma de recursos financeiros nas cidades, por meio de projetos e grandes empreendimentos imobiliários²⁴.

Grandes empreendimentos, como o Projeto Novo Recife, têm significado uma nova forma de urbanização. Para Harvey, a urbanização tem sido “a chave mestra para a absorção de capital e excedente de trabalho através da história do capitalismo. Contudo precisamente, devido a toda esta sua atividade ele exige uma combinação e engajamento do estado – situações fundamentais para seu funcionamento”.

No caso do Projeto Novo Recife, esta afirmativa aplica-se “como uma luva”. Nessa afirmação também se pode citar diferentes projetos imobiliários em outras cidades brasileiras, sobretudo pelo exacerbamento em que se avoluma o capital financeiro no capital imobiliário. Infelizmente essas regras fazem parte do cotidiano das cidades nos últimos anos no Brasil.

Assinala-se a afirmação de Saraiva (2015) que

Em outras palavras essas contradições refletem o padrão de intervenção do Estado, que vem concentrando os recursos muito mais no financiamento da acumulação de expansão do capital, do que no atendimento da institucionalização do acesso dos trabalhadores aos serviços básicos educação e saúde, principalmente. (SARAIVA, 2015, p.45).

Portanto, a lógica do *script* do capitalismo está sendo empreendida no ato de fazer e de pensar as cidades. O que remonta à discussão trazida em Leal (2003) numa visão do novo modelo de governança da cidade que vem se naturalizando.

Dentro desta ótica, a cidade é vista pelo capital enquanto uma mercadoria que necessariamente deve gerar lucro. É uma disputa acirrada no *modus operandi* de uma cidade ao confrontar diretamente com pilares centrais do Direito à Cidade, como visto nos capítulos anteriores deste trabalho.

Se por um lado existe, de certo modo, uma busca pelo lucro no território da cidade, por outro não se deve esquecer que se vive numa sociedade com certa subjetividade (ou objetividade, para alguns) capitalista, o que colabora para que seja mais fácil consumir do que lutar pelos interesses da maior parte da coletividade. A possível “consciência coletiva” é ofuscada ou abafada pelo consumo. A busca por *status* e a busca por manter-se dentro dos padrões modernos para que se transmita a imagem de estar “sempre bem” estão, de certo modo, relacionadas com o culto à imagem. É o que Harvey sinaliza (com maestria) sobre o individualismo exacerbado.

É oportuno registrar que essa dinâmica de se mercantilizar o território urbano da cidade, não ocorre apenas nas áreas “ditas consolidadas”, mas também em áreas populares. A

²⁴ Essa nova forma de governança empreendedora amplia os laços entre o público e o privado, configurando arranjos institucionais nos quais se modificam os processos de hegemonia na gestão pública, em que os atores imobiliários passam a veicular seus interesses em detrimento dos espaços de gestão participativos. (LEAL, 2010).

engrenagem do capital é rápida e pulsante, ataca diferentes frentes e se mantém com o propósito fim que é ser uma ação dominante. Esta dominação busca capturar o pensamento sensível de uma sociedade, a tal ponto que esta deixe de existir como um valor social e coletivo.

Dentro deste aspecto da hegemonia dominante, a “substituição” do papel do Estado pelas regras do mercado (imobiliário²⁵) torna-se estratégica, favorecendo que determinadas práticas do fascismo social sejam expressas. Em geral, diante da governança empreendedora, os conceitos são mais facilmente substituídos pelos argumentos, e os discursos por parte do poder público são mais bem pautados com a simetria ora legalista, ora higienista, ou adotam-se estes dois predicados dentro de uma mesma argumentação.

Esta afirmativa pode ser exemplificada com a análise de trechos da nota emitida pelo Governador de Pernambuco, na época, João Lyra (JC Online, 2014c) a respeito da reintegração de posse ocorrida no Cais José Estelita²⁶.

...reitero **minha compreensão de que o empreendimento deve ser** amplamente debatido com a participação da sociedade civil organizada, iniciativa privada e poderes públicos, num grande diálogo em clima de entendimento e **colaboração mútua**. [...]

A legislação do solo urbano no Brasil tem se mostrado absolutamente anacrônica e **carece de uma reformulação** urgente. Precisamos construir as cidades do futuro. [...]

É dever do **Governador do Estado manter o respeito à Constituição e a convivência harmônica entre as três esferas de poder:** Executivo, Legislativo e Judiciário. [...]

Não cabe ao Governo do Estado julgar o mérito da decisão e sim, conforme determina a Constituição Brasileira, **apoiar o Poder Judiciário no cumprimento da mesma**.

Esse é o **Estado Democrático de Direito** que conquistamos após muitas lutas contra o regime autoritário” (JC Online, 2014c, grifos nosso).

Chama a atenção a essência do aspecto de negociação contida na nota, ressaltada pelo próprio representante maior do Governo do Estado de Pernambuco. Adota uma postura pública na busca do diálogo, em clima de entendimento e colaboração mútua, em deferimento ao empreendimento Novo Recife. Observa-se no discorrer da nota que os traços legalistas dão o devido amparo da argumentação e, nesta análise, os conceitos perdem espaço para o argumento. A nota encerra com a categórica frase: “Cumprido, integral e rigorosamente, todas as atribuições constitucionais que jurei ao tomar posse como Governador de Estado”.

²⁵ [...] o mercado imobiliário é um dos pilares [...] se expressando nas suas frações rentista-tradicional, concorrencial e monopolista [...] e tem assumido, ao longo do tempo, um papel fundamental na apropriação do solo urbano, na mercantilização das cidades e na expropriação dos setores mais pobres da população, tornando-se uma das frações capitalistas de maior influência na produção e organização territorial do espaço metropolitano. (LEAL, 2010).

²⁶ Matéria na íntegra consta no anexo G deste trabalho.

Não obstante, um dia antes da nota do governador, o Consórcio Novo Recife publica um comunicado em sua página da *internet*. Nas suas primeiras linhas, apresenta também o argumento da legalidade na ação do cumprimento da reintegração de posse. Destaca-se um trecho deste comunicado²⁷ na citação a seguir:

Em razão dos acontecimentos decorrentes da ação de reintegração de posse promovida pela Polícia Militar de Pernambuco, visando à desocupação do **imóvel de propriedade do CONSÓRCIO NOVO RECIFE**, localizado na Avenida José Estelita, veja a seguir o que temos a informar.

1) A ilegalidade da ocupação ocorrida no dia 21 de maio foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao determinar a imediata desocupação do referido imóvel. O não acatamento da ordem policial pelos ocupantes resultou na determinação de uso da força policial para o cumprimento do mandado de reintegração expedido pelo Tribunal de Justiça.

2) **Esse procedimento é inerente ao estado democrático, onde o direito de propriedade deve ser protegido.** (CONSÓRCIO NOVO RECIFE, 2016, grifos nosso).

Conclui-se que a nota do governo de Pernambuco e o comunicado do Consórcio Novo Recife apresentam uma sintonia nos argumentos pautados. Ambos reforçam (nestes informes à sociedade) os princípios de democracia e de legalidade no cumprimento da ação de reintegração de posse do Cais José Estelita.

Para surpresa do Consórcio Novo Recife, no mesmo dia da reintegração de posse, ou seja, no dia 17 de junho de 2014, a Polícia Federal alerta ao Consórcio que o mesmo não pode cercar o Cais José Estelita com tapumes. Descreve-se a seguir trecho da matéria publicada *on-line*:

Mais cedo, nesta terça-feira (17), um engenheiro da empresa Queiroz Galvão foi ao local isolar a área com tapumes. A Polícia Federal (PF) foi acionada e o engenheiro foi convidado a prestar esclarecimentos sobre o trabalho que estava fazendo lá. Por conta do embargo na obra, nenhum tipo de construção ou benfeitoria pode ser feita no local. A PF espera o advogado do engenheiro para que ele comece a depor. (JC Online 2014a)²⁸

É pertinente analisar que alguns pronunciamentos são alicerçados exatamente na licitude do processo e, sobretudo, no legalismo do leilão de aquisição do terreno. No decorrer do acompanhamento do processo Novo Recife, o termo legalidade foi intensamente explorado e utilizado, tanto por representantes do Consórcio Novo Recife, quanto por representantes do poder público: da Prefeitura do Recife e do Governo do Estado de Pernambuco.

Somando a tais reflexões, destaca-se o percurso de discussão que a gestão pública municipal adotou frente a este mega-empendimento. Além do trâmite institucional – próprio

²⁷ Comunicado do Consórcio Novo Recife na íntegra no anexo H.

²⁸ Matéria na íntegra consta no anexo I deste trabalho

do cumprimento necessário nos projetos de impacto no Recife – o poder público municipal, após as pressões dos ativistas sociais, sobretudo do Grupo Direitos Urbanos, abre outra etapa de discussão do Projeto Novo Recife. Inicia-se, assim, um período destinado ao recebimento de propostas que foram destinadas para uma área maior do que o Cais José Estelita. Foi uma etapa de mobilização e acolhimento de propostas, como já anunciado no Capítulo anterior, para o Plano Específico do Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga, áreas inseridas na ilha de Antônio Vaz, que faz parte de uma região localizada circunvizinha ao centro da cidade.

Ademais, a prefeitura promoveu um debate “público” onde quem tivesse interesse em participar deveria fazer previamente a inscrição pela *internet*, o que leva a crer que é uma promoção da democracia de forma organizada ou – para alguns – de forma monitorada. O quadro 5 apresenta fatos que guardam relação com as questões da legalidade e da licitude dentro processo que envolve o Projeto Novo Recife.

Quadro 5 - Fatos que guardam relação com as questões da legalidade e da licitude dentro processo que envolve o Projeto Novo Recife

DATA	FATO/ACONTECIMENTO	DESCRIÇÃO SUCINTA
19/05/2014	Nota Oficial do PT ²⁹ – Recife, sobre o Projeto Novo Recife.	Um ano depois da ocupação do Cais José Estelita, o PT do Recife divulgou uma nota se colocando contra o projeto imobiliário Novo Recife. A mensagem é fruto de uma reunião da executiva municipal que ocorreu na última terça-feira (19). Sem mencionar que o empreendimento foi licenciado no fim da gestão do então prefeito João da Costa (PT), em 2012, e vendido em 2008 durante a gestão do então presidente Lula (PT), o partido expressou seu alinhamento com o movimento Ocupe Estelita.
21/05/2014	Ocupação no Cais José Estelita	Início do acampamento do Ocupe no Cais José Estelita
30/05/2014	Nota da Prefeitura do Recife ³⁰ (atual gestão)	A Prefeitura do Recife convocou para a próxima terça-feira, às 9h, na sua sede, uma reunião que tem por objetivo prestar esclarecimentos acerca do Projeto Novo Recife , empreendimento imobiliário previsto para ser implantado na área do Cais José Estelita.
17/06/2014	Reintegração de Posse no Cais José Estelita	“Na operação, a PM usou bombas de efeito moral, balas de borracha e spray de pimenta. Pelo menos cinco pessoas ficaram feridas. Três homens e uma mulher foram presos e liberados no final da manhã. O grupo é contrário ao atual projeto Novo Recife, que prevê a construção de 12 torres empresariais e habitacionais no terreno” (JC Online, 2014b).
17/06/2014	Alerta da Polícia Federal para o Consórcio	A Polícia Federal (PF) informa que devido ao embargo na obra, nenhum tipo de construção ou benfeitoria pode ser feita no local.
18/06/2014	Comunicado do Novo Recife	A ilegalidade na ocupação ocorrida no dia 21 de maio foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao determinar a imediata desocupação do referido imóvel. O não acatamento da ordem judicial pelos ocupantes resultou na determinação do uso da força policial para o cumprimento do mandado de reintegração expedido pelo Tribunal de Justiça.
19/06/2014	Nota do Governo de Pernambuco	Dentre as questões levantadas na nota do governador, consta: <i>Uma coisa é o debate sobre o projeto imobiliário no Cais José Estelita, que deve prosseguir no rito democrático. Outra coisa é a ação de reintegração de posse do terreno, emitida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).</i>
08/06/2015	Justiça Federal quer pronunciamento da UFPE, UNICAP, CAU e CREA sobre o Novo Recife.	A decisão foi dada no último dia 29 de maio, pelo juiz federal titular da 21ª Vara Federal, Francisco Antônio de Barros e Silva Neto. O magistrado pede explicações sobre os valores de cunho histórico e artístico que justificaram a proteção dos bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no bairro de São José.

²⁹ Segue trecho da nota: “Durante os **12 anos dos governos de Prefeitos petistas na cidade do Recife, vários foram os avanços em termos de legislação urbana**, na perspectiva de uma cidade mais humana. Teve início no primeiro ano da gestão com a lei nº 16.719 /2001, também conhecida como a lei dos 12 bairros. Em seguida, foi aberto um amplo processo de discussão do Plano Diretor Participativo, cujas linhas gerais foram aprovadas na Conferência da Cidade, tendo sido convertido na lei 17.511/2008, incorporando inúmeros instrumentos modernos de gestão urbana, que tem contribuído para uma melhor qualidade do espaço urbano”. Nota na íntegra no anexo J deste trabalho.

³⁰ Nota na íntegra no anexo H deste trabalho.

30/09/2015	Polícia Federal cumpre mandados de busca e apreensão na sede do consórcio	PF confirma fraude em leilão do terreno do Projeto Novo Recife e investiga tráfico de influência. O envolvimento do Consórcio Novo Recife e da Milan Leilões, de São Paulo, é certo para os federais. Eles agora querem saber se há mais gente envolvida, inclusive políticos.
01/10/2015	A Polícia Federal informa que a Caixa Econômica Federal vai ser investigada em relação ao leilão.	Por nota a CAIXA esclarece que atuou exclusivamente como representante legal da União e que o processo licitatório realizado pelo banco transcorreu dentro da legalidade, de acordo com a legislação da época.
01/10/2015	Consortio Novo Recife solicita adiamento da reunião do CDU	A direção do Consórcio solicitou o adiamento da reunião do CDU que ocorreria em 02 de outubro, de acordo com a nota: "... até que os fatos ocorridos na última quarta-feira (30/09) sejam totalmente esclarecidos. A direção ressalta, ainda, a lisura do processo do leilão de venda do terreno no Cais José Estelita e que está à disposição das autoridades para qualquer esclarecimento".
Fonte: Elaboração da autora com base em publicações do G1 PE, Carta Capital, Exame.com, Estadão, Portal R7, Portal EBC, Brasil 247 - jornal digital, Valor Econômico, JC Online, acessadas entre outubro 2015 a fevereiro, 2016.		

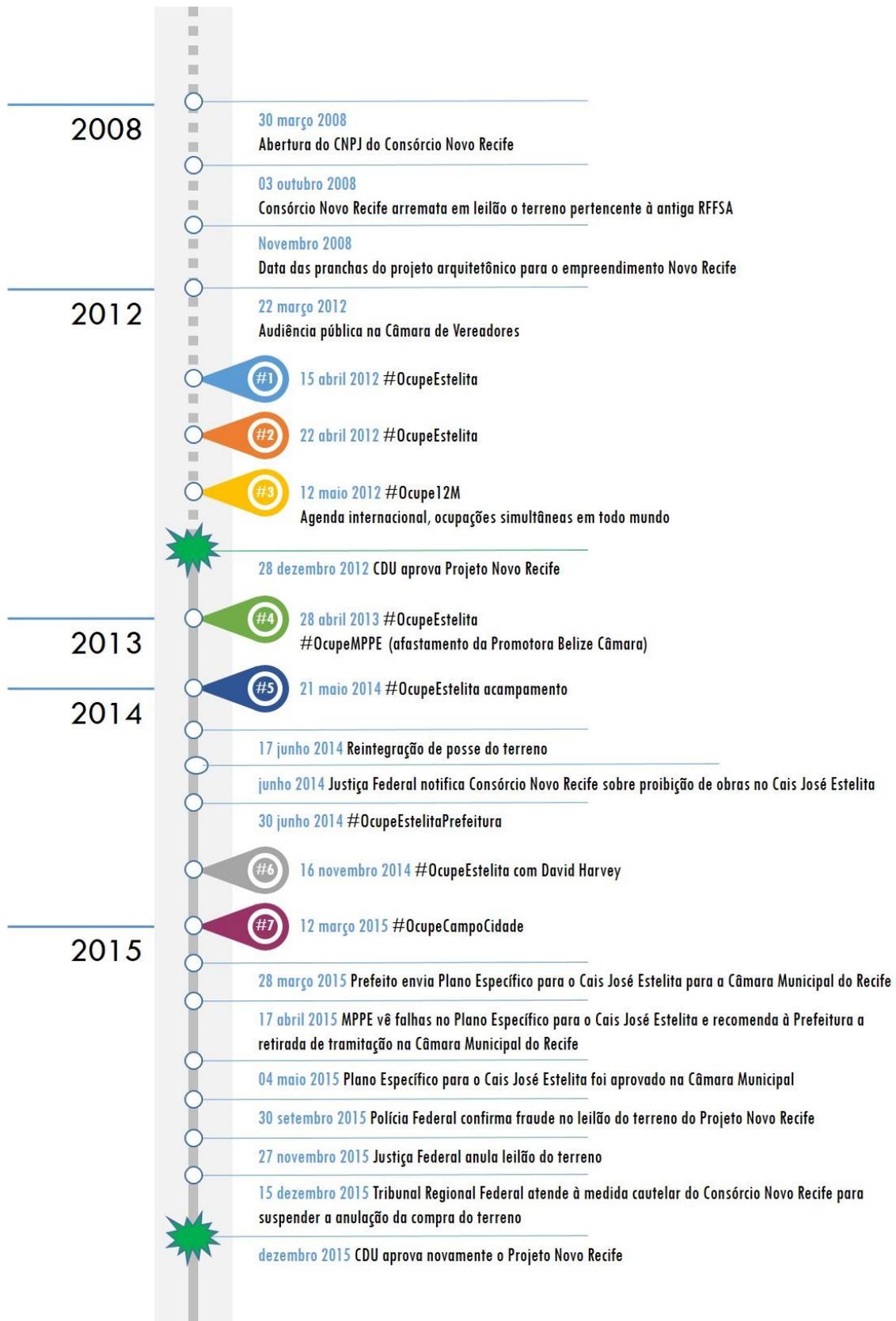
Ressalta-se o investimento financeiro que ao longo destes anos o Consórcio Novo Recife vem realizando para a aprovação e publicidade deste projeto. Talvez seja o primeiro empreendimento de impacto que tenha enfrentado tantos questionamentos e tenha adquirido uma dimensão de resistência tão ampliada.

O trâmite inicial nos órgãos públicos, data ainda do ano de 2008. O leilão ocorreu em 03 de outubro daquele ano. Nas pranchas dos projetos de arquitetura dos edifícios do Novo Recife consta a data de novembro de 2008, ou seja, um mês após o leilão. O protocolo de entrada dos projetos de arquitetura para a análise na regional da Diretoria de Controle Urbanístico (DIRCON), data de dezembro de 2008. Tamanha velocidade entre a aquisição do terreno, desenvolvimento dos projetos e entrada no órgão de análise permite fomentar a leitura de que os projetos de arquitetura estavam prontos antes mesmo do leilão, de que o Consórcio seria o vencedor do leilão. Acrescenta-se que esse trâmite inicial não foi acompanhado dos estudos de impacto ambiental e urbano exigidos por lei. A pressa decorria do temor por parte do Consórcio de mudanças na legislação municipal com a vigência do novo Plano Diretor.

Encontra-se nessa leitura uma contradição. As duas faces de um mesmo debate, o da legalidade citada anteriormente. Se por um lado, o ato de reintegração de posse, com o registro – inclusive – de violência física contra os manifestantes e ativistas, foi argumentado da necessidade do cumprimento legal consoante os princípios do direito de propriedade; por outro, os princípios do direito urbano e ambiental são explicitamente lesados a favor da análise e aprovação de um empreendimento de impacto. Então, será que neste caso o dito popular: “aos amigos tudo, aos inimigos cumpra-se a lei” prevalece? Eis a questão da discussão do legal, do moral e do que prevalece na obstinada busca pelo Direito à Cidade.

Tão veloz quanto a elaboração dos projetos arquitetônicos do Novo Recife, foi o processo adotado pela gestão pública municipal para a finalização e aprovação do Plano Específico do Cais Santa Rita, Estelita e Cabanga, haja visto que a Câmara de Vereadores da cidade aprovou o Plano (que não espelhava as propostas da sociedade) numa sessão à tarde quase que as portas fechadas. Curiosamente, o prefeito do Recife, Geraldo Júlio, estava em São Paulo e, neste mesmo dia, à noite sanciona a lei referente ao plano, votado naquela tarde. A ilustração a seguir mostra as datas-chave do trâmite do Projeto desde a criação do Consórcio.

Figura 7 - Linha do tempo com marcos destaques do DU e do Ocupe Estelita



Fonte: Elaboração da autora.

As repercussões e as implicações, favoráveis ou não ao Projeto Novo Recife, nos remete a Boaventura ao descrever o grau de contradição que pode ser detectado entre as recentes concepções do Estado.

Enquanto muitos autores criticam a tendência crescente do Estado para penetrar ou mesmo absorver a sociedade civil e para o fazer de formas cada vez mais autoritárias – o que segundo as formas, ou segundo os autores, tem sido descrito como “autoritarismo regulador”, “democracia vigiada”, “neocorporativismo”, “fascismo benévolo” – outros convergem na ideia, aparentemente contraditória com a anterior, de que o Estado é crescentemente ineficaz, cada vez mais incapaz de desempenhar as funções que se incumbem. (SANTOS, 1989).

As contradições são latentes. E a leitura de certa incapacidade do poder público na condução de matérias polêmicas, como é o caso do Novo Recife, passa a ser quase que generalizada. Destaca-se a seguir o que ocorreu, internamente, na gestão pública municipal, em relação à discussão do Plano Específico para o território do Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga.

Inicialmente a discussão deste Plano não estava aberta para a sociedade. Estava sendo realizada dentro dos órgãos municipais de planejamento, sob a coordenação do Instituto de Planejamento Pelópidas Silveira. Nem tampouco a discussão deste Plano tinha sido pautada no Conselho Municipal das Cidades (CONCIDADES).

Mediante solicitação coletiva formada por quinze conselheiros municipais da cidade³¹, a discussão da matéria passa a ser realizada também considerando o âmbito do Conselho das Cidades. Cabe acrescentar que, no requerimento realizado por esse coletivo de conselheiros³², foi solicitado que todas as etapas de discussão do Plano Específico fossem discutidas no âmbito deste Conselho e realizada audiência pública; que o Projeto Novo Recife se adequasse as propostas encaminhadas pela sociedade para o Plano.

No total foram quatro reuniões no CONCIDADES e uma audiência pública promovida no âmbito do CONCIDADES para discussão da matéria. Este processo de discussão do Plano Específico neste Conselho traz à tona fragilidades do próprio governo municipal. Revela-se naquele momento a pouca governabilidade do Estado frente à discussão do planejamento urbano para esta parte da cidade, ou seja, para o território do Cais de Santa, Cais José Estelita e Cabanga. Pode ser apontada esta fragilidade a partir de um dado relevante sobre a convocatória do CONCIDADES para a 1ª reunião de discussão do Plano Específico.

³¹ Documento solicitação na íntegra no anexo K desse trabalho.

³² Requerimento de reunião extraordinária do Conselho da Cidade do Recife, em 10 de outubro de 2014, na íntegra no anexo L deste trabalho.

Como é de costume, a convocatória para os conselheiros do CONCIDADES é enviada por *e-mail*. Nesta convocação foi anexada a minuta de discussão do texto base para o Plano Específico. Sendo que, poucos minutos depois, os conselheiros receberam outro *e-mail* informando para desconsiderar a mensagem anterior. Em menos de duas horas depois chega para os conselheiros uma nova convocatória com um novo arquivo anexado.

Esta confusão de *e-mails* e de arquivos gera uma instabilidade interna no Governo e faz com que algumas pessoas deixem os cargos que estavam ocupando na época. Foi o caso da presidente do Instituto Pelópidas Silveira, cujo afastamento é revelado no portal jornalístico Marco Zero Conteúdo:

A mudança de conteúdo do Plano somado e a insistência para que o Instituto assumisse a paternidade do plano falso foi à gota d'água para que a presidente da instituição, a urbanista Evelyne Labanca, entregasse o cargo.

A própria presidente só ficou sabendo da modificação quando integrantes do Conselho da Cidade pediram esclarecimentos sobre o conteúdo que lhes havia sido enviados. Surpresa, ela foi até o gabinete do secretário e pediu explicações a respeito da deturpação do seu trabalho. A conversa teria sido tranquila, apesar da tensão que envolvia o assunto. Antônio Alexandre teria lhe cobrado a aceitação das modificações por também fazer parte da gestão. Evelyne informou imediatamente que agradecia a oportunidade e entregaria o cargo. (FRANÇA, 2015)

Diante da perplexidade das situações comentadas, coloca-se para reflexão uma questão-chave que, inclusive, vai ao encontro da formulada por Vainer (2000, p.87):

Como assegurar que a cidade-empresa, planejada e gerida estrategicamente como uma empresa, alcance a eficácia, isto é, a produtividade e a competitividade que se espera de uma empresa? A melhor solução, aqui como em outras situações similares, é recorrer a quem entende do *métier* – se de empresa se trata, convoquem-se os empresários; se o assunto é *business*, melhor deixá-lo nas mãos de *businessmen*.

É como se o território da cidade tivesse cada vez mais dono (ou donos) e a gestão tivesse cada vez mais patrão. É a produção do espaço urbano sendo exposto a sucessivas investidas na busca de capturar a mais valia social, de aumentar de forma incessante os recursos financeiros dos setores oligárquicos e, assim, de contribuir, de fato, com o monopólio promovido por um capitalismo que nega as possibilidades de promover a produção do espaço urbano compatível com o direito à cidade.

As reflexões conduzem a acreditar que se trata de um Estado anacrônico em sua essência e na sua prática. Trata-se de fazer mais do mesmo e não aceitar – ou permitir – opiniões contrárias. É um Estado que vem se estruturando para uma vigília permanente daqueles que se posicionam destoante com o seu modo de operar. As práticas autoritárias são exemplificadas em atitudes como a emissão do alvará de demolição, ver figura 8, dos armazéns do cais José

demolição? Indica isso que atitudes dessa natureza ainda acontecem em um Estado dito como democrático de direito. Mais ainda, aponta para a força do pensamento oligárquico hegemônico: Ora, se “sempre” foi possível fazer assim, por que agora há de ser diferente?

Pelo exposto, pode-se concluir que o enfrentamento adotado na noite dos 21 de maio de 2014 e nos dias que se sucederam ao acampamento do Cais José Estelita assinala um ato no mínimo emblemático na trajetória de uma cidade historicamente marcada por lutas sociais, como é o caso do Recife. O diferente é contrapor-se ao que é hegemônico por meio da resistência, é a busca de outra forma de se posicionar, de questionar o que está “legitimado”.

4.2 A Repolitização dos movimentos sociais

De acordo com o dicionário das Ciências Sociais (SILVA, 1986) os movimentos sociais são tentativas coletivas de provocar mudanças, no todo ou em parte, em determinadas instituições sociais, ou de criar uma nova ordem social. Os movimentos do Século XIX estavam voltados para as causas operárias, contra a exploração da classe patronal, que ainda eram vistos como anarquista, comunista, socialista ou sindical. Mas esse conceito se amplia após a II Guerra Mundial quando passa a abranger também os movimentos de reivindicação de agricultores e camponeses. Essa diferenciação é feita quando se tem movimentos com fins especificamente políticos ou religiosos, ou dos grupos minoritários – movimentos de jovens ou de mulheres – ou dos que se caracterizam como movimento de protesto.

Quanto à origem do movimento social, “geralmente é a partir de afinidades percebidas por indivíduos submetidos às mesmas pressões sociais, ou que enfrentam idênticas dificuldades e obstáculos” (SILVA, 1986, p. 789). Acrescenta que, “não basta a simples conscientização desses problemas comuns, como em casos de defesa de interesses de bairro, de conservação ecológica, etc., para criar um movimento social”.

O sociólogo francês Alain Touraine, um dos teóricos que mais a fundo se dedicou ao estudo dos movimentos sociais, propõe um esquema geral que se destina a facilitar a compreensão da ação do movimento social e, ao mesmo tempo, da sua organização. Segundo Touraine, todo movimento social, para chegar a existir enquanto organização reivindicatória, precisa inicialmente resolver certos problemas relativos à sua própria definição. O autor reflete que os movimentos sociais dão ênfase à estrutura social em oposição às crenças e aos valores. Para ele, os conflitos de classe e os acordos políticos constituem o combustível da ação social. Deve assim "reunir certos princípios de existência". O que confere especificidade a um movimento social e lhe orienta a ação é a resposta que oferece a esses problemas, ou seja, a maneira como estabelece seus "princípios de existência". Todo movimento social precisaria

definir-se em relação a três desses princípios, sustenta Touraine: o "princípio de identidade", o "princípio de oposição" e o "princípio da totalidade". (TOURAINÉ, 1988)

Em entrevista concedida e publicada pela BBC Brasil, em junho de 2013, Alain Touraine afirma que os protestos ocorridos naquele ano nas cidades brasileiras resultam do fato de que os brasileiros “caíram na realidade”. Foi categórico ao dizer que “a situação (econômica e social) no Brasil vinha sendo descrita de maneira exageradamente cor-de-rosa”. Ressalta que ficou feliz “ao ver que o que acontece atualmente no Brasil corresponde melhor à realidade do país do que as imagens que vinham sendo transmitidas”. O sociólogo fez referência aos movimentos de protestos no Brasil como a "quebra da esperança", um sentimento de "decepção, que cria uma situação favorável ao descontentamento". "quando há crescimento econômico e ele diminui, como é o caso do Brasil, isso representa exatamente o bom momento para protestar". Fez uma crítica "à pobreza, que permanece imensa, é sacrificada em benefício do espetáculo", disse ele, se referindo aos gastos "gigantescos" com as obras da Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, que geraram protestos "no país do futebol".

Gohn (2011), em artigo publicado sobre a sociologia dos movimentos sociais, apresenta uma excelente contribuição ao atual debate sobre os movimentos sociais. Essa socióloga, ao apresentar um trecho do seu estudo, lança mão do pensamento de Tapia (2009). Este afirma que, para entender a construção e a dinâmica dos sujeitos nas lutas e movimentos sociais na atualidade, na América Latina, tem-se que apreender as novas políticas institucionalizadas na região. Assim, torna-se apropriado contextualizar os seguintes aspectos:

[...] na primeira década do século XXI o cenário do associativismo latino-americano se altera aos poucos, novos tipos de ações coletivas e movimentos sociais emergem no final da década. [...] roliferam movimentos multi e pluriclassistas. [...] as marchas e as ocupações tornaram-se o modelo básico de protesto. Inovações na forma do protesto, que é o uso das novas tecnologias, especialmente as redes digitais e redes sociais. [...] São movimentos inspirados nos Indignados europeus, ou no *Occupy Wall Street*. [...] A maioria destes movimentos é composta por jovens. (GOHN, 2011)

Nesse mesmo artigo, Gohn (2011) afirma que o marxismo ressurgiu renovado, ao lado de outros aportes teóricos como o socialismo libertário e o novo humanismo holístico. Para a autora, de uma forma geral observam-se seis eixos analíticos nas teorias sobre os movimentos sociais, a saber:

- a) teorias construídas a partir de eixos culturais;
- b) teorias com centralidade no tema da Justiça Social;
- c) teorias que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais;
- d) teorias que abordam a questão da colonização dos saberes;
- e) teorias com ênfase nos aspectos institucionais das ações coletivas e;

- f) teoria da Mobilização Política – abordagens sobre os protestos transnacionais e com o uso das redes sociais da atualidade.

Aqui, o que importa são os aspectos deste sexto eixo analítico, que considera que

a crise financeira global de 2008 dará suporte para o nascimento de novos movimentos sociais, tanto no mundo ocidental (Ocuppy Wall Street e Indignados na Europa), como no Oriente (Primavera Árabe e outros). Esse eixo discute que tais movimentos estão reformulando a pauta das demandas, de demandas indenitárias, para demandas grupais focadas em problemas da vida cotidiana-emprego, finanças/salário, dívidas, serviços sociais como educação e saúde, terra para viver e plantar. **Eles estão politizando as demandas socioeconômicas e políticas, independente de estruturas partidárias.** (GOHN, 2011, p.8, grifos nosso).

Importante acentuar que os autores que têm analisado e **inspirado as ações desses movimentos**, estão dentro de uma linha de pensamento crítico filiados ao marxismo tradicional ou ao neo-marxismo. Eles acentuam em suas análises os sujeitos da ação. Temos nessa linha Ranciere, Zizek, Linera e Badiou. Acrescenta-se que um legado comum a todos eles são os estudos sobre os movimentos sociais de Hobsbawm, Thompson e Rude.

Alguns observam que há sempre um substrato, um legado do passado, que se traduz em memória e aprendizados, muitas vezes sufocados e calados como formas de resistência, que em dadas ocasiões, reaparecem, e se articulam com os fatos do presente, reagrupam forças sociopolíticas, reconstroem a identidade dos grupos e movimentos, rompendo com formas de dominação. (GOHN, 2011, p.9).

No que tange aos aspectos das ações, o Grupo Direitos Urbanos vem exibindo uma linha de enfrentamento diversificada no território da Cidade do Recife. A figura 9, a seguir, registra que a atuação de mobilização social e leque de abordagem dos temas que o DU defende é abrangente e espacializado no tecido urbano da cidade.

Figura 4 - Espacialização das principais ações do grupo Direitos Urbanos



Fonte: Elaboração da autora.

É importante, ainda, destacar alguns aspectos dos grupos e movimentos distinguidos na Teoria da Mobilização Política.

Para Thompson (1998), existe um processo de interpretação da realidade, isto porque os movimentos surgem a partir de uma reflexão por parte dos seus integrantes sobre sua própria experiência; isto é, eles são em última instância, movimentos de reinterpretação.

É oportuno apresentar, nesse momento, a relação dessa afirmativa com a fala da ativista nomeada como entrevistada A, pertencente ao Grupo Direito Urbano. A mesma discorre o processo de como o DU se originou, motivado pelas reflexões e identidades dos discursos durante a primeira audiência pública sobre o Projeto Novo Recife fica evidente que os participantes daquele momento – e que tinham se mobilizado previamente *on-line* pelas redes sociais – espelhavam uma reflexão sobre uma realidade de caráter coletivo.

Outro registro é acrescido pela entrevistada C, ao discorrer sobre a diversidade do DU, a entrevistada afirma que:

ao invés de se consolidar como um movimento de luta local (de bairro ou de uma comunidade, etc) ou de temática específica, o DU diversificou a luta como sendo “para toda a cidade”, ou seja; para a cidade do Recife e pela a cidade do Recife. A luta passou a ser assumida conjuntamente por moradores de diversos perfis, bairros, formações, classes sociais, idades, etc. Lutas com pautas de diferentes espacialidades, modo de atuação diversificado (ora através das redes, ora nas ruas, ora na atuação junto ao jurídico, ora na ação técnica, etc). Trabalhando diferentes temáticas como patrimônio, mobilidade, gestão participativa, cultura, meio ambiente, gênero, entre temáticas diversas que compõem o ter Direito a Cidade.

Já o registro do entrevistado D aponta sobre a diversidade do DU a partir dos seguintes aspectos:

quantos aos temas – o DU procura focar sua atuação dentro das questões urbanas, que podem se enquadrar, digamos, na grande área do planejamento urbano. Já dentro dela, há uma diversidade significativa de subtemas. Inclusive, trazendo novas sobreposições a questões de Gênero, por exemplo, como também buscando novas leituras para temas clássicos.

Para autores como: Harvey (2012c) e Zizek (2013) faltam aos movimentos atuais definições estratégicas, programáticas e teóricas.

Novamente guardando um paralelo com o Grupo Direitos Urbanos, percebe-se que em relação às definições teóricas e programáticas das ações do DU, a participação de membros da academia (professores e estudantes) somam positivamente para a superação deste desafio. Existe por parte do Grupo uma busca pela elaboração de conteúdos, de publicação como uma ação estratégica de mobilização e posicionamento político do DU.

O estudo de Gohn (2011) acrescenta que o pensamento humanista cresceu e espalhou-se entre os ativistas da *cibercultura*. Complementa (Gohn, 2011, p. 9) que um ponto unânime na maioria dos analistas é o de que estes movimentos têm conseguido “alterar o discurso mundial, levando-o para longe dos mantras ideológicos do neoliberalismo, para temas como a desigualdade, injustiça e descolonização”.

Tais aspectos afirmados em Gohn (2011) guardam correspondência com o que descreve um ativista do Grupo Direitos Urbanos, o entrevistado B. Para ele, o DU é:

Um grupo heterogêneo, que tem ativistas de “esquerdas e de direitas”. De uma forma geral é formado por pessoas que tem uma consciência cidadã. Como a estrutura de pauta central do DU são as pautas urbanas na cidade, essa questão consegue agregar, no caso, os que não estão satisfeitos com algo. A grande maioria dos participantes é formada por pessoas mais jovens e adotam a tecnologia no seu dia-a-dia. A maioria é de classe média. Dentro do próprio grupo há aqueles que produzem textos, disseminam conhecimentos, etc. Tem membros que fazem parte das universidades. O interessante é que a plataforma das redes sociais, de alguma forma, democratiza o direito de protestar. Existe nos participantes um traço colaborativo, cooperativo, como se “ativasse” o papel de ser cidadão. Ah! A consciência cidadã, não necessariamente é relacionada a uma clareza de visão de cidade que se quer. O DU ajudou

a juntar estas várias pessoas que estavam indignadas com alguma coisa e que podem transformar aquilo com que não estão satisfeitos. O fazer junto traz esta esperança!

Para Gohn (2011) em termos de uma Sociologia dos Movimentos Sociais, os atuais movimentos estão operando uma renovação nas lutas sociais da magnitude que os novos movimentos operaram nas décadas de 1960, 1970 e parte de 1980. Eles estão reformulando a pauta das demandas e repolitizando-os de forma nova, na maioria das vezes independente das estruturas partidárias.

Assim, a repolitização dos movimentos sociais trata-se, ainda, de um fenômeno recente, crescente e em movimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O inferno dos vivos não é algo que será, se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. **A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas:** tentar saber e reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço. (Ítalo Calvino)

A conjuntura econômica, política e social vivenciada no Brasil, desde o início da década passada, era algo que chamava a atenção de muitos países. A situação de crise econômica mundial ocorrida – a partir de 2008 – e iniciada nos Estados Unidos da América, não foi de imediato sentida no Brasil. Muito pelo contrário! Enquanto os EUA buscavam alternativas para sair do *tsunami* que devastava a economia americana, este *tsunami resvalava no Brasil* como uma *marolinha*³³.

O relativo oásis brasileiro era destacado até mesmo por agências internacionais de classificação de risco³⁴, ao ponto que, um dos homens mais influentes do mundo, o Presidente dos EUA, Barack Obama, afirmou, em um encontro que reunia dezenas de chefe de Estados, que “Lula é o cara!”.

De fato, o Brasil vivenciava um período exitoso. Como afirma Gohn (2011) – apoiada no pensamento de Tapia (2009, apud Gohn, 2011, p.6) – para entender “a construção e a dinâmica dos sujeitos nas lutas e movimentos sociais na atualidade, na América Latina, temos que entender as novas políticas institucionalizadas na região”. Não sem razão, ressalta-se, nas considerações iniciais apresentadas neste trabalho, a impossibilidade de dissociar a análise sobre as formas de mobilizações sociais da atualidade, sem considerar a relação do como vem sendo produzido o espaço urbano nas nossas cidades. Analisar os caminhos adotados pelo Estado na produção capitalista desse espaço urbano e os percursos demonstrados pelos ativistas

³³ Esse termo da *marolinha* foi dito pelo então Presidente Lula no Brasil referindo-se à crise econômica nos EUA. Palavras do presidente: “*Eu estou muito confiante de que a americana (a crise), se ela chegar aqui... lá ela é um tsunami, aqui ela vai chegar uma marolinha, que não dá nem para esquivar.*” Em: 4/10/2008. Fonte: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1304322-9356,00-VEJA+FRASES+QUE+MARCARAM+O+ANO+DE+CRISE+FINANCEIRA.html

³⁴ Nota de crédito do Brasil feito pela agência de classificação de risco Standard & Poor’s, em setembro de 2009, esta agência deu o “*upgrade*” para o país, naquela ocasião o presidente Lula declarou: “*Nós acabamos de ter a notícia de que o Brasil passou a ser investment grade. Não sei nem falar direito a palavra, mas, se formos traduzir para uma linguagem que todos os brasileiros entendam, poderia dizer que o Brasil foi declarado um País sério, que cuida de suas finanças com seriedade.*” Fonte: <http://www.ecodebate.com.br/2015/09/17/marolinha-disseram-que-ela-nao-chegava-no-brasil-artigo-de-adrimauro-gemaque/>.

da atualidade como forma de enfrentamento desse modelo de produção das cidades. Foi sem dúvida uma ação necessária no percurso trabalhado por essa pesquisa.

Ademais, entender que o próprio percurso da democracia brasileira tem sido realizado a passos brandos ou até mesmo frouxos, e mesmo assim, ter respeito a amplitude da luta enfrentada pelos movimentos recentes e do conseqüente alcance da mobilização política e social é acreditar, de certo modo, numa luta anticapitalista. É acreditar que a produção do espaço urbano pode sim ser desenvolvida considerando aspectos de maior coletividade e cidadania para a sociedade. Não apenas modelos permeados de discursos higienistas e legalistas dos governantes. Tamanha é a dimensão dos argumentos contidos em determinados discursos dos agentes hegemônicos que a noção de valor humano, social, civil e ambiental é apagada. O fim é a prática da governança que se torna mais eficaz com a aliança corporativa, assunto abordado por Leal. De forma pertinente, esta autora afirma que:

Nas metrópoles brasileiras, há indicações de que o mercado imobiliário vem passando por um processo de reconfiguração em sua estrutura de funcionamento, no qual produtores imobiliários locais estão se vinculando às organizações do setor situadas em outros países ou regiões. [...] na lógica da expansão e da transnacionalização do capital, o mercado imobiliário se identifica como um espaço de interesse significativo para novos investimentos, principalmente em países que estão expandindo suas economias. (LEAL, 2009, p.4)

Tal reflexão vem ao encontro do Projeto Novo Recife que, em suas linhas centrais, representa uma nova reconfiguração financeira – um Consórcio de empresas com capitais abertos na bolsa de valores – com fortes implicações na estrutura espacial recifense.

Se, no ano de 2008, a crise econômica explode lá fora e no Brasil ela é apenas uma *marolinha*; se, em 2009, a nota de crédito do País aumentou o grau de segurança de se investir – “o Brasil foi declarado um País sério, que cuida de suas finanças com seriedade” – é oportuno abrir um Consórcio – formado por empresas do mercado imobiliário – participar de um leilão (com proposta única), dar entrada em um novo empreendimento e, assim, oferecer à cidade um Novo Recife. O que existe não presta mais.

Porém, se de um lado os agentes econômicos, dentre eles os que integram o setor imobiliário, estavam se movimentando para buscar alternativas contra a crise, do outro, cidadãos indignados e conectados (*on-line*) pautavam esta mesma crise e buscavam alternativas que viessem frear algumas das suas ações. É neste contexto que nasce a resistência do Grupo Direitos Urbanos com o Ocupe Estelita. Analistas e estudiosos passam a se deparar com atitudes surpresas na sociologia dos movimentos sociais.

No caso do Recife, o elemento surpresa³⁵ foi a intensidade da forma de mobilização social. Possivelmente nem a gestão pública municipal do Recife, nem as empresas que compõem o Consórcio Novo Recife contavam com tal elemento. Então: “driblar”, “driblar novamente”, “cruzar”, “atacar” e “marcar” de maneira redonda e sem nenhuma objeção; só se tivesse antes “combinado com os russos”. E isso, se acredita, o Novo Recife não fez.

Importante considerar que a repolitização dos movimentos sociais guarda certos desafios. Como vimos, no último Capítulo deste trabalho, são lutas de enfrentamento que fazem parte de um eixo temático da contemporaneidade: o *direito à cidade*. Dentro deste eixo, Harvey (2014, p. 228) chama a atenção de que as soluções, formulações, formas de organização e agendas políticas propostas devem oferecer respostas a três questões fundamentais:

a) a primeira diz respeito ao esmagador empobrecimento material de grande parte da população mundial.³⁶;

b) a segunda relaciona-se à necessidade de enfrentar os claros e eminentes perigos da degradação ambiental e das transformações ecológicas descontroladas e; c) a terceira concerne ao imperativo de se ter uma compreensão histórica e teórica da inegável trajetória do desenvolvimento capitalista.

Tais questões apontadas por Harvey trazem conexão com certas ações apreendidas nos Ocupes Estelita. Neste caso, foi possível registrar que os valores e ideias são particularmente fortes e articulados por meio de eventos festivos, encontros culturais, atos políticos, etc. Assim, este Movimento configura-se enquanto uma nova prática de enfrentamento do sistema capitalista.

Registrar, organizar e reconhecer os desafios deste enfrentamento são pontos-chave no avanço do debate político e institucional. Cabe ressaltar, citando Gohn (2015, p. 8), que diante da contemporaneidade dessa discussão:

o trabalho do pesquisador é cognitivo e político porque ele deve realizar um rastreamento para elaborar uma cartografia de processos sociais ‘se fazendo’ e não já dados, prontos ou acabados. Recomenda-se retrancar os percursos captando-se as inquietações, os conflitos e as controvérsias porque as redes são polissêmicas, diversas e não unívocas.

³⁵ É o que faz lembrar o comentário de Garrincha: “Conta a lenda que, em 1958, na Copa do Mundo da Suécia, o técnico da Seleção Brasileira na época, Vicente Feola, se dirigiu ao Garrincha para uma conversa especial. A partida contra a União Soviética seria dura, os russos tinham uma das melhores seleções da época e, além disso, o Brasil só se classificaria com a vitória. Feola disse: “Garrincha, é o seguinte: você pega a bola e dribla o primeiro beque. Quando chegar o segundo, você dribla também. Aí vai até a linha de fundo, cruza forte pra trás, para o Vavá marcar”. Garrincha, calado enquanto o técnico lhe passava as instruções, falou: “Tudo bem, Feola, mas o senhor já combinou com os russos?”. Fonte: http://www.dinamicapublica.com.br/Artigos/artigo_dinamica03.pdf

³⁶ Marx foi, acima de tudo, um grande filósofo do desenvolvimento humano, mas reconhecia que isso só seria possível naquele “reino de liberdade que começa quando se deixa para trás o reino da necessidade”. Harvey (214:228)

Acredita-se que as formulações e análises desta dissertação vieram a contribuir na reflexão dos movimentos contemporâneos ao responder QUEM, POR QUE e COMO protestam, tendo como objeto empírico de análise os ativistas sociais do Grupo Direitos Urbanos e do Movimento #ocupeestelita. Tal Grupo e Movimento testemunham que movimentos sociais repolitizados representam alternativas de enfrentamento ao modelo de produção do espaço urbano nas cidades.

Para finalizar enseja-se que estudos futuros ampliem a criticidade da análise ora apresentada, ampliando e aprofundando o conhecimento sobre o estudo dos movimentos sociais da atualidade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **R. Fac. Letras – Geografia I**, Porto, v. XIV, p.77-97, 1998.

AGÊNCIA CARTA MAIOR. **Entrevista com Boaventura de Souza Santos**. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Pinheirinho-Direita-oligarquica-nao-descansa-diz-Boaventura/5/18465>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

AMORIM, Luiz do Eirado. In: CASTRO, Josué (Org.). **Um ensaio de geografia urbana – A cidade do Recife**. Apresentação. Recife: Massangana, 2013.

_____. Edifício Luciano Costa. Um enfoque apositivo. **Arquitextos**, São Paulo, ano 1, n. 005.09, Vitruvius, out. 2000.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Recife, no princípio era o porto...** Recife: Fundação Joaquim Nabuco. 2006. Catálogo da exposição.

BARBOSA, David Tavares. **Novos Recife, Velhos Negócios: Política da Paisagem no Processo Contemporâneo de Transformações da Bacia do Pina – Recife/PE: Uma Análise do Projeto Novo Recife**. Recife, 2014, 244 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco.

BERNARDES, Dênis Antônio de Mendonça; NASCIMENTO, Angela. **As pessoas fazem política cultural? O caso do Cais José Estelita**. Políticas Culturais. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Denis-Ant%C3%B4nio-de-Mendon%C3%A7a-Bernardes-et-alii.pdf>>

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, Ermínia et al (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2013. p. 79-82.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 191A, 5 out. 1988. Seção I, p. 1-32.

_____. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 10 jul. 2001.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 nov. 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. From old to new developmentalism in Latin America. In: OCAMPO, José Antônio; ROS, Jaime (Org.). **Handbook of Latin American Economics**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 108-129.

BURKE, Sara. O que uma época de protestos globais diz a respeito da eficácia dos direitos humanos como linguagem para alcançar mudanças sociais. **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v.11, n.20, p.27-34, jul./dez. 2014.

CARTA CAPITAL. **Intervozes**. São Paulo, 29 maio 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes>>. Acesso em 11 ago. 2014.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CES – Centro de Estudos Sociais. **Fascismo social**. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=65udos22&id_lingua=1&pag=7738>

CONSÓRCIO NOVO RECIFE. Disponível em: <www.novorecife.com.br>. Acesso em: 8 fev. 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CARTA CAPITAL. **Intervozes**. São Paulo, 29 maio 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes>>. Acesso em 11 ago. 2014.

FRANÇA, Inácio. O Recife tem dono?. **Marco Zero Conteúdo@** [online]. Recife, 15 jun. 2015. Disponível em: <<https://marcozero.org/o-recife-tem-dono/>>. Acesso em: 18 dez.2015.

G1 PE. **Prefeitura do Recife suspende licença de demolição no Cais José Estelita**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/pe/noticia/2014/06/prefeitura-do-recife-suspende-licenca-de-demolicao-no-cais-jose-estelita.html>>. Acesso em: 29 set. 2014.

GOHN, Maria da Glória. Sociologia dos movimentos sociais: um balanço das teorias clássicas e contemporâneas. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**. jul. 2011.

_____. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (Org.) **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012 p. 19-36.

_____. Após atos, governo não tem interlocutores. **O Estadão**, São Paulo, 13 jul. 2013.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Loyola, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: **Espaço & Debates**, n.39. Cidades: estratégias gerenciais. Ano XVI. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1996.

_____. **O novo imperialismo**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004a.

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.

_____. Os rebeldes na rua: O Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. In: HARVEY, David ...et al. (Org.) **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2012a. p. 57-64.

_____. **As cidades rebeldes de David Harvey**. Site Outras Palavras, 2012b. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/as-cidades-rebeldes-de-david-harvey>>. Acesso em: 11 nov. 2012 b.

_____. David. O direito à Cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012c.

_____. **Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution**. Londres: Verso Books, 2013.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**, São Paulo: Martins Fontes, 2014a.

_____. [YOUTUBE]. David Harvey @ #OcupeEstelita. 2014b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DxW-lnT8XHk>>. Acesso: em: 14 dez. 2014.

JC Online. **PF diz que Consórcio Novo Recife não pode cercar terreno do Estelita com tapumes**. Recife, 17 jun. 2014a.

JC Online. Em dia de muito tumulto, PM faz reintegração de posse do Cais José Estelita **José Estelita**. Recife, 17 jun. 2014b.

JC Online. **POLÊMICA - João Lyra emite nota sobre reintegração de posse no Cais José Estelita**. Recife, 19 jun. 2014c.

JUDENSNAIDER, Elena. LIMA, Luciana. POMAR, Marcelo. ORTELLADO, Pablo. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.

LACERDA, Norma. **Mercado imobiliário de aluguel em áreas pobres e Teoria das Convenções**. Recife: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2011.

LACERDA, Norma. **Fragmentação e integração: movimentos de (re)estruturação espacial das metrópoles brasileira**. In RIBEIRO, A. C. T.; LIMONAD, E. GUSMÃO, P. P. de. Desafios do Planejamento. Rio de Janeiro: Letra Capital/Anpur, 2012, p. 21-42

LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio Mendes; DINIZ, Fernando. Planejamento metropolitano: uma proposta de conservação urbana e territorial. Santiago do Chile: **Revista Eure**, vol. XXVI, n. 79, p. 77-94, 2000.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. **Fetichismo da Participação Popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Brasil**. Recife: Editora Cepe, 2003.

_____. Do rentista patrimonial ao empresarial-concorrencial e ao mercado imobiliário oligomonopolista na região metropolitana do Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XIII, 2009, Florianópolis. **Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR**. Florianópolis: ANPUR, 2009. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3223/3156>>.

_____. Processos e transformações na configuração dos espaços urbanos: como se movem e quais papéis desempenham os atores imobiliários na Região Metropolitana do Recife. **Proposta** – Revista Trimestral de Debate da Fase, ano 34, n. 121, p. 16-24, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2008a.

_____. **O direito à cidade**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2008b.

_____. **Le droit à la ville et les mouvements urbains contemporains**. Mark Purcell, n. 63, 2009. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-rue-descartes-2009-1-page-40.htm>>.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*. **R. Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-134, jun. 2002.

_____. **Contra-usos da cidade**. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas – SP: Editora da Unicamp; Aracaju – SE: Editora UFS. 2004.

LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia et al (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2013. p. 89-94.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. **O Bairro do Recife: entre o corpo santo e o marco zero**. Recife: CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: MARICATO, Ermínia et al (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2013. p. 83-88.

MARICATO, Ermínia. O Estatuto da cidade periférica. In: CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (Org.). **O Estatuto da Cidade: comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. p. 5-22.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2011.

_____. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2013. p. 19-26.

MARTÍN, María. O Recife batalha pelo seu céu. **El País Brasil @** [online]. Recife, 29 jun. 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/28/politica/1403986148_494668.html>. Acesso em: 18 dez.2014.

MARTINS, Caio; CORDEIRO, Leonardo. Revolta popular: o limite da tática. In: MORAES, Alana et al (Org.). **Junho: Potência das ruas e das redes**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2014. p. 201-217.

MEDEIROS, Alexsandro. Democracia. **Consciência Política @** [online]. Amazonas, 2013. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia/>>. Acesso em: 8 dez.2013.

MORA, Luís de La. Os Movimentos Sociais na Formação e Transformação do Espaço Urbano Recife. In: REZENDE, Antonio Paulo (Org.). **Recife: que História é essa?** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1987.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Disponível em: <www.mpl.org.br>. Acesso em: 26 set. 2015.

MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia et al (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2013. p. 13-18.

MUNIZ, Túlio. Brasil: inimigo meu. **Viomundo@** [online]. São Paulo, 29 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/o-fascismo-social-e-o-silencio-conivente-da-esquerda.html>>. Acesso em: 18 dez.2012.

NERI, Marcelo. **A nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide.** São Paulo: Saraiva, 2012.

NÓBREGA JR., José Maria Pereira da. A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira. **Rev. Sociol. Pol.**, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 119-130, fev. 2010.

OLIVEIRA, Ciro Jônatas de Souza. Garantia do direito à informação no Brasil: Contribuições da Lei de Acesso à Informação. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 117, out 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13718>. Acesso em nov 2013.

ORGANIZADORXS, Xs. Junho está sendo. In: MORAES, Alana et al (Org.). **Junho: Potência das ruas e das redes.** São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2014. p. 10-21.

ORTIZ, Isabel et al. **World Protest 2006-2013.** Nova York: IPD/FES Working Paper, 2013. Disponível em: <http://www.fes-globalization.org/new_york/wp-content/uploads/2014/03/World-Protests-2006-2013-Complete-and-Final.pdf>. Acesso em: 28.dez. 2013.

PEREIRA, Marcus Abílio. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: ENCONTRO DA COMPOLÍTICA, IV, 2011, Rio de Janeiro. **Anais do IV Encontro da Compolítica.** Recife: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, 2011. p. 1-26. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova ordem de fazer política? In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (Org.) **Movimentos sociais na era global.** Petrópolis: Editora Vozes, 2012. p.55-70.

POCHMANN, Márcio. **Satisfação e desconforto: o novo impasse no Brasil.** Le Monde Diplomatique Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1865#.VXC18op87qE.wordpress>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

REZENDE, Antonio Paulo. **O Recife**. Histórias de uma cidade. Recife: Prefeitura do Recife. 2002.

RONILK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al (Org.). **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2013. p. 7-12.

_____. [YOUTUBE]. Raquel Rolnik fala sobre a importância do #OcupeEstelita para o futuro das cidades brasileiras. 2014. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=1gw_L7y0QGo>. Acesso em: 14 nov 2014.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al (Org.). **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2013. p. 95-100.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O estado e os modos de produção de poder social**. Coimbra: Oficina do CES n.7, 1989.

_____. **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2013a.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo editorial, 2013b.

_____. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013c.

_____. **A cor do tempo quando foge**: uma história do presente - Crônicas 1986. São Paulo: Cortez, 2013d.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SARAIVA, Joseana Maria. **A lógica do capital e do Estado na provisão dos meios de consumo coletivo**: uma experiência de responsabilidade social no campo da assistência à criança. Recife: Editora da UFPE, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias**: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Appris, 2012.

SECCO, Lincoln. As jornadas de junho. In: MARICATO, Ermínia et al (Org.). **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SETTE, Mário. **Arruar**: história pitoresca do Recife antigo. Recife: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1948.

SILVA, Benedicto (Org.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

SINGER, Paul. **A Tarifa Zero e a Municipalização do Transporte Coletivo**. Tarifa Zero, 2009. Disponível em: <<http://tarifazero.org/2009/08/04/a-tarifa-zero-e-a-municipalizacao-do-transporte-coletivo-por-paul-singer/2/>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

STIGLITZ, Joseph. Um nobel de economia explica *Ocuppy Wall Street*. Outras Palavras. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/um-nobel-de-economia-explica-occupy-wall-street/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

TAPIA, Luis. Movimientos sociales, movimientos societales y los no lugares de la política. **Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano**, Buenos Aires, Clacso, n.11, 2009.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOURAINÉ, Alain. **Os novos movimentos sociais**. In: O pós-socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Palavra e Sangue**: Política e Sociedade na América Latina. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

_____. **O que é a Democracia?** Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **Igualdade e Diversidade**: o sujeito democrático. Tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: EDUSC, 1998.

_____. **Crítica da Modernidade**. Trad. De Elia Ferreira Edel. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia et al (Org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

_____. Quando a cidade vai às ruas In: MARICATO, Ermínia et al (Org.). **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2013. p. 35-40.

ZIZEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, Ermínia et al (Org.). **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo - Carta Maior, 2013. p. 101-108.

ANEXO A - Comunicados do Consórcio Novo Recife

NOVO RECIFE COMUNICADO

Em razão dos acontecimentos decorrentes da ação de reintegração de posse promovida pela Polícia Militar de Pernambuco, visando à desocupação do imóvel de propriedade do CONSÓRCIO NOVO RECIFE, localizado na Avenida José Estelita, veja a seguir o que temos a informar.

- 1) A ilegalidade da ocupação ocorrida no dia 21 de maio foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao determinar a imediata desocupação do referido imóvel. O não acatamento da ordem judicial pelos ocupantes resultou na determinação de uso da força policial para o cumprimento do mandato de reintegração expedido pelo Tribunal de Justiça.
- 2) Esse procedimento é inerente ao estado democrático, onde o direito de propriedade deve ser protegido.
- 3) O CONSÓRCIO NOVO RECIFE, através de notas publicadas nos três jornais de maior circulação do Estado, em várias edições, assim como também divulgadas nas redes sociais, apontou como melhor caminho, a favor do entendimento e do diálogo, a desocupação ordeira e pacífica do terreno.
- 4) O CONSÓRCIO registra também que, durante todo o período de tramitação do processo de aprovação do Projeto NOVO RECIFE, sempre manteve uma postura de acatamento das recomendações nas várias instâncias técnicas – municipais, estaduais e federais.
- 5) O CONSÓRCIO, que sempre esteve aberto ao diálogo, adere à "Proposta de Procedimentos" da Prefeitura do Recife, contemplando uma agenda de trabalho voltada para a discussão do Projeto, que desde o seu início sempre objetivou a melhor solução para a nossa cidade.

Assim, é com a crença de que a serenidade nos levará ao encontro do entendimento que sempre buscamos, pelo Recife.

Recife, 18 de junho de 2014.

C O N S Ó R C I O
NOVO RECIFE

POSICIONAMENTO DO CONSÓRCIO NOVO RECIFE

Recife, 30 de setembro de 2015 – Em atenção à operação realizada pela Polícia Federal na sede do Consórcio Novo Recife, no Pina, a empresa vem a público fazer o seguinte esclarecimento:

- O leilão, aberto para todo o Brasil, foi realizado de maneira lícita pela Caixa Econômica Federal, em 2006. O Consórcio Novo Recife adquiriu o terreno no Cais José Estelita por um valor superior ao mínimo determinado pelo edital do leilão;
- A legitimidade do leilão de venda do terreno no Cais José Estelita já foi exaustivamente examinada em diversas instâncias no âmbito judicial e administrativo. Em todas elas não foram encontradas irregularidades;
- Desta forma, a direção do Consórcio não se opõe à investigação realizada pela Polícia Federal. Pelo contrário, avalia esse fato como uma oportunidade para esclarecer, em definitivo, qualquer questionamento com relação ao leilão de venda do terreno no Cais José Estelita.
- Para tanto, coloca-se à disposição para fornecer qualquer documento ou informação que venha a ser solicitada pela Polícia Federal.

DIREÇÃO DO CONSÓRCIO NOVO RECIFE

C O N S Ó R C I O
NOVO RECIFE

CONSÓRCIO NOVO RECIFE SOLICITA ADIAMENTO DA REUNIÃO DO CDU

A direção do Consórcio Novo Recife solicitou ao secretário de Mobilidade e Controle Urbano da Prefeitura da Cidade do Recife, Joao Braga, o adiamento da reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), que aconteceria nesta sexta-feira (02). Durante a reunião seria analisado o projeto Novo Recife.

A direção do Consórcio solicitou o adiamento da reunião até que os fatos ocorridos na última quarta-feira (30) sejam totalmente esclarecidos. A direção ressalta, ainda, a lisura do processo do leilão de venda do terreno no Cais José Estelita e que está à disposição das autoridades para qualquer esclarecimento.

C O N S Ó R C I O
NOVO RECIFE

ANEXO B – Algumas matérias jornalísticas sobre a ocupação do Estelita no período de 21/05/2014 e 18/06/2014

Esta compilação foi organizada seguindo uma ordem cronológica das publicações.

28/05/2014 - 20h30 - Atualizado em 28/05/2014 20h55

MPPE chama prefeito do Recife para audiência sobre projeto no Estelita

Decisão foi tomada após reunião esvaziada no MPPE, nesta quarta (28).

Artistas postam fotos em apoio a movimento contrário a projeto imobiliário.

Do G1 PE



Atriz Leandra Leal exhibe cartaz com a hashtag #OcupeEstelita
(Foto:Arquivo pessoal/Aslan Cabral)

O promotor Ricardo Coelho informou, nesta quarta-feira (28), que vai encaminhar um ofício à Prefeitura do Recife, nesta quinta (29), para que o Executivo municipal realize audiência pública sobre o projeto Novo Recife, com a presença do prefeito Geraldo Julio (PSB), representantes do consórcio construtor e movimentos contrários ao plano imobiliário. A decisão foi tomada após reunião que ocorreu na sede do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), Centro da capital.

Grupos sociais, que acionaram o MPPE, pedem a nulidade do ato administrativo do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), que aprovou a proposta imobiliária no fim de 2012. Desde a semana passada, manifestantes ocupam o terreno no Cais José Estelita, onde galpões começaram a ser destruídos, dando início ao projeto imobiliário. A ideia era que, com a anulação, o grupo de construtoras elaborasse um plano urbanístico e realizasse estudos de impacto ambiental e vizinhança, além de audiências públicas.

O Consórcio Novo Recife não enviou representantes para participar do encontro desta quarta no MPPE, quando seria dadas respostas às reivindicações dos manifestantes. "O consórcio foi notificado, e a Lei 7.347/85, que é a Lei da Ação Pública, informa que o não comparecimento pode caracterizar crime de desobediência ao Ministério Público", explicou o promotor de Meio Ambiente, Ricardo Coelho, que mediu a reunião.

Ainda durante a audiência foi informado que uma ação de interdito proibitório, que permitiria a retirada dos manifestantes do terreno a fim que a obra possa continuar, tramita na Justiça, movida pelo consórcio. "A qualquer momento pode haver decisão no sentido de determinar a desocupação do local. A única via de se fazer a desocupação é pela utilização da força policial, já que não houve evolução no diálogo com o consórcio tampouco com a Prefeitura do Recife", destacou Coelho.

Procurada pelo G1, a assessoria de comunicação do Consórcio Novo Recife informou que não se pronunciaria sobre o assunto nesta quarta. Quinta-feira passada, a Justiça Federal em Pernambuco concedeu liminar que proíbe a derrubada dos galpões do José Estelita, na área central do Recife, iniciada na noite anterior. A decisão do juiz Francisco Antônio Barros e Silva Neto, titular da 21ª Vara Federal, também determinou a suspensão de eventual construção no local.

Presente na audiência desta quarta, o professor Leonardo Cisneiros, integrante do grupo Direitos Urbanos, criticou a ausência do Consórcio e a postura do governo municipal. "[Os representantes da Prefeitura] Vieram com uma resposta vazia, que o processo está judicializado, mas isso não exime a responsabilidade do prefeito, pois ele pode resolver essa questão por meio administrativo. A ocupação é uma legítima defesa coletiva do patrimônio histórico e do direito de participação popular que foi negado nos seis anos que o processo esteve em tramitação na Prefeitura", disse.

De acordo com Cisneiros, a ideia do encontro com Geraldo Julio é reabrir o diálogo sobre o que pode ser feito no terreno, que foi arrematado em um leilão pelo Consórcio. "Até agora, não houve uma audiência pública no processo administrativo e isso é um direito constitucional. Então, a gente entrou naquele local para garantir que o projeto seja discutido. Queremos intimar o prefeito para que ele faça um plano urbanístico para a área, com ampla participação popular, e que a cidade toda possa discutir qual a ocupação do Cais", apontou.



Grupo ocupa terreno no Cais José Estelita,
na área central do Recife
(Foto: Luna Markman / G1)

Apoio de artistas

Os manifestantes ocupam o terreno no Cais José Estelita para impedir a demolição de três galpões e o consequente início das obras. O projeto Novo Recife prevê a construção de 12 torres no local, entre residenciais e comerciais.

O movimento chamado "OcupeEstelita" tem realizado no espaço diversas atividades, de aulas públicas a compostagem de lixo orgânico. Para o próximo domingo (2), a partir das 9h, estão programadas oficinas, rodas de diálogo, feira de livros, contação de história, intervenções artísticas e shows. A cantora Karina Buhr vai fazer apresentação no local.

Alguns artistas têm postado fotos nas redes sociais, com a hashtag #OcupeEstelita, para demonstrar apoio aos grupos contrários ao projeto Novo Recife. Os atores Leandra Leal, Jesuíta Barbosa e Irandhir Santos e os cantores Ney Matogrosso e Jorge du Peixe são alguns dos que aderiram à campanha.

Histórico

Em dezembro de 2013, a Prefeitura do Recife aprovou o projeto imobiliário que vai construir 12 torres ao longo do Cais, exigindo novas ações mitigadoras - aquelas tomadas para compensar os possíveis danos causados pela construção. O valor da compensação subiu de R\$ 32 para R\$ 62,7 milhões, com a inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear, entre outros itens. Um termo de compromisso entre a gestão municipal e consórcio do projeto Novo Recife foi assinado na ocasião.

Artistas apoiam movimento contra construção de prédios no Recife

Manifestantes do #ocupeestelita promovem atividades e até shows no local. Nesta quinta, promotor vai pedir audiência pública com presença do prefeito.

Do G1 PE



Artistas postaram fotos em apoio ao movimento: Clarice Falcão, Otto, Ney Matogrosso e Leandra Leal.
(Foto: Reprodução/Instagram e Reprodução/Facebook)

Cresce nas redes sociais o apoio de artistas ao movimento OcupeEstelita, que luta contra o projeto Novo Recife, que prevê a construção de 12 torres, entre residenciais e comerciais, na área do Cais José Estelita, na capital pernambucana, um dos cartões postais da cidade. Entre os nomes que já divulgaram foto segurando cartazes onde se lê a inscrição #ocupeestelita, estão os cantores Ney Matogrosso, Jorge Du Peixe, Marcelo Jeneci, Karina Buhr, Silvério Pessoa, Otto, Siba, o pianista Vitor Araújo, os atores Johnny Hooker, Jesuíta Barbosa, Irandhir Santos e Clarice Falcão.

Desde o dia 22 de maio, manifestantes ocupam um terreno no Cais, para impedir a demolição de três galpões, e o conseqüente início das obras. Os manifestantes fazem parte do movimento chamado "OcupeEstelita", que desde então tem realizado no espaço diversas atividades, de aulas públicas a compostagem de lixo orgânico. Para o próximo domingo (1º), a partir das 9h, estão programadas oficinas, rodas de diálogo, feira de livros, contação de história, intervenções artísticas e shows. A cantora Karina Buhr vai fazer apresentação no local.



Desde 2012, ativistas realizam manifestações no cais contra o projeto. (Foto: Luna Markman/G1)

Nesta quinta-feira (29), o promotor Ricardo Coelho vai encaminhar um ofício à Prefeitura do Recife, para que o Executivo municipal realize audiência pública sobre o Novo Recife, com a presença do prefeito Geraldo Julio (PSB), representantes do consórcio construtor e movimentos contrários ao plano imobiliário.

Entenda a polêmica

Em dezembro de 2013, a Prefeitura do Recife aprovou o polêmico projeto imobiliário que vai construir 12 torres ao longo do Cais, exigindo novas ações mitigadoras - aquelas tomadas para compensar os possíveis danos causados pela construção. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões, com a inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear, entre outros itens. Um termo de compromisso entre a gestão municipal e consórcio de construtoras responsável pelo Projeto Novo Recife foi assinado na ocasião.

Mas desde que foi criado, o projeto provoca polêmica e protestos e é discutido judicialmente. Cinco ações tramitam questionando o Novo Recife: uma civil pública do Ministério Público estadual, uma do Ministério Público federal e três ações populares. As ações populares pedem a nulidade do ato administrativo do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), que aprovou a proposta imobiliária no fim de 2012.



Armazéns de açúcar serão derrubados para dar lugar a 12 torres, de acordo com o projeto. (Foto: Vanessa Bahé / G1)

A professora de direito da UFPE Liane Cirne Lins é ativista e uma das porta-vozes do grupo Direitos Urbanos, que questiona a legalidade do projeto. Entre os questionamentos, estão o leilão do terreno, que teria sido ilegal; a ausência de estudo de impacto ambiental; a ausência de autorização do Iphan, do Dnit e do ANTT; ausência de parecer da Fundarpe e de plano urbanístico da área.

No dia 22 de maio, a Justiça Federal concedeu liminar que proíbe a derrubada dos galpões do Cais pelo Consórcio Novo Recife, iniciada durante a noite do dia 21. A decisão do juiz Francisco Antônio Barros e Silva Neto, titular da 21ª Vara Federal, também pede a suspensão de eventual construção na área. O magistrado atendeu a um pedido feito pelas procuradoras da República Carolina de Gusmão Furtado e Mona Lisa Ismail, do Ministério Público Federal (MPF) em Pernambuco.



Marcelo Jeneci, Johnny Hooker, Jorge Du Peixe, Karina Buhr, Silvério Pessoa e Siba postaram fotos em apoio ao #ocupeestelita (Foto: Reprodução/Instagram e Reprodução/Facebook)

29/05/2014 - 20h17 - Atualizado em 29/05/2014 20h57

TJPE determina reintegração de área invadida no Cais José Estelita, Recife

Decisão é do desembargador-substituto Márcio Fernando de Aguiar Silva. Ele ordenou a 'retirada de invasores, com o apoio policial, se necessário'.

Do G1 PE



Manifestantes durante ocupação de terreno no cais, na quinta-feira passada (22)
(Foto: Luna Markman / G1)

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou, nesta quinta-feira (29), a reintegração do terreno do Cais José Estelita, invadido por manifestantes contrários ao projeto Novo Recife. O plano imobiliário prevê a construção de 12 torres, entre residenciais e comerciais, na área. A decisão é do desembargador-substituto Márcio Fernando de Aguiar Silva, que ordenou “a retirada dos invasores da área do imóvel, com o apoio de força policial, se necessário”. O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) já informou que vai recorrer da decisão.

O magistrado atendeu a um pedido feito pelo Novo Recife Empreendimentos na última segunda (26). Os advogados alegaram na ação que o grupo de construtoras “possui autorização expressa da Prefeitura do Recife para realizar reformas e demolições no referido imóvel, mas, que em 21 de maio, foi privada do exercício pleno de seus direitos de propriedade por um grupo indeterminado de pessoas, que ameaçaram invadir o imóvel e nele adentraram para impedir a execução de determinados serviços.”

A assessoria de imprensa do Novo Recife informou que o consórcio já tomou ciência e foi buscar o documento com a decisão judicial. O Consórcio acrescentou que acreditava na decisão da Justiça e, por tratar-se de uma propriedade privada, sabia que a reintegração seria concedida. O TJPE não soube informar se a reintegração será cumprida ainda nesta quinta.

Em nota pública, a advogada Liana Cirne Lins, que atua no Direitos Urbanos, um dos grupos contrários ao projeto Novo Recife, tratou a decisão judicial como "grave ameaça à democracia e à isenção do Poder Judiciário". "Trata-se de notória supressão de instância, grave ameaça à democracia e à isenção do Poder Judiciário, razão pela qual faremos representação ao Conselho Nacional de Justiça, para que verifique as circunstâncias excepcionais da concessão dessa medida liminar".

A nota ressalta, ainda, que até o momento o Ministério Público de Pernambuco não foi comunicado, como havia sido acordado entre as partes em audiências na sede do órgão. "Apelamos para o bom senso e para a razoabilidade do nosso Judiciário estadual, para que não use da força contra a expressão pacífica do direito de manifestação, de fundamento constitucional, que não agride

a posse do consórcio, já que é pública e notória a ausência de disputa possessória na área pelos ativistas."

MPPE vai recorrer

Ao G1, o promotor de Meio Ambiente, Ricardo Coelho, confirmou que o MPPE não foi comunicado. Ele afirma que a decisão é nula e, por isso, vai recorrer. "O TJPE [2º grau] não podia ter julgado esse recurso antes de ocorrer o julgamento no 1º grau, que é feito pelo juiz que está com a ação. O processo ainda está comigo e o MPPE tinha prazo legal até segunda-feira (2) para dar o parecer", disse. "Objetivo [do TJPE] foi certamente tirar o pessoal [os manifestantes do terreno] e, quando a nulidade for declarada, o pessoal terá saído e a segurança privada [do Consórcio Novo Recife] colocada para preservar a área", complementou.

Em reunião realizada na quarta (28), na sede do MPPE, o promotor decidiu encaminhar um ofício à Prefeitura do Recife para que o Executivo municipal realize audiência pública sobre o projeto Novo Recife, com a presença do prefeito Geraldo Julio (PSB), representantes do consórcio construtor e movimentos contrários ao plano imobiliário. Ricardo Coelho acrescentou que o documento será entregue nesta sexta (30). "O ofício não foi entregue hoje porque falta a assinatura de um promotor. Se o prefeito se recusar, poderá ser notificado, o que o obriga a comparecer".

Projeto polêmico

O terreno do Cais José Estelita é alvo de polêmica desde que o projeto Novo Recife foi anunciado. Em dezembro de 2013, a Prefeitura do Recife aprovou o projeto imobiliário para construir 12 torres ao longo do Cais, exigindo novas ações mitigadoras - tomadas para compensar os possíveis danos causados pela construção. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões, com a inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear, entre outros itens. Um termo de compromisso entre a gestão municipal e Consórcio Novo Recife foi assinado na ocasião.

Artistas aderiram ao movimento batizado de Ocupe Estelita e têm postado fotos nas redes sociais para demonstrar apoio aos grupos contrários ao projeto Novo Recife. Entre os nomes que já divulgaram foto segurando cartazes onde se lê a hashtag #ocupeestelita, estão os cantores Ney Matogrosso, Jorge Du Peixe, Marcelo Jeneci, Karina Buhr, Silvério Pessoa, Otto, Siba, o pianista Vítor Araújo, os atores Johnny Hooker, Jesuíta Barbosa, Irandhir Santose e Clarice Falcão.



Imagem aérea mostra parte demolida no Cais José Estelita
(Foto: Reprodução / TV Globo)

1/6/2014 - 17h05 (Atualizado em 1/6/2014 às 17h07)

PE: contra construção de prédios em área história, grupo promove atividades artísticas no cais Estelita

Região considerada cartão postal da cidade pode dar lugar a construções modernas

Do R7



Ativistas ocupam terreno há cerca de uma semana
(Foto: Marianne Daffne)

Manifestantes contrários à construção de 12 torres no terreno do cais José Estelita, na região central de Recife, promovem neste domingo (1º) diversas atividades culturais no local. Ocupado por ativistas há cerca de uma semana, o terreno tem sido alvo de polêmicas. Na noite da última quinta-feira (29), a Justiça de Pernambuco autorizou a reintegração do terreno. O projeto Novo Recife prevê, além da construção dos prédios, uma biblioteca e um parque linear.

Neste domingo, o grupo realizou oficinas de artes, aulas de yoga, montagem de uma horta e pichou alguns silos abandonados no terreno. O objetivo dos ativistas é impedir a

demolição do cais. Artistas como Ney Matogrosso e Ângela Leal apoiam a causa e postaram fotos na internet com a hashtag #ocupeestelita.

A região é considerada um dos cartões postais da cidade e liga o centro à zona sul. O Ministério Público de Pernambuco já disse que vai recorrer da decisão do Tribunal de Justiça. Ainda não há previsão de quando a reintegração vá acontecer.

03/06/2014 - 11h36 - Atualizado em 03/06/2014 14h30

Prefeitura do Recife suspende licença de demolição no Cais José Estelita

Informação foi publicada nos perfis oficiais do Twitter e Facebook da PCR. Sugestão da PCR é atuar como uma mediadora de todo o processo.

Do G1 PE



Reunião ocorreu na sede da Prefeitura do Recife
(Foto: Andréa Rêgo Barros/PCR)

A licença de demolição dos armazéns do Cais José Estelita foi suspensa pela Prefeitura do Recife na manhã desta terça-feira (3). A decisão foi anunciada nos perfis oficiais da Prefeitura no Twitter e no Facebook, e confirmada pela assessoria de imprensa do órgão, no momento em que está acontecendo uma audiência na Prefeitura do Recife. O terreno no Cais José Estelita está ocupado por manifestantes há 13 dias, em protesto contra o projeto Novo Recife, que prevê a construção de 12 torres, entre residenciais e comerciais no local.

Participam da audiência nove representantes do grupo Direitos Urbanos (DU), que é contrário ao projeto; o prefeito Geraldo Julio e o vice, Luciano Siqueira; titulares de seis secretarias da PCR: Antônio Alexandre (Desenvolvimento e Planejamento Urbano), Ricardo Correa (Assuntos Jurídicos), Sileno Guedes (Governo), João Braga (Controle Urbano e Mobilidade), Cida Pedrosa (Meio Ambiente) e Jayme Asfora (Juventude); o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), Pedro Mariano; Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Instituto de Arquitetos

do Brasil (IAB), o reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Anísio Brasileiro; a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Observatório do Recife.

"Foi uma reunião produtiva. Fiz a proposição para as entidades representadas e o movimento para que a gente tenha um diálogo. Nós tiramos um encaminhamento para as próximas reuniões. Na próxima quinta faremos uma reunião com empreendedores para que seja aberto um diálogo sobre a ocupação da área do Cais José Estelita. O Recife tem um histórico de ausência de planejamento urbano e não é isso que queremos", disse Geraldo Julio.

A arquiteta Cristina Gouveia, representante do Direitos Urbanos, disse que o movimento sai satisfeito da reunião após a abertura da mesa de negociação. "Finalmente foi aberta a possibilidade de revisão do projeto Novo Recife, com aval de todas as instituições presentes, que veem como necessária. Essa negociação tem implicações práticas importantes porque torna o projeto algo passível de discussão pública, algo que nunca foi feito até hoje", declarou. Ela disse que ainda não se sabe a que ponto a discussão vai chegar no final, mas será possível revisar atos tomados desde o início do processo. "A suspensão de demolição já estava praticamente dada porque o parecer do Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] não havia sido considerado", disse.

O arquiteto Roberto Montezuma, presidente do CAU, acredita que a discussão ampliada é positiva e necessária. "Todos precisam estar presentes nessa negociação. A cidade precisa ser mais inclusiva, urbanisticamente pensada. Aquele terreno é estratégico, articulador e de integração de várias áreas da cidade", pondera.



Prefeito Geraldo Julio convocou Ministério Público para a próxima reunião
(Foto: Vitor Tavares/G1)

Em nota, o Consórcio Novo Recife informou que só vai se pronunciar a respeito após ser oficialmente notificado da suspensão. O documento diz ainda que o grupo de construtoras "sempre esteve aberto ao diálogo e cumpriu, como cumprirá, os requisitos legais para a continuidade da obra. O Novo Recife ressalta que acredita na ordem jurídica vigente e no respeito ao seu cumprimento".

O prefeito não informou a duração da suspensão da licença de demolição. A advogada Liana Cirne, do DU, afirmou que a suspensão "é medida típica de rodada de negociação. A suspensão

permanece até o fim da negociação", defende. A reintegração de posse não foi pauta do encontro. Os manifestantes pretendem seguir com a ocupação e programam eventos para o domingo (8) no local.

Próximas reuniões

O prefeito Geraldo Julio marcou uma nova reunião para a quinta-feira (4) com os mesmos órgãos, o Consórcio Novo Recife, responsável pela obra no Cais, o Forum Estadual de Reforma Urbana (Feru) e o Centro Dom Hélder Câmara (Cendhec). A sugestão da PCR, segundo a assessoria de imprensa, é atuar como uma mediadora de todo o processo. A Prefeitura do Recife também marcou, para sexta-feira (6), uma outra reunião para ouvir a opinião do Ministério Público Federal e de Pernambuco (MPPE) sobre a situação do Cais. Os dois não haviam sido convocados para a reunião desta terça. A conversa será na sede da prefeitura, mas ainda não tem horário definido. O grupo Direitos Urbanos não deve participar.



Liane Cirne e outros representantes do Direitos Urbanos conversam com a imprensa após audiência da terça (Foto: Vitor Tavares/G1)

Histórico

Na segunda-feira (2), nenhuma definição sobre a data de reintegração de posse saiu da reunião convocada pelo corpo jurídico do Direitos Urbanos (DU). O encontro envolveu as secretarias de Defesa Social (SDS), de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSDH) e representantes do DU. O grupo pede a anulação do processo administrativo que autorizou o projeto Novo Recife e uma discussão pública sobre o uso do espaço.

O advogado Alexandre da Maia, integrante do DU, comentou que saiu tranquilizado da reunião. "Eu saio tranquilizado porque existe uma logística e isso leva tempo, que vamos usar para tentar reverter a decisão liminar da Justiça", disse.

A reintegração de posse foi concedida pelo desembargador-substituto Márcio Fernando de Aguiar Silva, na última quinta (29), que ordenou "a retirada dos invasores da área do imóvel, com apoio da força policial, se necessário". O magistrado atendeu a um pedido feito pelos advogados do Novo Recife Empreendimentos, grupo de construtoras proprietárias do terreno.

Até o momento de publicação desta reportagem, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) não havia recebido o recurso do MPPE contra a reintegração de posse. A assessoria de imprensa da Polícia Militar informou que ainda não foi informada sobre a reintegração.

Advogados do DU entraram com habeas corpus, na última sexta (30), para garantir o direito de ir e vir das pessoas, já que a ocupação é "mansa e pacífica". "Também vamos entrar com uma agravo regimental, que é uma espécie de recurso, contra a decisão proferida pelo desembargador substituto, que concedeu a reintegração de posse", explicou.

O Consórcio Novo Recife não se manifestou sobre a reunião desta segunda. A empresa não foi convidada para a audiência desta terça, e, em nota, disse que "está aberta ao diálogo com a Prefeitura, como sempre esteve desde o início do processo do projeto Novo Recife".

Entenda a polêmica

Em dezembro de 2013, a Prefeitura do Recife aprovou novas medidas referentes ao polêmico projeto imobiliário que vai construir 12 torres ao longo do Cais José Estelita, exigindo novas ações mitigadoras - aquelas tomadas para compensar os possíveis danos causados pela construção. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões, com a inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear, entre outros itens. Um termo de compromisso entre a gestão municipal e consórcio de construtoras responsável pelo Projeto Novo Recife foi assinado na ocasião.



Parte do terreno foi ocupado por grupos contrário ao projeto
(Foto: Vitor Tavares / G1)

Mas desde que foi criado, em 2012, o projeto provoca polêmica e protestos e é discutido judicialmente. Cinco ações tramitam questionando o Novo Recife: uma civil pública do Ministério Público estadual, uma do Ministério Público federal e três ações populares. As ações populares pedem a nulidade do ato administrativo do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) que

aprovou a proposta imobiliária no fim de 2012. O grupo Direitos Urbanos comanda um movimento chamado OcupeEstelita, que mantém ações para protestar e tentar impedir a demolição dos antigos armazéns.

Na noite do dia 21 de maio, o consórcio de construtoras iniciou a demolição dos galpões. No dia seguinte, manifestantes ocuparam o terreno, para impedir as obras. Também no dia 22 de maio, a Justiça Federal concedeu liminar que proíbe a derrubada dos galpões. A decisão do juiz Francisco Antônio Barros e Silva Neto, titular da 21ª Vara Federal, também pede a suspensão de eventual construção na área.

30/05/2014 09h35 - Atualizado em 30/05/2014 09h35

Após decisão do TJPE sobre Estelita, manifestantes seguem acampados

Polícia Militar diz que ainda não recebeu comunicado sobre a reintegração. Movimento e MPPE vão recorrer contra decisão judicial.

Do G1 PE



Clima é tranquilo na ocupação do Cais José Estelita
(Foto: Vitor Tavares/G1)

Após receberem a informação de que o Tribunal de Justiça pediu a reintegração de posse do Cais José Estelita, no Centro do Recife, integrantes do movimento que ocupa o espaço mantêm o acampamento durante a manhã desta sexta-feira (30). Cerca de 300 pessoas passaram pelo local deste a noite de quarta (29), segundo membros do movimento. O clima no local é tranquilo. Também na manhã desta sexta, a assessoria de comunicação da Polícia Militar de Pernambuco informou, por telefone, que não recebeu ainda nenhum comunicado sobre a reintegração de posse do terreno.

O publicitário Sérgio Urt, integrante do grupo Direitos Urbanos, adiantou que a advogada Liana Cirne Lins está no Tribunal de Justiça para tentar impedir a reintegração de posse. "Estamos protocolando na Justiça um documento judiciário cabível contra essa reintegração. Estamos também

em contato com o promotor Ricardo Coelho. Desde ontem, estamos estudando qual tipo de medida iremos tomar", comentou.



Manifestantes improvisaram, nas barracas, uma cozinha (Foto: Vitor Tavares/G1)

Nesta manhã, os manifestantes cozinhavam, cantavam músicas e exploravam o terreno do Cais José Estelita. Segundo Milton Petruczok, que está acampado no local, com o passar dos dias, o local ganha mais estrutura para acomodar os manifestantes. "Continuamos trabalhando até me impedirem de fazer a força", destacou. É possível ver muitas barracas, e os manifestantes improvisaram até uma cozinha, onde guardam os alimentos recebidos.

Para integrantes do DU, caso saia alguma decisão favorável ao movimento, a ocupação continua por tempo indeterminado. "Se não for favorável, vamos cumprir a lei, mas vamos manter o movimento, resistir", comentou Sérgio Urt, sem adiantar as possíveis medidas tomadas pelo grupo. Durante o tempo de ocupação, os membros do grupo recebem diariamente oficinas com profissionais de diversas áreas. Para o próximo domingo (1), está marcada mais uma edição do evento #ocupeestelita.



Barracas foram instaladas no terreno e manifestantes estão acampados no local (Foto: Vitor Tavares/G1)

Entenda o caso

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou, na quinta-feira (29), a reintegração do terreno do Cais José Estelita, invadido por manifestantes contrários ao projeto

Novo Recife. O plano imobiliário prevê a construção de 12 torres, entre residenciais e comerciais, na área. A decisão é do desembargador-substituto Márcio Fernando de Aguiar Silva, que ordenou “a retirada dos invasores da área do imóvel, com o apoio de força policial, se necessário”. O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) já informou que vai recorrer da decisão.

O magistrado atendeu a um pedido feito pelo Novo Recife Empreendimentos na última segunda (26). Os advogados alegaram na ação que o grupo de construtoras “possui autorização expressa da Prefeitura do Recife para realizar reformas e demolições no referido imóvel, mas, que em 21 de maio, foi privada do exercício pleno de seus direitos de propriedade por um grupo indeterminado de pessoas, que ameaçaram invadir o imóvel e nele adentraram para impedir a execução de determinados serviços.”

A assessoria de imprensa do Novo Recife informou que o consórcio já tomou ciência e foi buscar o documento com a decisão judicial. O consórcio acrescentou que acreditava na decisão da Justiça e, por tratar-se de uma propriedade privada, sabia que a reintegração seria concedida. O TJPE não soube informar se a reintegração será cumprida ainda nesta quinta.

MPPE vai recorrer

Ao G1, o promotor de Meio Ambiente, Ricardo Coelho, confirmou que o MPPE não foi comunicado. Ele afirma que a decisão é nula e, por isso, vai recorrer. "O TJPE [2º grau] não podia ter julgado esse recurso antes de ocorrer o julgamento no 1º grau, que é feito pelo juiz que está com a ação. O processo ainda está comigo e o MPPE tinha prazo legal até segunda-feira (2) para dar o parecer", disse. "Objetivo [do TJPE] foi certamente tirar o pessoal [os manifestantes do terreno] e, quando a nulidade for declarada, o pessoal terá saído e a segurança privada [do Consórcio Novo Recife] colocada para preservar a área", complementou.

Em reunião realizada na quarta (28), na sede do MPPE, o promotor decidiu encaminhar um ofício à Prefeitura do Recife para que o Executivo municipal realize audiência pública sobre o projeto Novo Recife, com a presença do prefeito Geraldo Julio (PSB), representantes do consórcio construtor e movimentos contrários ao plano imobiliário. Ricardo Coelho acrescentou que o documento será entregue nesta sexta (30). "O ofício não foi entregue hoje porque falta a assinatura de um promotor. Se o prefeito se recusar, poderá ser notificado, o que o obriga a comparecer".

Projeto polêmico

O terreno do Cais José Estelita é alvo de polêmica desde que o projeto Novo Recife foi anunciado. Em dezembro de 2013, a Prefeitura do Recife aprovou o projeto imobiliário para construir 12 torres

ao longo do Cais, exigindo novas ações mitigadoras - tomadas para compensar os possíveis danos causados pela construção. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões, com a inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear, entre outros itens. Um termo de compromisso entre a gestão municipal e Consórcio Novo Recife foi assinado na ocasião.

Artistas aderiram ao movimento batizado de Ocupe Estelita e têm postado fotos nas redes sociais para demonstrar apoio aos grupos contrários ao projeto Novo Recife. Entre os nomes que já divulgaram foto segurando cartazes onde se lê a hashtag #ocupeestelita, estão os cantores Ney Matogrosso, Jorge Du Peixe, Marcelo Jeneci, Karina Buhr, Silvério Pessoa, Otto, Siba, o pianista Vitor Araújo, os atores Johnny Hooker, Jesuíta Barbosa, Irandhir Santose e Clarice Falcão.

30/05/2014 19h53 - Atualizado em 30/05/2014 20h03

Reunião entre governo e ocupantes vai definir reintegração no Estelita

Terreno no Recife é alvo de polêmica entre movimentos sociais e consórcio. Encontro está marcado para a próxima segunda, em local a ser definido.

Do G1 PE



Acerto adiou para semana que vem reintegração de posse no Cais José Estelita, no Recife; reunião na segunda-feira vai definir como manifestantes serão retirados
(Foto: Débora Soares / G1)

Uma reunião entre as secretarias de Defesa Social (SDS), de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDH) e grupos contrários ao projeto Novo Recife, marcada para a próxima segunda-feira (2), vai definir como será feita a desocupação do terreno no Cais José Estelita, na área central do Recife. O local foi invadido, no último dia 21, por manifestantes que protestam contra o plano imobiliário para construção de 12 torres, entre residenciais e comerciais, na área.

A reintegração de posse foi concedida pelo desembargador-substituto Márcio Fernando de Aguiar Silva, na noite da última quinta-feira (29), que ordenou “a retirada dos invasores da área do imóvel, com o apoio de força policial, se necessário”. O magistrado atendeu a um pedido feito pelos advogados do Novo Recife Empreendimentos, grupo de construtoras proprietárias do terreno.

O secretário-executivo de Justiça e Direitos Humanos, Paulo Moraes, informou ao **G1**, nesta sexta (30), que a desocupação da área só ocorrerá após entendimento conjunto com o secretário de Defesa Social, Alessandro Carvalho e manifestantes. “É um caso delicado, vamos dialogar e sentar para fazer o planejamento da reintegração. Isso é um procedimento de praxe, temos adotado essa medida antes de qualquer processo do tipo”, explicou, acrescentando que, até o fim do expediente desta sexta, o governo estadual não havia recebido nenhuma ordem judicial para dar prosseguimento à reintegração.

O advogado Alexandre da Maia, um dos interlocutores dos grupos contrários ao projeto, afirmou que é essa mesa de negociação que vai definir como será o processo de saída dos manifestantes. "A lei impede que medidas de reintegração de posse sejam cumpridas no fim de semana. A gente teve essa garantia da Secretaria", informou.

Da Maia explicou ainda que o grupo deu entrada em um pedido de habeas corpus coletivo, junto ao Superior Tribunal de Justiça. "Ele solicita a garantia do direito de ir e vir das pessoas, já que a posse do local é pacífica. Estamos tentando intervir contra qualquer cerceamento dos direitos dos ativistas que estão lá. O que buscamos é a rediscussão do projeto", completou.

A posição do prefeito Geraldo Julio

Em entrevista à Rádio Jornal, nesta sexta-feira, o prefeito do Recife, Geraldo Julio (PSB), falou sobre a polêmica que envolve o projeto Novo Recife, destacando que todo o trâmite de venda do terreno no Cais José Estelita e de aprovação das obras aconteceram antes da sua gestão. "Se esse processo fosse analisado durante a minha gestão, seria melhor. Ele iniciou no ano de 2008, quando o governo federal do PT fez a venda de terreno, sem definir o que deveria ser feito ali. O grupo privado que comprou deu entrada no processo em 2008 junto à prefeitura do PT. E ele tramitou até 2012, antes de eu assumir a gestão, e foi aprovado", afirmou.

O prefeito ressaltou ainda que quem vai decidir sobre a legalidade do processo que aconteceu é a Justiça estadual e a Justiça federal, que foram provocadas pelo Ministério Público. "Depois de aprovado o projeto, eu consegui ganhos importantes para a cidade, como um parque de 90 mil metros quadrados, seis quadras poliesportivas, com acesso por passeio e passarela para as comunidades do Coque e do Cabanga, por exemplo, e a maior biblioteca que a Prefeitura do Recife terá, dentro desse parque. Outra coisa que obtivemos foi a demolição do viaduto que fica em frente ao Forte das Cinco Pontas, coisa pedida pela população há muitos anos, que vai ser substituído por um túnel, chamado Reginaldo Rossi, expondo o Forte, onde fica o Museu da Cidade", destacou. De acordo com o prefeito, "os galpões que têm valor histórico", que ficam junto ao Forte, vão ser mantidos e transformados em centro cultural.

Entenda a polêmica

Em dezembro de 2013, a Prefeitura do Recife aprovou novas medidas referentes ao projeto imobiliário que pretende construir 12 torres ao longo do Cais José Estelita, exigindo novas ações mitigadoras - aquelas tomadas para compensar os possíveis danos causados pela construção. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões, com a inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear, entre outros itens. Um termo de compromisso entre a gestão municipal e consórcio de construtoras responsável pelo Projeto Novo Recife foi assinado na ocasião.

Mas desde que foi criado, em 2012, o projeto provoca polêmica e protestos e é discutido judicialmente. Cinco ações tramitam questionando o Novo Recife: uma civil pública do Ministério Público estadual, uma do Ministério Público federal e três ações populares. As ações populares pedem a nulidade do ato administrativo do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), que aprovou a proposta imobiliária no fim de 2012. O grupo Direitos Urbanos comanda um movimento chamado OcupeEstelita, que mantém ações para protestar e tentar impedir a demolição dos antigos armazéns.

Na noite do dia 21 de maio, o consórcio de construtoras iniciou a demolição dos galpões. No dia seguinte, manifestantes ocuparam o terreno, para impedir as obras. Também no dia 22 de maio, a Justiça Federal concedeu liminar que proíbe a derrubada dos galpões. A decisão do juiz Francisco Antônio Barros e Silva Neto, titular da 21ª Vara Federal, também pede a suspensão de eventual construção na área. Na quinta-feira (29), o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou a reintegração do terreno do Cais José Estelita. Mas até o início da tarde desta sexta-feira (30), os manifestantes contrários ao projeto Novo Recife ainda estavam no local.

1/05/2014 - 12h05 - Atualizado em 31/05/2014 18h14

Prefeitura do Recife marca para terça reunião sobre Cais José Estelita

Várias entidades e representantes de manifestantes foram convidados. Liderança do governo vai marcar audiência pública na Câmara Municipal.

Do G1 PE



Neste sábado, clima segue tranquilo na Ocupação do Cais José Estelita, no Recife (Foto: Kety Marinho / TV Globo)

A Prefeitura do Recife (PCR) divulgou nota oficial, neste sábado (31), prestando esclarecimentos a respeito do terreno do Cais José Estelita, que está ocupado, há dez dias, por manifestantes contrários ao plano imobiliário previsto para o local, no projeto chamado Novo Recife -- que inclui a construção de 12 torres, entre residenciais e comerciais, na área. Após pressão popular coordenada pelo movimento Direitos Urbanos, ao longo dos dias de ocupação, a Prefeitura anuncia que fará uma reunião para discutir o tema, na próxima terça-feira (3), às 9h.

Foram convidados para o encontro representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Católica de Pernambuco, do "Movimento Ocupe Estelita", e do "Movimento Observatório do Recife". A partir das informações que estão na nota, ninguém do Ministério Público foi chamado, apesar de haver envolvimento direto de promotores e procuradoras da República no caso.

Um dos promotores é Ricardo Coelho, da Promotoria do Meio Ambiente de Pernambuco. Em conversa com o **G1**, neste sábado, ele confirmou que um ofício foi entregue em mãos ao prefeito Geraldo Julio, na última sexta, formalizando o convite para uma reunião. "Vejo que são dois atos distintos: na nota, a Prefeitura convocou aquela conversa aberta, para um público maior, e vamos ter também essa conversa mais restrita, com os promotores e as procuradoras. Não marcamos a data ainda, mas com certeza deve ser na próxima semana. Esse impasse não pode continuar", comentou.

Audiência pública

A nota da prefeitura informa ainda que uma liderança do governo na Câmara Municipal vai convocar uma audiência pública para discussão do projeto, mas ainda não foi informada data para essa audiência. Os outros pontos do documento detalham o histórico envolvendo o terreno, desde o leilão em 2008 e o processo administrativo de aprovação do projeto Novo Recife na PCR, concluído em 2012. Sobre esses dois aspectos, a nota informa que esses atos "não envolvem a atual gestão" -- argumento que já tinha sido utilizado pelo prefeito Geraldo Julio, em entrevista à Rádio Jornal, na última sexta.

O fato de o processo administrativo de aprovação do projeto ter sido questionado na Justiça estadual e federal também é abordado. "Os processos judiciais não estão concluídos. Só a Justiça pode decidir sobre a legalidade do processo", diz o texto. A atual gestão afirma ser responsável pelas "exigências adicionais para ampliar as ações mitigadoras do projeto", que foram negociadas em 2013 -- entre as 16 novas medidas estão um parque linear de 90 mil m² na Bacia do Pina e a demolição do viaduto das Cinco Pontas, para valorização do forte que há no local. De acordo com a Prefeitura,

essas medidas elevam "o valor sob responsabilidade do empreendedor, de R\$ 32 milhões para R\$ 62 milhões".

O acampamento

Neste sábado, o clima é tranquilo na ocupação. Mais cedo, um grupo de pessoas que passou a noite no local deixou o terreno. Alguns recolhem o lixo produzido, colocam em saquinhos e deixam em um ponto da avenida onde possa ser recolhido pela Prefeitura. Pessoas solidárias ao movimento chegam para visitar e deixar refeições e água para quem permanece no local. Equipes da Polícia Militar também vistoriam o acampamento, periodicamente. Não há registro de conflitos.

Canal de diálogo

O Consórcio Novo Recife inaugurou, neste sábado, um canal para repassar informações sobre o projeto imobiliário. Segundo nota da assessoria de comunicação do consórcio, o perfil @onovorecife vai trazer "informações referentes ao andamento e benefícios da obra de reestruturação e modernização do Cais José Estelita". O texto informa ainda que será possível ter acesso a outros dados que envolvem o projeto, como "mobilidade, preservação histórica e os benefícios que o projeto vai trazer para o Recife".

Reintegração de posse

Uma reunião entre as secretarias de Defesa Social (SDS), de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSDH) e grupos contrários ao projeto Novo Recife, marcada para a próxima segunda-feira (2), vai definir como será feita a desocupação do terreno no Cais José Estelita.

A reintegração de posse foi concedida pelo desembargador-substituto Márcio Fernando de Aguiar Silva, na noite da última quinta-feira (29), que ordenou "a retirada dos invasores da área do imóvel, com o apoio de força policial, se necessário". O magistrado atendeu a um pedido feito pelos advogados do Novo Recife Empreendimentos, grupo de construtoras proprietárias do terreno.

O secretário-executivo de Justiça e Direitos Humanos, Paulo Moraes, informou ao G1, na sexta (30), que a desocupação da área só ocorrerá após entendimento conjunto com o secretário de Defesa Social, Alessandro Carvalho e manifestantes. "É um caso delicado, vamos dialogar e sentar para fazer o planejamento da reintegração. Isso é um procedimento de praxe, temos adotado essa medida antes de qualquer processo do tipo", explicou, acrescentando que, até o fim do expediente

desta sexta, o governo estadual não havia recebido nenhuma ordem judicial para dar prosseguimento à reintegração.

O advogado Alexandre da Maia, um dos interlocutores dos grupos contrários ao projeto, afirmou que é essa mesa de negociação que vai definir como será o processo de saída dos manifestantes. "A lei impede que medidas de reintegração de posse sejam cumpridas no fim de semana. A gente teve essa garantia da Secretaria", informou.

Da Maia explicou ainda que o grupo deu entrada em um pedido de habeas corpus coletivo, junto ao Superior Tribunal de Justiça. "Ele solicita a garantia do direito de ir e vir das pessoas, já que a posse do local é pacífica. Estamos tentando intervir contra qualquer cerceamento dos direitos dos ativistas que estão lá. O que buscamos é a rediscussão do projeto", completou.

Entenda a polêmica

Em dezembro de 2013, a Prefeitura do Recife aprovou novas medidas referentes ao projeto imobiliário que pretende construir 12 torres ao longo do Cais José Estelita, exigindo novas ações mitigadoras - aquelas tomadas para compensar os possíveis danos causados pela construção. O valor da compensação subiu de R\$ 32 milhões para R\$ 62,7 milhões, com a inclusão de biblioteca, túnel e um parque linear, entre outros itens. Um termo de compromisso entre a gestão municipal e consórcio de construtoras responsável pelo Projeto Novo Recife foi assinado na ocasião.

Mas desde que foi criado, em 2012, o projeto provoca polêmica e protestos e é discutido judicialmente. Cinco ações tramitam questionando o Novo Recife: uma civil pública do Ministério Público estadual, uma do Ministério Público federal e três ações populares. As ações populares pedem a nulidade do ato administrativo do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), que aprovou a proposta imobiliária no fim de 2012. O grupo Direitos Urbanos comanda um movimento chamado OcupeEstelita, que mantém ações para protestar e tentar impedir a demolição dos antigos armazéns.

Na noite do dia 21 de maio, o consórcio de construtoras iniciou a demolição dos galpões. No dia seguinte, manifestantes ocuparam o terreno, para impedir as obras. Também no dia 22 de maio, a Justiça Federal concedeu liminar que proíbe a derrubada dos galpões. A decisão do juiz Francisco Antônio Barros e Silva Neto, titular da 21ª Vara Federal, também pede a suspensão de eventual construção na área. Na quinta-feira (29), o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou a reintegração do terreno do Cais José Estelita; na sexta, o recurso à reintegração foi protocolado e deve ser analisado ainda esta semana pelo Tribunal de Justiça.

01/06/2014 - 17h13 - Atualizado em 02/06/2014 09h25

Recife tem protesto cultural contra plano imobiliário no Cais José Estelita

Área recebeu recital de poesias, exposição de fotos, feira de livros e shows. Organizadores estimaram público de mais de 5 mil pessoas neste domingo.

Do G1 PE



Movimento #ocupeestelita reuniu milhares de pessoas no Centro do Recife (Foto: Vitor Tavares / G1)

Um protesto contra um plano imobiliário que inclui a construção de 12 torres residenciais e comerciais no Cais José Estelita, um dos cartões-postais da capital pernambucana, reuniu milhares de pessoas neste domingo (1º). Manifestantes contrários ao projeto do Consórcio Novo Recife – formado por um grupo de construtoras - ocuparam o terreno há 11 dias. O movimento, batizado de #ocupeestelita, promoveu recital de poesias, exposição de fotos, feira de livros e intervenções artísticas. A cantora Karina Buhr e o projeto “Som na Rural”, do produtor cultural Roger de Renor, foram convidados a fazer apresentações no local. Os organizadores estimaram um público de mais de 5.000 pessoas.



Grupo promoveu recital de poesias, exposição de fotos e feira de livros (Foto: Vitor Tavares / G1)

A advogada Liana Cirne Lins, que atua no Direitos Urbanos, um dos grupos contrários ao projeto Novo Recife, afirmou que o movimento é importante porque não abre as portas do José Estelita apenas para que a sociedade conheça a área, mas também para que o poder público veja o interesse do recifense pelo local. “Desde o início, somos nós que discutimos o projeto, quando cabia ao poder público convocar audiência pública, apresentar os projetos alternativos sobre o uso desse terreno. Nosso movimento vem crescendo bastante, porque desde que impedimos a demolição dos armazéns que a sociedade se viu provocada de tomar uma posição”, argumentou.

Depois de pedalarem na ciclofaixa aberta aos domingos na capital pernambucana, a servidora pública Rosângela Melo e o analista de sistemas Davi Farias aproveitaram para conhecer o terreno no cais, junto com o filho Guilherme. “Estamos naquela agonia sobre o que pode ser feito nessa área. Aproveitamos o dia de folga para conhecê-la, realmente é enorme, com um potencial imenso. Isso aqui, claro, que poderia ser uma área de lazer, parque, área para idosos. Só conhecendo o espaço para saber o que pode ser feito”, destacou Rosângela.

Moradora de Olinda, a assistente social Natália Guedes está acampada há 11 dias no Cais José Estelita. “Hoje é dia de abrir o espaço para quem não pode vir durante a semana possa conhecer o movimento e a estrutura que estamos criando, como cozinha, banheiro seco, área de banho. No dia a dia é cansativo porque continuamos armando nossa estrutura, no sol”, comentou.

A jornalista Cláudia Santos e a professora Júlia Vergeti foram ao acampamento pela primeira vez para conhecer de perto o que vinham acompanhado pela internet. “É um momento de discussão inédito sobre o que queremos para a nossa cidade. Apoiamos a construção de um centro cultural, espaço para habitação popular”, disse Júlia. “É um momento em que a sociedade está mais ativa, já que todas as instâncias não estão cumprindo o que deveriam”, completou Cláudia.

Morando em São Paulo, a cantora Karina Buhr veio ao Recife para apoiar o movimento. “Esse movimento está ganhando reforço o tempo todo e a força que ele tem é justamente reunir pessoas tão diferentes, de várias áreas. Nunca tinha entrado aqui, mas dei uma volta e agora tenho a dimensão do tamanho, do que pode ser feito. Queria vir pra cá desde sempre; e agora surgiu a oportunidade de tocar na Rural, que também é projeto que eu amo”.

Outros artistas também já divulgaram apoio ao movimento. Entre os nomes que divulgaram foto segurando cartazes onde se lê a inscrição #ocupeestelita estão os cantores Ney Matogrosso, Jorge Du Peixe, Marcelo Jeneci, Silvério Pessoa, Otto, Siba, o pianista Vitor Araújo, os atores Johnny Hooker, Jesuíta Barbosa, Irandhir Santose e Clarice Falcão.

Polêmica e reintegração de posse

O projeto Novo Recife é questionado pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e ações populares de grupos contrários ao plano imobiliário. Os manifestantes decidiram ocupar a área no último dia 21 de maio, depois que galpões começaram a ser derrubados. O grupo de construtoras alega que possui autorização da Prefeitura do Recife para fazer a demolição. Após a intervenção, a Justiça Federal em Pernambuco suspendeu o processo até que o consórcio apresente licenças e autorizações de órgãos municipais e federais, como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).



Cantora Karina Buhr (de camisa nas mãos) veio ao Recife para apoiar o movimento junto à sua banda, composta por Naná Rizinni, Hagape e André Lima
(Foto: Vitor Tavares / G1)

No último dia 29, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou a reintegração do terreno. A decisão ordena “a retirada dos invasores da área do imóvel, com o apoio de força policial, se necessário”. No entanto, a desocupação só deve ser feita após reunião programada para esta segunda (2) entre a entre as secretarias de Defesa Social (SDS), de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSDH) e representantes dos manifestantes.

Reunião na Prefeitura do Recife

No sábado (31), a Prefeitura do Recife divulgou nota oficial anunciando que fará uma reunião para discutir o tema, na próxima terça-feira (3), às 9h, sede da Prefeitura, no Centro da cidade. Foram convidados para o encontro representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Católica de Pernambuco, do “Movimento Ocupe Estelita”, e do “Movimento Observatório do Recife”. A partir das informações que estão na nota, ninguém do Ministério Público foi chamado, apesar de haver envolvimento direto de promotores e procuradoras da República no caso.

“Estamos esperançosos sobre a sensibilidade política do prefeito [Geraldo Julio], mas cautelosos. Encaramos com estranheza a não presença no Ministério Público na terça, já que ele sempre esteve presente nessa discussão, desde o início. Mas se não acreditássemos nessa sensibilidade, não teríamos iniciado o movimento”, explicou Liana Cirne.



Servidora pública Rosângela Melo e o analista de sistemas Davi Farias aproveitaram para conhecer o terreno no cais, junto com o filho Guilherme (Foto: Vitor Tavares / G1)

Antes da convocação da reunião de terça, o promotor Ricardo Coelho já havia informado que convidaria o prefeito a participar de audiência sobre o caso. Ao **G1**, ele confirmou que um ofício foi entregue em mãos ao prefeito Geraldo Julio, na última sexta (30), formalizando o convite para uma reunião. "Vejo que são dois atos distintos: na nota, a Prefeitura convocou aquela conversa aberta, para um público maior, e vamos ter também essa conversa mais restrita, com os promotores e as procuradoras. Não marcamos a data ainda, mas com certeza deve ser na próxima semana. Esse impasse não pode continuar", comentou.

Procurada pelo **G1**, a assessoria de imprensa do grupo de construtoras não informou se vai enviar representantes para a reunião de terça, na Câmara, e divulgou nota afirmando que "o Novo Recife está aberto ao diálogo, mas não pode permitir que sejam feitos ataques de natureza pessoal contra seus executivos e qualquer pessoa na cidade que declare seu apoio ao projeto. Além disso, os críticos do projeto precisam entender a existência de uma ordem jurídica e legal que deve ser respeitada. A Justiça de Pernambuco já se posicionou favorável à reintegração de posse, as autoridades entendem que o momento é de diálogo, o Novo Recife está aberto a qualquer conversa madura sobre este tema."

Confira a íntegra da nota divulgada pelo Novo Recife:

"O Projeto Novo Recife integra um novo eixo de desenvolvimento econômico e social para a cidade, que começa na bacia do Pina e vai até o centro histórico da cidade no Porto Digital.

Olhando com a perspectiva de futuro, o empreendimento vai gerar novos espaços urbanos para a cidade, como a construção de um parque de 90 000 metros quadrados, o equivalente a área de 22 campos de futebol. Também serão criados empregos diretos e indiretos durante um período de mais de três anos e após a sua conclusão. Além disso, o Novo Recife vai trazer permitir aos moradores e turistas que chegam á cidade ter melhor acesso a área histórica, em especial o Forte das Cinco Pontas e a Igreja da Matriz de São José, que será restaurada e reaberta à população.

As empresas que estão à frente do empreendimento sempre se mostraram receptivas a qualquer observação sobre o projeto. Argumentos sóbrios e estruturados nunca deixaram de ser considerados. Foi o que aconteceu quando a atual gestão do prefeito Geraldo Julio solicitou mudanças para beneficiar ainda mais os moradores da cidade. Dessa forma, o Novo Recife ampliou as ações mitigadoras, como a implantação do parque , ciclovia, pista de cooper, quadras poliesportivas, biblioteca pública e preservação e restauração de 28 galpões da antiga Rede Ferroviária.

Em parte deles será construído um Centro Cultural. Além disso, o Novo Recife vai possibilitar a integração do Forte das Cinco Pontas ao parque, pois será derrubado o viaduto das Cinco Pontas. Em seu lugar será construído um túnel. Todos esses custos serão bancados pela iniciativa privada, sem nenhum ônus para o poder público.

Como já foi ressaltado, o Novo Recife está aberto ao diálogo, mas não pode permitir que sejam feitos ataques de natureza pessoal contra seus executivos e qualquer pessoa na cidade que declare seu apoio ao projeto. Além disso, os críticos do projeto precisam entender a existência de uma ordem jurídica e legal que deve ser respeitada. A Justiça de Pernambuco já se posicionou favorável à reintegração de posse, aos autoridades entendem que o momento é de diálogo, os Novo Recife esta aberto a qualquer conversa madura sobre este tema."



Projeto 'Som na Rural' garantiu música do protesto cultural
(Foto: Vitor Tavares/G1)



"Mamódromo" reunia mães no Estelita
(Foto: Vitor Tavares / G1)



Projeto 'Som na Rural', do produtor cultural Roger de Renor, recebeu artistas
(Foto: Vitor Tavares / G1)



Integrantes do #ocupeestelita caminham por terreno no cais, um dos cartões-postais da capital pernambucana
(Foto: Vitor Tavares / G1)



Jornalista Cláudia Santos (D) e a professora Júlia Vergeti foram ao acampamento pela primeira vez para conhecer de perto o que vinham acompanhado pela internet (Foto: Vitor Tavares / G1)



Terreno está ocupado desde 21 de maio (Foto: Vitor Tavares / G1)

ANEXO C – Nota do Acampamento do Ocupe Estelita

30 de maio de 2014 às 13:25

GERALDO JÚLIO: CABE A ELE, SIM!

Nestes quase dois anos de gestão à frente da Prefeitura do Recife, observa-se um silêncio profundo do chefe do executivo, Geraldo Júlio (PSB) sobre as implicações e questionamentos que a sociedade civil vem fazendo a respeito do Projeto “Novo Recife”. Além de não fomentar os espaços de participação popular e consulta pública para discussão acerca do projeto, flagrantes são os indícios de ilegalidades (que ensejaram inclusive ações judiciais nas Justiças Federal e Estadual) no processo de aprovação do “Novo Recife” nos órgãos municipais – CSU e CDU.

Ainda assim, o prefeito finge não ter responsabilidade sobre o processo. Embora, o processo não tenha se iniciado em sua gestão, inegável que não se pode esquecer de sua competência como chefe atual do executivo. Incompetência que não fora levantada quando a prefeitura propôs algumas ações mitigatórias (que igualmente não tiveram a participação da sociedade em suas formulações) ao investidor privado que arrematou a área do Cais José Estelita em questionável leilão (motivo de outra ação judicial pelo Ministério Público Federal).

Quanto mais Geraldo Júlio se nega a dialogar com o Movimento #OcupeEstelita, a pressão sobre sua figura só cresce em todos os setores da sociedade. Nesses nove dias de acampamento na área do Cais, vários artistas, músicos, personalidades públicas têm declarado apoio e pressionado o prefeito a negociar as pautas propostas. Isto demonstra que nossa causa nem de longe envolve questões eleitorais como tenta deslegitimar o prefeito, mas conta com forte adesão na sociedade brasileira.

Apesar de existirem ações judiciais apontando e discutindo as ilegalidades no processo de aprovação do “Novo Recife”, Geraldo Júlio poderia, no uso de suas prerrogativas, poupar o judiciário de mais uma longa demanda e sanar os vícios, reabrindo a discussão para apreciar o Projeto e cumprindo as exigências legais (Estatuto da Cidade, audiências públicas, planejamento urbanístico...).

Por fim, ressaltamos que a imprensa não pode ser utilizada como garoto de recado para que o prefeito se comunique com a sociedade civil organizada. Exigimos que Geraldo Júlio nos receba, participe da negociação mediada pelo Ministério Público de Pernambuco ou venha até o acampamento e exercite republicanamente a democracia que tanto vocifera estar presente na sua “nova política”. Intensificaremos a campanha #NegociaPrefeito para que seja oportunizada a participação popular e respeitadas as leis urbanísticas do nosso país.

Recife, 30 de maio de 2014

9º dia de Ocupação



MINISTÉRIO DAS CIDADES
CONSELHO DAS CIDADES

Moção de Repúdio

O Conselho das Cidades, órgão deliberativo e consultivo do Ministério das Cidades que materializa no âmbito nacional a gestão democrática e participativa, torna público seu repúdio aos governos municipais e estaduais que utilizam dos espaços de participação popular como mero discurso ou meio de legitimação de suas práticas.

O Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001) prevê a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas como diretriz geral da política urbana brasileira (art. 2º, II, Ecid). Entretanto, tais espaços jamais serão considerados realmente participativos e democráticos se o processo de escolha de seus membros não possuir critérios transparentes e seja realizado por meio do voto popular.

Não podemos admitir que ações como aquelas que têm ocorrido na cidade de Recife, onde espaços pseudo-participativos são criados para burlar as instâncias legalmente instituídas, sejam vistas com normalidade apática.

O conflito instalado em torno do Cais José Estelita e os debates trazidos pelo Movimento #OcupeEstelita possuem flagrante conexão com o desenvolvimento urbano, como a criação de diretrizes e planos urbanísticos para área, sendo evidente atribuição do *Conselho da Cidade do Recife*. Lamentavelmente a Prefeitura da Cidade do Recife se recusa a levar o debate para o legítimo espaço institucional de gestão participativa, mantendo as decisões sobre o tema num grupo constituído por critérios de conveniência.

Assim, o Conselho das Cidades, reafirma seu repúdio a práticas nesses moldes e espera que os gestores públicos incorporem com urgência os preceitos constitucionais e infraconstitucionais que garantem a participação popular na gestão pública.

GILBERTO OCCHI
PRESIDENTE DO CONSELHO DAS CIDADES

ANEXO D - Anistia Internacional condena desocupação do Cais José Estelita

Criado em 17/06/14 08h03 e atualizado em 17/06/14 20h14

Por Leandro Melito - Portal EBC

Brasília - A ONG Anistia Internacional condenou o "uso excessivo da força e das chamadas armas menos letais" utilizadas pela Polícia Militar de Pernambuco para desocupar o Cais José Estelita [2] na manhã desta terça-feira (17) em Recife (PE). "A Anistia Internacional pede a investigação imediata dos abusos cometidos pela Polícia Militar e que seja retomada a negociação com os participantes da ocupação", afirma o comunicado da organização divulgado em seu site [3].

A ONG lembra que os manifestantes estavam em negociação com autoridades locais com acompanhamento do Ministério Público e que "havia o compromisso de que qualquer reintegração de posse teria um aviso prévio de 48 horas". A Anistia registrou "denúncias de manifestantes feridos, equipamentos confiscados, destruição do acampamento e pessoas detidas sob a acusação de formação de quadrilha".

A Polícia Militar de Pernambuco informou por meio de nota divulgada na manhã desta terça-feira (17) que a ação coordenada pelo comandante do 16º Batalhão Jailon Pereira "visa apoiar preventivamente, com o uso de força policial, a oficial de justiça designada para cumprir a decisão expedida pelo juiz de Direito Márcio Aguiar, relator substituto do processo".

Além da tropa do batalhão localizado no bairro de São José, Centro do Recife, foram mobilizados PMs de unidades especializadas como Batalhão de Trânsito, Regimento de Polícia Montada, Batalhão de Choque e Companhia Independente de Policiamento com Cães.

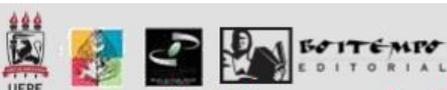
Em nota oficial, o Consórcio Novo Recife (responsável pela obra) defende a ação de reintegração de posse realizada pela Polícia Militar. "O não acatamento pelos ocupantes da ordem judicial resultou na determinação de uso da força policial para o cumprimento do mandato de reintegração expedido pelo Tribunal de Justiça. Esse procedimento é inerente ao estado democrático, onde o direito de propriedade deve ser protegido".

Formado pelas empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubex Engenharia e Queiroz e Galvão, o consórcio responsável pela obra adquiriu em 2008 por meio de leilão público parte da área dos antigos armazéns do Cais José Estelita, uma área de mais de 100 m² que pertencia à Rede Ferroviária Federal.

A prefeitura do Recife que havia anunciado a suspensão do alvará de demolição do Cais de José Estelita no último dia 03, divulgou nota após a ação da PM em que afirma que a decisão está mantida.

Tags: Ocupe Estelita, copa do mundo 2014, reintegração de posse, Violência Policial

ANEXO E – Convite da Conferência com a presença do Prof. Harvey em Recife

David Harvey em Recife

**Economia Política da Urbanização:
Acumulação do Capital e Direito à Cidade**

Conferência e Lançamento do Livro
"Para entender o Capital: Livros II e III"

09:30h às 12:00h

17 de NOVEMBRO de 2014
ARCÁDIA PAÇO ALFÂNDEGA | RECIFE – PE
Travessa do Amorim, 75/ 5º andar, Bairro do Recife

CONVITE

Convidamos vossa senhoria para participar da Conferência do Geógrafo DAVID HARVEY, professor de Antropologia da Pós-Graduação da Universidade da Cidade de Nova York (The City University of New York – CUNY).

Esperamos contar com a presença neste importante evento para a comunidade acadêmica. Solicitamos confirmar com antecedência a participação no evento através do e-mail: nugepp.ufpe@gmail.com. As inscrições encontram-se abertas até o dia 02 de Novembro de 2014, sendo disponibilizadas 1000 vagas. Endereço eletrônico: <https://eventioz.com.br/e/david-harvey-em-recife>.

Cordialmente,

Suely Maria Ribeiro Leal
Coordenação

COMISSÃO ORGANIZADORA

PROFESSORES ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Edinéa Alcântara Ana Kelly Nóbrega

Fabiano Diniz Janaina Lima

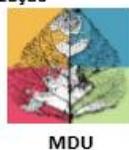
Jan Bitoun Jeniffer Borges

Luis De la Mora Nathália Körössy

Ronaldo Campos

Suely Leal

Organização



Patrocínio

Gabinete do Reitor - UFPE

Apoio:

CIAPA - UFPE



ANEXO F - O Projeto Novo Recife

O Novo Recife possui uma página na *internet* onde apresenta o Projeto, o Consórcio³⁷ e o *Blog*. Nesta página foram coletadas as principais informações a cerca do projeto.

Inicialmente é feita uma sucinta descrição do Plano Específico para o Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga. Esse Plano resultou na Lei Municipal nº18.138 e apresenta de acordo com o texto da *internet* os benefícios para o entorno do terreno – “*o degradado território da região do Cais Estelita, a Rua Imperial, a Avenida Sul e Avenida Dantas Barreto*”. Destaca (i) a melhoria na mobilidade, (ii) a história preservada e realçada pelo projeto e (iii) a cultura, o lazer e a convivência.

Acrescenta que com a Lei Municipal nº18.138, foram definidas novas diretrizes para o reordenamento de usos, dimensionamento e distribuição nas oito quadras, contemplando habitação, comércio, serviços, hotelaria, cultura, entretenimento, de acordo com os três polos de oportunidades. A proposta do Projeto trás 1.042 unidades habitacionais distribuídas em 14 tipologias (apartamentos com áreas de 36 a 280m²) e ainda dois empresariais – correspondendo a 19.800 m² de espaço corporativo e 205 salas de escritórios. Quanto às diretrizes afirmadas pelo *Novo Recife*, estão previstas:

- **Renovação urbana no Cais Estelita** - Estão previstas atividades de comércio, serviços, cultura e gastronômico pavimento térreo das edificações, totalizando uma oferta de 10 mil m² de área locável;
- **Potencial turístico** - Implantação de duas unidades hoteleiras ofertando 600 leitos e um Centro de Convenções/Eventos, além de biblioteca pública, espaço para a Memória Ferroviária, Academia da Cidade, quadras poliesportivas e pistas de corrida;
- **Promoção da integração social e da convivência** – De acordo com os modernos conceitos urbanísticos, o projeto valoriza a quadra aberta, sem vedações, muros ou gradis, liberando ao uso público todo o terreno não edificado. Assim, dos 100 mil m² do terreno original, apenas 35 mil serão de uso privativo dos empreendimentos. O restante, mais de 65 mil m², é destinado ao uso público – jardins, parques, equipamentos de apoio, ciclovia, calçadas e vias;
- **Respeito à linha do horizonte** - Na arquitetura, os projetos obedecem ao escalonamento de gabarito, buscam a relação com o perfil atual da paisagem urbana do Recife e incorporam ao sítio uma composição de edifícios implantados de maneira não linear e com diferentes formas. Um conjunto arquitetônico contemporâneo, espalhado

³⁷ O Consórcio Novo Recife é formado pelas empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão.

ao longo da frente d'água, protegendo o sítio histórico de São José pelo afastamento e limitação de pavimentos – são três edificações com 14 pavimentos cada no trecho entre os galpões e o prolongamento da Av. Dantas Barreto;

- **Recursos para mitigação e habitação popular** - No que se refere aos impactos urbanos, além das intervenções físicas no sistema viário, parques e equipamentos públicos, serão destinados a Prefeitura do Recife recursos para mitigação de obras públicas, inclusive a construção de 200 unidades habitacionais populares no bairro de São José, dentro de um raio de 300 metros do projeto Novo Recife.

As imagens seguintes trazem a proposta do projeto Novo Recife, com suas volumetrias e estão divulgadas na *internet*.

Figura __ = Proposta do projeto Novo Recife



Fonte: Projeto Novo Recife, disponível em: <http://www.novorecife.com.br/>

De acordo com a apresentação do Projeto em sua página da internet, o redesenho do Novo Recife respeita os aspectos previstos pela função social da propriedade, utilizando e ocupando, adequadamente o vazio urbano.

Em cinco anos, com as unidades residenciais da Ilha, é previsto o acréscimo de 4 mil habitantes, atraindo novas atividades de fluxo de serviços, negócios, turismo, cultura e entretenimento. As unidades habitacionais atenderão a 14 tipologias, variando de 34 a 282m², e estão divididas em três grupos: 364 unidades com mais de 200m²; 354 entre 100 e 200m²; e 324 entre 34 e 100m².³⁸

³⁸ Os itens descritos sobre o Projeto Novo Recife foram extraídos da página do consórcio na internet. Ver: www.novorecife.com.br

Outro dado interessante observado durante a pesquisa sobre o Novo Recife é que o Projeto também possui uma página na rede social *facebook*, onde os diferentes *posts* trazem os benefícios e demais aspectos positivos do projeto e que são defendidos pelo consórcio.

ANEXO G – João Lyra emite nota sobre reintegração de posse no Cais José Estelita

Governador diz que PM tentou acordo e que cumpriu as atribuições constitucionais que jurou ao tomar posse como Governador de Estado

Publicado em 19/06/2014, às 23h06

Do JC Online

O governador João Lyra divulgou uma nota oficial, na noite desta quinta-feira (19), explicando a ação da polícia na reintegração de posse nos galpões do Cais José Estelita, ocorrida na última terça-feira (17). Ativistas estavam acampados no local desde o dia 22 de maio por serem contrários à construção de empreendimentos no local pelo Consórcio Novo Recife, que comprou a área. Durante a reintegração de posse, houve confronto entre os ativistas e a polícia e algumas pessoas ficaram feridas. Na nota, Lyra afirma que a PM tentou negociar a saída do grupo do terreno e que apenas cumpriu, integral e rigorosamente, todas as atribuições constitucionais que jurei ao tomar posse como Governador de Estado.

Veja a nota na íntegra:

No que diz respeito ao projeto imobiliário do Consórcio Novo Recife em terreno localizado no Cais José Estelita, reitero minha compreensão de que o empreendimento deve ser amplamente debatido com a participação da sociedade civil organizada, iniciativa privada e poderes públicos, num grande diálogo em clima de entendimento e colaboração mútua.

Com a experiência de prefeito por dois mandatos, defendo que o nosso país precisa de uma ampla reforma urbana, na qual sejam respeitados os princípios do planejamento, sustentabilidade ambiental e da convivência entre as pessoas. A legislação do solo urbano no Brasil tem se mostrado absolutamente anacrônica e carece de uma reformulação urgente. Precisamos construir as cidades do futuro.

Uma coisa é o debate sobre o projeto imobiliário no Cais José Estelita, que deve prosseguir no rito democrático. Outra coisa é a ação de reintegração de posse do terreno, emitida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

É dever do Governador do Estado manter o respeito à Constituição e a convivência harmônica entre as três esferas de poder: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Para que todos compreendam as medidas adotadas pelo Executivo Estadual, é preciso uma breve retrospectiva dos fatos:

No dia 22 de maio passado, manifestantes ocuparam terreno na área privada do empreendimento imobiliário do Consórcio Novo Recife. Imediatamente, os proprietários ajuizaram ação para reintegração de posse. No dia 23, o juiz José Ronemberg Travassos da Silva, da 19ª Vara Cível, a quem o processo foi distribuído, determinou ao oficial de justiça Antônio Carlos Araújo a vistoria do imóvel. No cumprimento da diligência, o oficial de justiça constatou a invasão e foi hostilizado e ameaçado pelos ocupantes, fato que consta nos autos do processo.

No dia 29 de maio, o Poder Judiciário determinou a reintegração de posse do terreno, conforme despacho do desembargador substituto Márcio Aguiar, que solicitou a força policial no sentido de fazer cumprir a decisão. Por absoluta intransigência dos ocupantes, a determinação do Judiciário não pode ser atendida.

No dia 13 de junho, o Poder Judiciário requereu, mais uma vez, em caráter de "urgência", a força policial para o cumprimento do mandado de reintegração de posse. Em 18 de junho, a 4ª Câmara Civil do TJPE, por unanimidade, manteve a decisão.

Não cabe ao Governo do Estado julgar o mérito da decisão e sim, conforme determina a Constituição Brasileira, apoiar o Poder Judiciário no cumprimento da mesma.

Esse é o Estado Democrático de Direito que conquistamos após muitas lutas contra o regime autoritário.

A ação de reintegração de posse, prevista pela Constituição Brasileira, sob pena de intervenção federal no Estado caso não seja cumprida, ocorreu no dia 17 de junho - após 29 dias de ocupação. Os oficiais de justiça José Roberto de Araújo e Márcia Gomes, acompanhados da Polícia Militar de Pernambuco, tentaram por mais de uma hora chegar a um entendimento com os ocupantes acampados no terreno. Ofereceram, inclusive, transporte para seus pertences, o que foi aceito por muitos, até que se estabeleceu um impasse. Como foi atestado pelos Oficiais de Justiça, houve por parte dos ocupantes resistência à ordem judicial e ameaças à integridade física dos agentes públicos presentes. Em razão disso, os oficiais de justiça demandaram o uso da força necessária para o cumprimento da ordem. Todos os fatos foram consignados nos autos do processo, gravados em vídeo pela Polícia Militar e registrados pela imprensa. Eventuais excessos, sejam de policiais ou dos acampados no terreno, estão sendo apurados.

Cumpri, integral e rigorosamente, todas as atribuições constitucionais que jurei ao tomar posse como Governador de Estado.

ANEXO H – Comunicado do Consórcio Novo Recife

Leia a íntegra da Nota da Prefeitura do Recife:

Esclarecimentos acerca do Projeto Novo Recife, no Cais José Estelita

PCR convoca reunião para esclarecer Projeto Novo Recife. Câmara fará audiência pública

Jornal do Commercio

<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/05/31/pcrconvocareuniaopara-esclarecerprojetonovorecificamarafaraaudienciapu...>

1. O terreno foi vendido pela União no ano de 2008, em leilão realizado pela Caixa Econômica Federal. Naquela ocasião, não ocorreu nenhuma articulação entre os Governos Federal e Municipal para o seu uso público e planejamento da ocupação da área. Este ato não envolve a atual gestão.
2. O processo administrativo de aprovação do projeto na Prefeitura foi iniciado em 2008 e concluído em 2012. A sua aprovação foi submetida a dois órgãos colegiados: CCU (onde a Prefeitura tem sete dos 16 membros) e o CDU (a Prefeitura tem nove de 30 membros). Este ato não envolve a atual gestão.
3. O processo administrativo de aprovação do projeto foi questionado na Justiça estadual e federal. Os processos judiciais não estão concluídos. Só a Justiça pode decidir sobre a legalidade do processo.
4. Diante deste cenário, a atual gestão convocou os empreendedores e fez exigências adicionais para ampliar as ações mitigadoras do projeto, visando a valorização dos espaços públicos, integração das comunidades de São José, Cabanga, João Paulo II e Coque, consolidando novos espaços de encontro, convivência e lazer para a cidade.
5. Esta atuação garantiu os seguintes benefícios para a cidade: Parque linear com 90 mil metros quadrados ao longo da Bacia do Pina (maior que o Parque da Jaqueira); seis quadras poliesportivas e áreas de lazer sob o Viaduto Capitão Temudo; Biblioteca Pública no giradouro do Cabanga; intervenção na esplanada do Forte das Cinco Pontas, com a demolição do viaduto, urbanização e paisagismo; implantação de ciclovia conectando a zona sul com o Bairro do

Recife; dentre 16 medidas acordadas, quase duplicando o valor sob responsabilidade do empreendedor, de 32 para 62 milhões de reais.

Estes atos envolvem a atual gestão.

6. Desde janeiro de 2013, início da atual gestão, a Prefeitura assumiu o protagonismo do processo de planejamento urbano da cidade, com ações de curto e médio prazo, a exemplo do Projeto Recife 500 anos, Criação do Conselho da Cidade, Projeto Parque Linear do Capibaribe, Plano Urbanístico da Boa Vista, Sistema Municipal de Unidades Protegidas, Programa Recife – Cidade das Pessoas (Recife de Coração, Ciclofaixas e Ruas de Lazer, Academia Recife, Faixa Azul, recuperação e construção de parques e praças). Estas são atitudes concretas realizadas num curto espaço de tempo, de apenas 17 meses de governo.

7. Dando continuidade ao diálogo com diversos segmentos da sociedade no debate dos temas de interesse público, a Prefeitura do Recife apresenta duas iniciativas:

1ª através da liderança do Governo, será convocada Audiência Pública na Câmara Municipal do Recife para discussão do projeto;

2ª convida os seguintes representantes de entidades, instituições e movimentos para reunião dia 3 de junho de 2014, às 9:00 horas, em sua sede: Presidente do CAU/PE Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Presidente do IAB/PE Instituto dos Arquitetos do Brasil, Presidente da OAB/PE – Ordem dos

Advogados do Brasil, Presidente do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Reitor da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, Reitor da UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, três representantes do “Movimento Ocupe Estelita”, representante do “Movimento Observatório do Recife”.

ANEXO I – Polícia Federal diz que Consórcio Novo Recife não pode cercar terreno do Estelita com tapumes

A Polícia Militar foi acionada nesta terça para fazer a reintegração de posse do terreno
Publicado em 17/06/2014, às 15h06

Manifestantes continuam a protestar contra as obras no Cais José Estelita. Mais cedo, nesta terça-feira (17), um engenheiro da empresa Queiroz Galvão foi ao local isolar a área com tapumes. A Polícia Federal (PF) foi acionada e o engenheiro foi convidado a prestar esclarecimentos sobre o trabalho que estava fazendo lá. Por conta do embargo na obra, nenhum tipo de construção ou benfeitoria pode ser feita no local. A PF espera o advogado do engenheiro para que ele comece a depor.

Alguns dos manifestantes que seguem no Cais José Estelita cobrem o rosto. Eles tentaram fechar a via duas vezes, mas houve negociação e eles desistiram. A primeira vez foi próximo ao portão de acesso, e a segunda próximo ao semáforo. Agora, o grupo ocupa duas faixas da via, deixando o trânsito lento na área.

A Polícia Militar não registrou nenhuma prisão durante a tarde. A PM foi acionada na madrugada desta terça para fazer a reintegração de posse dos galpões. Durante a ação, três pessoas ficaram feridas e quatro foram detidas. Os detidos foram o argentino intercambista, estudante de economia da UFPE, Milton Petrucok, 22 anos, o peruano Lybrian Shiozawa Gill, 26, Jordi Ricardo Souza e arquiteta Cristina Gouvêa, 33 anos. Os quatro já foram liberados.

Os feridos foram socorridos pelo Corpo de Bombeiros. Entre eles, um homem não identificado foi encaminhado à UPA da Imbiribeira. André Luiz Medeiros, 18, e Lis Granjeiro, de 20 anos, foram levados ao Hospital Tricentenário, em Olinda. De acordo com a assessoria da unidade de saúde, André chegou com ferimentos provocados por uso de gás lacrimogêneo e estilhaços. Os médicos fizeram curativos e ele foi liberado. Ainda de acordo com o hospital, Lis Granjeiro chegou desarmada ao local por causa do efeito do gás. Ela foi medicada e está consciente.

ANEXO J – Nota do PT sobre o Projeto Novo Recife

CONFIRA A NOTA DIVULGADA PELO PT DO RECIFE NA ÍNTEGRA

Nota oficial do PT-Recife

A Executiva Municipal do Partido dos Trabalhadores em Recife, em reunião nesta terça, 19 de maio de 2015, em face dos acontecimentos envolvendo o movimento social urbano Ocupe Estelita, em sua luta contra o Projeto Novo Recife, vem a público expressar sua posição sobre os direitos à cidade e sobre os fatos relativos ao Projeto Novo Recife :

1 – O terreno onde se busca a implantação do projeto em questão, era patrimônio da Rede Ferroviária Federal – RFFSA. Por sua localização na área central da Região Metropolitana, havia sido considerado passível de uma proposta de urbanização definida no projeto Recife-Olinda, parte do Plano do Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda e cujo objetivo era impulsionar o desenvolvimento da Região, a partir do turismo cultural.

2 – Com a parceria entre os Governos Federal, Estadual e as Prefeituras de Recife e Olinda, se conseguiu avançar em termos da proposta de urbanização da área, mas se encontrou dificuldades para a montagem da operação urbana necessária, em virtude do terreno do Cais José Estelita estar vinculado a garantias de dívidas previdenciárias deixadas pela RFFSA, de acordo com as informações fornecidas à época, e sua cessão só poder ser realizada mediante o pagamento do seu valor de mercado.

3 – Posteriormente houve uma tentativa do Governo Estadual de obter a cessão do terreno para o Estado onde seria construído um centro administrativo do governo, tentativa também frustrada pelas mesmas razões citadas anteriormente. O referido terreno foi leiloado pela Caixa Econômica, em 03 de outubro de 2008, conforme edital publicado no Diário Oficial da União quinze dias antes (22/09/2008), caderno 3 página 53, tendo sido arrematado em lance único pelas empresas patrocinadoras do Novo Recife.

4 – Durante os 12 anos dos governos de Prefeitos petistas na cidade do Recife, vários foram os avanços em termos de legislação urbana, na perspectiva de uma cidade mais humana. Teve início no primeiro ano da gestão com a lei nº 16.719 /2001, também conhecida como a lei dos 12 bairros. Em seguida, foi aberto um amplo processo de discussão do Plano Diretor Participativo, cujas linhas gerais foram aprovadas na Conferência da Cidade, tendo sido convertido na lei 17.511/2008, incorporando inúmeros instrumentos modernos de gestão urbana, que tem contribuído para uma melhor qualidade do espaço urbano.

5 – Foi também nesse período que foram invertidas as prioridades, governando para todos, porém priorizando os mais carentes. Melhorou a qualidade de vida no Recife: Criação de um

modelo de defesa civil; Uma política habitacional que promoveu a construção de novas moradias, removendo antigas palafitas; Novos espaços de convivência: Academias da cidade, Recuperação e construção de novas praças, mais parques públicos, espaços de esporte, lazer e cultura. Melhorou a mobilidade urbana, com avanços no transporte e novos sistemas viários e cicloviários. Uma cidade sendo construída com a participação popular, através do OP e das diversas conferências. O Recife conheceu o modo petista de governar, cujas conquistas daquele período ainda são o que de mais moderno é oferecido atualmente.

6 – Essas e outras decisões de nossos governos mudaram o Recife porque foram construídas com o diálogo e a participação da sociedade organizada e de seus movimentos. Ocorreram em meio a debates democráticos e polêmicos como quanto ao Projeto Novo Recife.

7 – Posteriormente, essa prática democrática foi secundarizada pela atual gestão, sobretudo quando movimentos sociais importantes como o Ocupe Estelita e diversas instituições, como o MPPE, reivindicaram a reformulação do projeto, a partir da necessidade de aprovação de plano específico para a área, como prevê o Plano Diretor

8 – O encaminhamento para a Câmara Municipal do Recife do Projeto de Lei do Plano Específico, que engloba o Bairro do Cabanga, o Cais José Estelita e o Cais de Santa Rita, foi de inteira responsabilidade da atual gestão, com sua aprovação sendo conduzida pelo Presidente da casa de forma extremamente açodada e anti-democrática, restringindo a menos de 2 meses o tempo total de debate naquela casa, sobre matéria tão polêmica e que afeta áreas sensíveis da região central da cidade, inclusive um bairro inteiro, o Cabanga.

O projeto de Lei do Executivo foi protocolado no dia 23 de Março desse ano e sancionado pelo Prefeito no dia 4 de maio. Face ao exposto, a Executiva Municipal vem a público, Externar seu respeito ao movimento Ocupe Estelita e sua luta por uma cidade mais humana, justa, igualitária e fraterna, com a qual o PT sempre se identificou; Repudiar toda e qualquer tentativa de criminalização do movimento (?) e de querer responsabilizar o Partido e nossos governo por aquilo que não fizemos.

As mobilizações, ao contrário, criaram condições políticas para ajustes e adequações do Projeto Novo Recife, a partir da discussão do atendimento às exigências do Plano Diretor Reconhecer como correta a estratégia da nossa bancada de vereadores de se retirar da sessão da Câmara Municipal que aprovou o Plano Específico para a área do Cais José Estelita, uma votação considerada ilegítima.

Atuar junto com a bancada municipal unindo esforços no sentido de reabrir o debate sobre o Projeto Novo Recife, para que sejam introduzidas as mudanças necessárias que procure contemplar as demandas dos recifenses e do movimento social por uma cidade mais humana, democratizando o debate sobre a regulamentação do Plano Diretor, a exemplo do Plano da Vila

Naval, em diálogo com a necessidade do desenvolvimento para atender às demandas da população, sem que isso venha a comprometer a qualidade de vida. Colocar-se à disposição para apoiar essa luta, estreitando o relacionamento com nossos militantes que têm feito parte de todo esse processo.

Recife, maio de 2015

ANEXO K – PCR convoca reunião para esclarecer Projeto

Publicado em 31/05/2014, às 10h41

A Prefeitura do Recife convocou para a próxima terça-feira, às 9h, na sua sede, uma reunião que tem por objetivo prestar esclarecimentos acerca do Projeto Novo Recife, empreendimento imobiliário previsto para ser implantado na área do Cais José Estelita. A convocação ocorre mais de uma semana depois de a área ter sido ocupada por ativistas sociais, que acamparam no local depois que a demolição de parte dos armazéns foi autorizada pela prefeitura e começou a ser feita, na noite do dia 21 de maio. A demolição foi embargada na Justiça e pelo Iphan.

Além da reunião, também será realizada uma audiência pública na Câmara dos Vereadores da Cidade, a ser convocada pela liderança do governo municipal na casa, em data ainda a ser confirmada.

Para a reunião de terça, foram convidados representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade Católica de Pernambuco, do Movimento Ocupe Estelita, surgido nas redes sociais, e do Movimento Observatório do Recife.

OCUPE ESTELITA

Um dos engajados no movimento Ocupe Estelita, o publicitário Sérgio Urt, confirmou que houve o convite por parte da prefeitura mas disse que o grupo ainda não decidiu quem o estará representando. "Nós queremos a presença do prefeito. Não queremos discutir com secretários", disse. Segundo ele, haverá uma assembleia entre os participantes, ainda sem horário definido, para decidir o que será feito. No dia do início da demolição, Urt foi um dos primeiros ativistas a ir ao Cais José Estelita e chegou a prestar queixa de que teria sido agredido por seguranças do consórcio, ao entrar na área e fazer fotos.

1 - O terreno foi vendido pela União no ano de 2008, em leilão realizado pela Caixa Econômica Federal. Naquela ocasião, não ocorreu nenhuma articulação entre os Governos Federal e Municipal para o seu uso público e planejamento da ocupação da área. - Este ato não envolve a atual gestão.

2 - O processo administrativo de aprovação do projeto na Prefeitura foi iniciado em 2008 e concluído em 2012. A sua aprovação foi submetida a dois órgãos colegiados: CCU (onde a Prefeitura tem sete dos 16 membros) e o CDU (a Prefeitura tem nove de 30 membros).- Este ato não envolve a atual gestão.

3 - O processo administrativo de aprovação do projeto foi questionado na Justiça estadual e federal. Os processos judiciais não estão concluídos. Só a Justiça pode decidir sobre a legalidade do processo.

4 - Diante deste cenário, a atual gestão convocou os empreendedores e fez exigências adicionais para ampliar as ações mitigadoras do projeto, visando a valorização dos espaços públicos, integração das comunidades de São José, Cabanga, João Paulo II e Coque, consolidando novos espaços de encontro, convivência e lazer para a cidade.

5 - Esta atuação garantiu os seguintes benefícios para a cidade: Parque Linear com 90 mil metros quadrados ao longo da Bacia do Pina (maior que o Parque da Jaqueira); seis quadras poliesportivas e áreas de lazer sob o Viaduto Capitão Temudo; Biblioteca Pública no giradouro do Cabanga; intervenção na esplanada do Forte das Cinco Pontas, com a demolição do viaduto, urbanização e paisagismo; implantação de ciclovia conectando a zona sul com o Bairro do Recife; dentre 16 medidas acordadas, quase duplicando o valor sob responsabilidade do empreendedor, de 32 para 62 milhões de reais. - Estes atos envolvem a atual gestão.

6 - Desde janeiro de 2013, início da atual gestão, a Prefeitura assumiu o protagonismo do processo de planejamento urbano da cidade, com ações de curto e médio prazo, a exemplo do Projeto Recife 500 anos, Criação do Conselho da Cidade, Projeto Parque Linear do Capibaribe, Plano Urbanístico da Boa Vista, Sistema Municipal de Unidades Protegidas, Programa Recife – Cidade das Pessoas (Recife de Coração, Ciclofaixas e Ruas de Lazer, Academia Recife, Faixa Azul, recuperação e construção de parques e praças). Estas são atitudes concretas realizadas num curto espaço de tempo, de apenas 17 meses de governo.

7 – Dando continuidade ao diálogo com diversos segmentos da sociedade no debate dos temas de interesse público, a Prefeitura do Recife apresenta duas iniciativas:

1ª através da liderança do Governo, será convocada Audiência Pública na Câmara Municipal do Recife para discussão do projeto;

2ª - convida os seguintes representantes de entidades, instituições e movimentos para reunião dia 3 de junho de 2014, às 9:00 horas, em sua sede:

Presidente do CAU/PE - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Presidente do IAB/PE- Instituto dos Arquitetos do Brasil, Presidente da OAB/PE – Ordem dos Advogados do Brasil, Presidente do CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, Reitor da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, Reitor da UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco, três representantes do “Movimento Ocupe Estelita”, representante do “Movimento Observatório do Recife”.

ANEXO L – Requerimento de reunião extraordinária do Conselho da Cidade do Recife

Recife, 10 de outubro de 2014.

Ao Presidente do Conselho da Cidade do Recife.

Considerando que a citada Lei Municipal em seu art. 16 e o Regimento Interno do Conselho da Cidade do Recife aprovado no dia 01 de julho de 2014, que garante em seu art. 23 o direito de requerer extraordinariamente a convocação da Plenária mediante solicitação de 1/3 de suas/seus Conselheiras(os), as(os) Conselheiras(os) subscritas(os) requerem Reunião Extraordinária do Conselho para tratar dos seguintes temas:

- Funcionamento do Conselho;
- Construção de calendário de reuniões ordinárias do Conselho;
- Formação de Câmaras Técnicas;
- Criação de Grupos de Trabalho;
- Participação do Conselho da Cidade do Recife no redesenho do Projeto Novo Recife;

Os últimos dois pontos tornam-se urgentes, considerando que ao Conselho da Cidade do Recife, de acordo com a Lei Municipal nº 18.013/14 sancionada pelo referido Presidente do Conselho da Cidade do Recife, Prefeito Geraldo Júlio de Mello Filho, compete:

I - Apresentar, avaliar e deliberar na elaboração de propostas de revisão e adequação do Plano Diretor do Recife, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código do Meio Ambiente e do Equilíbrio Ecológico e outros instrumentos de regulamentação em matéria urbanística, acompanhando e fiscalizando a sua aplicação;

II - Propor ajustes e alterações ao Plano Diretor do Recife e aos planos, programas e projetos de execução da política de desenvolvimento urbano e ambiental, bem como acompanhar, fiscalizar e avaliar a sua implementação;

V - Contribuir com a elaboração e acompanhar a implementação e o monitoramento dos planos de interesse do desenvolvimento urbano e ambiental, inclusive de planos de longo prazo, planos regionais e microrregionais e planos setoriais, zelando pela integração com as políticas setoriais de desenvolvimento urbano;

X - Convocar audiências e consultas públicas sobre empreendimentos de impacto, planos urbanísticos, grandes obras públicas, degradação ambiental e projetos de lei nas suas áreas de competência e sempre que julgar necessária a participação da população na discussão e elaboração da política urbana; Considerando que o mesmo Conselho é um órgão colegiado

componente da estrutura administrativa do Poder Público Municipal e instrumento de gestão democrática local, tal como instituído na Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade); Considerando que o planejamento urbano requerido para a área do Cais José Estelita em especial tem sido fruto de debate público provocado pela população recifense na defesa do que este Conselho tem por suas finalidades, a saber: I - exercer o controle social da gestão urbana e ambiental do Município; II - promover a participação popular na definição e execução da política urbana e ambiental; III - garantir a integração das diversas políticas setoriais da gestão urbana e ambiental; IV - garantir a efetividade do Plano Diretor como expressão do direito constitucional a cidades sustentáveis e justas.

Considerando que a discussão do projeto Novo Recife para a Ilha Antônio Vaz não se trata apenas de revisão de projeto e sim de elaboração de Plano Urbanístico com propostas de Diretrizes Urbanas para análise e debates para a toda esta área central, sendo este um dos papéis legais e fundamentais do Conselho das Cidades do Recife.

Considerando que o Excelentíssimo Presidente do Conselho, Prefeito do Recife, ainda não consultou o Fórum legítimo de estabelecimento das diretrizes da política urbana municipal, mesmo que tenha constituído um Fórum específico para tratar sobre o assunto.